



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM FOZ DO IGUAÇU: A LUTA DAS TRABALHADORAS
NO SINDICATO DOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
(2010–2015)**

SIMONE REJANE DOS SANTOS

Foz do Iguaçu – PR

2026



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM FOZ DO IGUAÇU: A LUTA DAS TRABALHADORAS
NO SINDICATO DOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
(2010–2015)**

SIMONE REJANE DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/Mestra em Movimentos Sociais, Fluxos Culturais e Identidades.

Orientador: Prof. Endrica Geraldo (Doutora)
Coorientador: Prof. Clécio Ferreira Mendes (Doutor)

Foz do Iguaçu – PR

2026

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S237e

Santos, Simone Rejane dos.

Educação Municipal em Foz do Iguaçu: a luta das trabalhadoras no Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação (2010–2015) / Simone Rejane dos Santos. – Foz do Iguaçu, 2026.
128 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu-PR, 2026.

Orientadora: Endrica Geraldo.

Coorientador: Clécio Ferreira Mendes.

1. Professores - Sindicatos. 2. Trabalhadoras da educação. 3. História da educação. 4. Movimento sindical - Foz do Iguaçu. I. Geraldo, Endrica. II. Mendes, Clécio Ferreira. III. Título.

CDU 331.105.44:37(816.2)

Aos trinta dias do mês de abril de 2026, no horário das 13:30 às 15h32, foi realizada, na UNILA, sala C 303 (JU), a defesa pública de dissertação da mestranda Simone Rejane dos Santos cujo título é: Educação Municipal em Foz do Iguaçu: a Luta das Trabalhadoras no Sindicato dos professores e profissionais da educação (20102015), no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A Banca Examinadora, constituída pela professora orientadora Dra. Endrica Geraldo (UNILA), pelo professor coorientador Dr. Clécio Ferreira Mendes (UNILA) e pelos(as) docentes Dra. Silvana Aparecida de Souza (UNIOESTE) e Dra. Cíntia Fiorotti Lima (UNILA) emitiu o seguinte parecer: A banca destaca a qualidade da pesquisa e da escrita do texto, aponta os avanços realizados a partir da qualificação e recomenda a publicação do trabalho, assim como a continuidade da pesquisa. A banca destaca ainda que o resultado final supera as expectativas de avaliação de uma dissertação de mestrado.

Resultado final:

Aprovado(a)

Aprovado(a), condicionado ao cumprimento das exigências pelos(as) examinadores(as)

Reprovado(a)

A mestra terá o prazo de 60 dias para apresentar a professora-orientadora a versão definitiva do seu trabalho, incorporando as reformulações exigidas pela banca examinadora e cumprir com todos os procedimentos administrativos pós-defesa.

Eu, Endrica Geraldo, orientadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos(as) demais membros da banca examinadora.

Dra. SILVANA APARECIDA DE SOUZA, UNIOESTE

Examinadora Externa à Instituição

Dra. CINTIA FIOROTTI LIMA, UNILA

Examinadora Externa ao Programa



Universidade Federal da Integração Latino-Americana

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dr. CLECIO FERREIRA MENDES, UNILA

Examinador Interno

Dra. ENDRICA GERALDO, UNILA

Presidente

SIMONE REJANE DOS SANTOS

Mestrando



Universidade Federal da Integração Latino-Americana

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA N° 50

Autor: SIMONE REJANE DOS SANTOS

Título: Entre Atas e Memórias: A luta das trabalhadoras no Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação de Foz do Iguaçu (2010-2015)

Banca examinadora:

Prof. SILVANA APARECIDA DE SOUZA	Examinadora Externa à Instituição	_____
Prof. CINTIA FIOROTTI LIMA	Examinadora Externa ao Programa	_____
Prof. CLECIO FERREIRA MENDES	Examinador Interno	_____
Prof. ENDRICA GERALDO	Presidente	_____

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. METODOLOGIA
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora,

Prof. ENDRICA GERALDO

Orientador

DEDICATÓRIA

Com a devida licença e imensa gratidão, dedico esta pesquisa as professoras (es) e profissionais da educação da rede pública municipal de ensino fundamental e educação infantil do município de Foz do Iguaçu. Esta pesquisa mergulha no movimento sindical das trabalhadoras da rede municipal, daquelas que, com dedicação incansável, constroem o futuro em sala de aula, superam desafios e lutam diariamente por uma educação pública de qualidade. Que esta pesquisa, ao lançar luz sobre suas trajetórias e mobilizações, sirva como um reconhecimento da importância fundamental de suas vozes e de seu protagonismo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação é a realização de um desejo acalentado desde o término da graduação em Pedagogia, um projeto de vida que, por diferentes razões, foi protelado. Sendo uma produção social e fruto de esforço coletivo, expresso minha profunda gratidão àqueles cuja orientação, apoio e paciência foram inestimáveis.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Endrica Geraldo, por sua orientação e incentivo constante para a concretização desta pesquisa.

Ao Professor Clécio Ferreira Mendes, que, desde a disciplina “*Políticas nacionalistas e de controle sobre trabalhadores na América Latina*”, apresentou diferentes perspectivas para esta pesquisa. Estendendo esse reconhecimento aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Unila.

À professora Cíntia, que conheci na banca de qualificação, e à minha inestimável professora Silvana Aparecida de Souza – parceria iniciada na graduação em Pedagogia – em projetos de Iniciação Científica, no Trabalho de Conclusão de Curso – foi uma constante em minha trajetória. Minha gratidão a cada docente pela leitura atenta, contribuições valiosas e generosidade em compartilhar conhecimento.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos, que representou um apoio financeiro e incentivo para a minha dedicação à produção desta dissertação.

Agradeço especialmente à minha mãe, ao meu pai, e aos meus irmãos e sobrinhos que, com imensa compreensão e carinho, toleraram a minha ausência neste intenso período de produção.

Estendo meu reconhecimento especial aos colegas do Sinprefi, Maria Peri, Lucas Fávero, Viviane Dotto e Elaine Teotônio que apoiaram e “seguraram as pontas” em momentos em que me ausentei.

Agradeço imensamente às ex-presidentes do Sinprefi, Rice e Marli, sua colaboração na reconstrução da história sindical que embasou esta dissertação.

Por fim, ao presidente do Sismufi, Aldevir Hanke, pela sua prontidão e solicitude em permitir o acesso e as buscas em seu acervo, demonstrando um espírito colaborativo para a pesquisa histórica.

A todos, o meu sincero e profundo reconhecimento.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a trajetória do Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação (Sinprefi) em Foz do Iguaçu, entre 2010 e 2015, investigando os nexos entre seu marco fundacional e a luta pela valorização profissional. Buscou compreender como a fundação da entidade e a conquista do Plano de Carreira (PCCR) se inscreveram na dialética entre a autonomia de classe e a racionalidade da Gestão por Resultados. Fundamentada no método materialista histórico-dialético, a investigação articulou o cruzamento de fontes documentais (livros de atas, registros de imprensa e fontes orais), sob o referencial da História Oral. Os achados demonstram que a memória oficial de fundação pautou o processo técnico do Fundeb, encobrindo uma ruptura catalisada por uma profunda crise ética e institucional no sindicato geral (Sismufi). A pesquisa evidencia que o Plano de Carreira, aprovado em 2015, constituiu um “triunfo vazio”, uma vez que sua implementação foi subvertida pela lógica meritocrática e pelos limites fiscais impostos pela administração municipal. Conclui-se que o recurso às memórias das fundadoras, confrontado com a “frieza” das atas, permitiu desvendar os silenciamentos sobre as tensões políticas da época, lançando luz sobre as contradições que explicam a persistência da precarização e as mobilizações docentes no tempo presente.

Palavras-chave: Sindicato. Professoras. Memória. Plano de Carreira.

RESUMEN

Esta investigación analiza la trayectoria del Sindicato de Profesores y Profesionales de la Educación (Sinprefi) en Foz do Iguaçu, entre 2010 y 2015, investigando los nexos entre su marco fundacional y la lucha por la valoración profesional. Se buscó comprender cómo la fundación de la entidad y la conquista del Plan de Carrera (PCCR) se inscribieron en la dialéctica entre la autonomía de clase y la racionalidad de la Gestión por Resultados. Fundamentada en el método materialista histórico-dialéctico, la investigación articuló el cruce de fuentes documentales (libros de actas y registros de prensa) y fuentes orales, bajo el referencial de la Historia Oral. Los hallazgos demuestran que la memoria oficial de fundación se centró en el proceso técnico del Fundeb, encubriendo una ruptura catalizada por una profunda crisis ética e institucional en el sindicato general (Sismufi). La investigación evidencia que el Plan de Carrera, aprobado en 2015, constituyó un “triumfo vacío”, dado que su implementación fue subvertida por la lógica meritocrática y por los límites fiscales impuestos por la administración municipal. Se concluye que el recurso a las memorias de las fundadoras, confrontado con la “frialidad” de las actas, permitió desvelar los silenciamientos sobre las tensiones políticas de la época, arrojando luz sobre las contradicciones que explican la persistencia de la precarización y las movilizaciones docentes en el tiempo presente.

Palabras clave: Sindicato. Professoras. Memoria. Plan de Carrera.

ABSTRACT

This research analyzes the trajectory of the Union of Teachers and Education Professionals (Sinprefi) in Foz do Iguaçu between 2010 and 2015, investigating the links between its foundational milestone and the struggle for professional recognition. It sought to understand how the founding of the entity and the achievement of the Career, Salary, and Remuneration Plan (PCCR) were inscribed in the dialectic between class autonomy and the rationality of Management by Results. Grounded in the historical-dialectical materialist method, the investigation articulated the intersection of documentary sources (minute books and press records) and oral sources, under the framework of Oral History. The findings demonstrate that the official memory of the foundation focused on the technical process of Fundeb, concealing a rupture catalyzed by a profound ethical and institutional crisis within the general union (Sismufi). The research highlights that the Career Plan, approved in 2015, constituted a “hollow triumph,” as its implementation was subverted by meritocratic logic and the fiscal limits imposed by the municipal administration. It concludes that the recourse to the memories of the founders, confronted with the “coldness” of the minutes, allowed for the uncovering of silences regarding the political tensions of the time, shedding light on the contradictions that explain the persistence of precarization and teacher mobilizations in the present day.

Keywords: Teachers' Union. Female teachers. Memory. Career Plan.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE: Atendimento Educacional Especializado
AI: Ato Institucional
ANRESC: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
APASFI: Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu
APEOESP: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APP Sindicato: Associação dos Professores do Paraná (sindicato dos trabalhadores em educação do Paraná)
APROMEFI: Associação dos Professores de Foz do Iguaçu
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM: Banco Mundial
CACS/FUNDEB: Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb
CESUMAR: Centro Universitário de Maringá
CF/88: Constituição Federal de 1988
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CMEI: Centro Municipal de Educação Infantil
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPB: Confederação de Professores do Brasil (ou Confederação de Professores Primários do Brasil, dependendo do contexto histórico)
CPC: Código de Processo Civil
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
EC: Emenda Constitucional
EF: Ensino Fundamental
EI: Educação Infantil
FESMEPAR: Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Paraná
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FMI: Fundo Monetário Internacional
FOZPREV: Fundo de Previdência do Município de Foz do Iguaçu
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GMC: Grupo Mundial de Comunicação
GpR: Gestão por Resultados
GT: Grupo de Trabalho
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITBI: Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
JGD: Jornal Gazeta Diário
JNT: Jornal Nosso Tempo
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEC: Ministério da Educação
MI: Mandado de Injunção
MP: Ministério Público
MP-PR: Ministério Público do Paraná
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
NGP: Nova Gestão Pública
NTM: Núcleo Tecnológico de Formação Continuada de Professores
OAB/PR: Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ORCRIM: Organização Criminosa
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCCR: Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PCD: Partido Comunista Democrático
PCD: Pessoa com Deficiência
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PIS: Programa de Integração Social
PL: Projeto de Lei
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME: Plano Municipal de Educação
PNE: Plano Nacional de Educação
PR: Paraná
PRODEPAR: Programa Especial do Oeste do Paraná
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
Psol: Partido Socialismo e Liberdade
PT: Partido dos Trabalhadores
PTI: Parque Tecnológico de Itaipu
PV: Partido Verde
RCL: Receita Corrente Líquida
RDP: Regime de Dedicção Plena
RIOF: Relatório de Impacto Orçamentário Financeiro
RIOF: Relatório de Impacto Orçamentário Financeiro
RPC Foz do Iguaçu: Rede Paranaense de Comunicação (afiliada da Globo) em Foz do Iguaçu
RPPS: Regime Próprio de Previdência Social
SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEEC: Secretaria de Estado da Educação e Cultura
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINDPREV: Sindicato dos Trabalhadores Federais em Previdência e Assistência Social
SINPREFI: Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil de Foz do Iguaçu
SIPROVEL: Sindicato dos Professores de Cascavel

SISMUFI: Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu
SMAD: Secretaria Municipal de Administração (ou de Gestão de Pessoas e Políticas de Recursos Humanos)
SMED: Secretaria Municipal de Educação
SMGP e PRH: Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Políticas de Recursos Humanos
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
TCE-PR: Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TST: Tribunal Superior do Trabalho
UJS: União dos Jovens Socialista
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNILA: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP: Universidade de São Paulo
VAF: Valor Anual por Aluno
VIZIVALI: Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PROFESSORAS MUNICIPAIS APOIAM CHAPA 2 DO SISMUFI	62
FIGURA 2: AS TENSÕES DA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 38/2014 NA CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU.....	74
FIGURA 3: VITÓRIA NO TEMPLO: CÂMARA MUNICIPAL APROVA O PL Nº 38	75
FIGURA 4: ENTRE O RITO E A REALIDADE: A <i>MISE-EN-SCÈNE</i> POLÍTICA NA SANÇÃO DA LEI Nº 4245/2014.....	76
FIGURA 5: JORNAL SINPREFI: “O TRIUNFO VAZIO”	77
FIGURA 6: CENÁRIO DA DISPUTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU	81
FIGURA 7: ACORDO TEMPORÁRIO COM VICE-PREFEITA IVONE BAROFALDI.....	83
FIGURA 8: ASSEMBLEIA SINPREFI: DELIBERAÇÃO PELA GREVE	88
FIGURA 9: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DO IDEB DE FOZ DO IGUAÇU (2007-2023).....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: TRABALHO, SOCIEDADE E SINDICATO: A DIALÉTICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA LUTA DOCENTE	22
1.1 O TRABALHO, A SOCIEDADE E A GÊNESE DA LUTA DE CLASSES	22
1.2 MOVIMENTO SOCIAL, CONSCIÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO.....	27
1.3 LIMITES ESTRUTURAIS DO SINDICALISMO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: PONTO DE PARTIDA PARA A ANÁLISE DO SINPREFI.....	28
1.4 O PERFIL DO PROFESSOR: DESVALORIZAÇÃO E PROLETARIZAÇÃO HISTÓRICA.....	30
1.5 NEOLIBERALISMO, NOVA GESTÃO PÚBLICA E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (1990-2010).....	34
1.6 ADOÇÃO DA GESTÃO POR RESULTADOS NA EDUCAÇÃO E A SUBVERSÃO DA VALORIZAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL MUNICIPAL.....	38
CAPÍTULO 2: AS LUTAS DO MAGISTÉRIO EM FOZ DO IGUAÇU	41
2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: FONTES DOCUMENTAIS E ORAIS.....	41
2.2 TERRITÓRIO EM DISPUTA: AS MOBILIZAÇÕES DOCENTES EM FOZ DO IGUAÇU ANTES DA FUNDAÇÃO SINDICAL ESPECIALISTA.....	46
2.3 VOZES FUNDADORAS DO SINPREFI: PERFIS E TRAJETÓRIAS DAS PRIMEIRAS DIRIGENTES.....	50
2.4 OS ANTECEDENTES DO ROMPIMENTO DO SINDICATO GERAL (SISMUFI).58	
2.5 A ORGANIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DO SINPREFI A PARTIR DA NARRATIVA DAS FUNDADORAS E REGISTROS DO LIVRO-ATAS.....	63
2.6 O IMPOSTO SINDICAL E O DESAFIO COM A PROCURADORIA MUNICIPAL..68	
CAPÍTULO 3: O TRIUNFO VAZIO: PLANO DE CARREIRA E CONTRADIÇÕES DA VALORIZAÇÃO DOCENTE	71
3.1 A LUTA PELO PLANO DE CARREIRA E AS CONTRADIÇÕES DA VALORIZAÇÃO DOCENTE (2013-2015).....	71
3.2 UNIDADE EM TENSÃO: GRATIFICAÇÕES, PRECONCEITO E A LUTA PELA ISONOMIA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DOCENTE (2010-2015).....	90

3.3 AS PROPOSIÇÕES DA LEI Nº 4.362/2015 E AS CONTRADIÇÕES DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
FONTES.....	115
APÊNDICE I.....	122
APÊNDICE II.....	126

INTRODUÇÃO

A fundação do Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Foz do Iguaçu (Sinprefi)¹ consolidou-se em 2010 sob justificativas técnicas — como a gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)² e a necessidade de um Plano de Carreira — pautada no desmembramento do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Foz do Iguaçu (Sismufi), o que gerou uma memória institucional de transição puramente burocrática. Esta pesquisa analisa a trajetória política do Sinprefi entre 2010 e 2015, investigando desde o seu marco fundacional — derivado da ruptura com o sindicato geral — até a efetivação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais da educação municipal.

Se nos anos 1990 o Brasil se insere no modelo de Administração Pública Gerencial³, é na primeira década do século XXI — período que precede a fundação do Sinprefi — que o magistério de Foz do Iguaçu se depara com a institucionalização do Fundeb (2007) e do Piso Salarial Nacional (2008). A organização das trabalhadoras em Foz do Iguaçu, a partir de 2010, reflete as pressões da Gestão por Resultados (GpR) — modelo que transpõe para a escola a lógica de produtividade empresarial — e a normatização da qualidade via índices de desempenho, como o Ideb⁴. Essa configuração é fruto da consolidação da Nova

¹ Fundado originalmente como Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Foz do Iguaçu, a entidade passou por alterações estatutárias posteriores para abranger a atual denominação de Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Foz do Iguaçu. Localiza-se atualmente na rua Manoel da Nóbrega, 406, Bairro América, Foz do Iguaçu, Paraná, tendo obtido seu registro sindical definitivo em 28 de abril de 2014.

² O Fundeb é um fundo contábil destinado ao financiamento da educação básica pública, cuja regulamentação exigia formas específicas de acompanhamento e controle social, servindo como um dos argumentos centrais para a autonomia sindical da categoria docente em Foz do Iguaçu.

³ A Administração Pública Gerencial, também denominada Nova Gestão Pública (NGP), emergiu no Brasil com seu principal expoente e formulador, Luiz Carlos Bresser-Pereira, através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995). Tiago Rezende Bottello (2020) e Eduardo Granha Magalhães Gomes (2009) dizem que este modelo propôs a substituição da burocracia rígida por uma gestão focada em resultados, eficiência, descentralização e controle por indicadores de desempenho (como metas e índices de produtividade), transformando o papel do Estado de provedor direto para regulador e gerenciador de políticas públicas.

⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, tornou-se o principal instrumento de avaliação da qualidade da educação no Brasil. Ao combinar taxas de aprovação e desempenho em exames padronizados (Prova Brasil), o índice passou a balizar o financiamento e a criar uma hierarquização entre escolas, pressionando os profissionais da educação por metas quantitativas que, muitas vezes, ignoram as condições objetivas de trabalho e as desigualdades sociais.

Gestão Pública (NGP)⁵, que redefiniu o papel do Estado e a natureza do trabalho docente. Assim, o surgimento do novo sindicato — o Sinprefi — evidencia o esgotamento de modelos de representação antigos frente às exigências de uma categoria que precisava conciliar a defesa de direitos históricos com a resistência às novas métricas de produtividade, em um contexto de descentralização estatal e consequente fragmentação sindical.⁶ Ao analisarem esse período na rede municipal, Juliana Pasini (2012) e Silvio Benitez (2016) evidenciam a fragilidade ou a ausência de uma reação orgânica da base sindical frente ao avanço do controle gerencialista. Enquanto Pasini analisa as “Políticas de formação de professores” para o cumprimento de meta de qualidade da educação e capta um momento de mobilização ainda incipiente da categoria, Benitez observa o cenário pós-consolidação do Plano de Carreira, apontando as “distorções e danos causados pela meritocracia”. A partir dessas constatações, esta pesquisa propõe uma leitura de que o surgimento do Sinprefi ocorre em estreita conformação institucional com a racionalidade do Estado. Assim, a trajetória da entidade revela-se indissociável da implementação das metas de produtividade, sugerindo que o sindicato não apenas reagiu a essas normas, mas foi forjado dentro das contradições por elas estabelecidas.

Diante desse cenário, parte-se da hipótese de que a passividade registrada em pesquisas anteriores encobre um processo complexo de moldagem da identidade sindical. Suspeita-se que essa conformação gerou silenciamentos e tensões na memória das protagonistas, os quais as análises institucionais não captaram. Embora o objetivo seja analisar o período de 2010 a 2015, a relevância desta investigação é motivada pelo cenário conturbado de 2022 e 2023, marcado por importantes mobilizações e pela greve de outubro de 2023. Eventos como a ausência de reajuste inflacionário, o congelamento de promoções (Lei Complementar nº

⁵ A Nova Gestão Pública (NGP) é um modelo de administração que surgiu como crítica à burocracia estatal clássica, propondo a adoção de técnicas de gestão do setor privado no serviço público. Seus pilares são a eficiência, a descentralização, a competitividade e a prestação de contas (*accountability*) baseada em indicadores. No contexto educacional, a NGP manifesta-se através de políticas de “bonificação por resultados” e da cobrança por metas, transformando o sindicato em um espaço de resistência contra a precarização e o adoecimento docente decorrentes dessa pressão produtivista.

⁶ A descentralização estatal, intensificada pelas reformas dos anos 1990, transferiu para os entes municipais a execução das políticas sociais, regionalizando os conflitos trabalhistas. Contudo, esse processo possui raízes jurídicas nos preceitos da Constituição de 1988, que ao garantir a liberdade sindical e a autonomia dos municípios, permitiu que categorias com atividades especializadas buscassem o desmembramento de sindicatos gerais. Essa fragmentação sindical ocorre quando grupos, como as professoras, identificam que suas pautas específicas — e o controle de verbas carimbadas como as do Fundeb — demandam uma representação técnica e política exclusiva. Embora essa especialização permita uma agência mais focalizada na defesa da carreira, ela também impõe o desafio de manter a unidade da classe trabalhadora frente à fragmentação das lutas em cada prefeitura.

173/2020) e as perdas de lideranças aguerridas sensibilizou resgatar a memória das precursoras como um exercício necessário para compreender como suas experiências lançam luz sobre as contradições do presente.

Assim, o Sinprefi insere-se na história local não apenas como uma entidade de classe, mas como um sujeito político forjado nos impasses da valorização profissional via índices de desempenho. Desvelar essa narrativa consolidada do processo de fundação do sindicato em 2010 constitui, portanto, uma tarefa de articulação entre a história local e nacional, buscando compreender como os sujeitos vivenciaram as pressões da “valorização por merecimento” na construção da entidade.

Buscamos compreender o processo de formação do Movimento Sindical das trabalhadoras da educação da rede pública municipal de Foz do Iguaçu, suas proposições e objetivos, as condições que impulsionaram sua formação e a construção do espaço de representação do Sinprefi, bem como sua relação com as transformações na educação e no trabalho no âmbito municipal. Diante desse cenário, esta investigação busca responder: quais nexos constitutivos impulsionaram a criação do Sinprefi e como a identidade desse novo sindicato se consolidou frente aos desafios da implantação do Fundeb e das políticas de metas e resultados (2010–2015)? Ademais, como as contradições entre a conquista da valorização profissional via PCCR (2015) e a persistência da precarização e do controle gerencialista explicam a continuidade das mobilizações e greves na trajetória recente da categoria?

Parte-se do pressuposto que os sujeitos vivenciam mudanças na realidade, muitas vezes permeadas por contradições nas escolhas e nos caminhos tomados. Mas são nas experiências de mobilizações e lutas sindicais que se possibilita compreender, apreender e aprimorar os instrumentos capazes de alterar a sua realidade (Antunes, 2013; Bogo, 2010).

A primeira experiência com o Sinprefi remonta ao ano de 2015, quando, ainda estudante do curso de Pedagogia da Unioeste, somei-me ao movimento sindical que reivindicava a aprovação do Plano de Carreira. Na época, a conjuntura promoveu uma unidade orgânica entre o movimento municipal e estadual, que em alguns momentos uniram-se: o Sinprefi reivindicava a aprovação do Plano de Carreira e os servidores do Estado do Paraná, especificamente a APP-Sindicato, protestavam contra o projeto batizado de “pacote de maldades”, que alterava

legislações da Paraná Previdência e o Plano de Carreira do magistério estadual (Manarin, 2020). Em comum, ambos os movimentos lutavam contra a desestruturação de suas carreiras, evidenciando uma ofensiva coordenada do Estado que exigia uma resposta unificada das categorias. Essa aproximação inicial amadureceu para uma atuação orgânica e institucional quando, em setembro de 2022, integrei a chapa eleita “Unidos e mais forte”. Foi a partir desse ingresso na gestão que se iniciou a motivação desta pesquisa, intensificada pelo impacto do falecimento da presidenta do sindicato, professora Viviane Jara Benitez, em fevereiro de 2023.

Nesse contexto, denomina-se de Movimento Sindical da Educação Municipal e Sinprefi para distinguir e demonstrar sua conexão. O Movimento Sindical apresenta-se como um fenômeno histórico e social que surge em uma conjuntura específica e atua independente do processo legalista formal, nascendo em oposição ao Sismufi. O Sinprefi, por sua vez, compõe-se no espaço físico e em uma estrutura formal, regida por estatuto e normas burocráticas. Apesar dessa formalização, sua essência é indissociável das raízes históricas e culturais do movimento das professoras⁷ municipais, do qual se originou. O sindicato constitui, portanto, um “lugar de memória” onde se unifica a identidade da categoria e se condensa a memória de suas lutas.

A análise desse movimento baseia-se na intersecção das categorias: Estado, trabalho, educação e luta de classes, revelando uma força de trabalho majoritariamente feminina (Louro, 1997). Essa abordagem permite compreender as tensões entre a necessidade de melhores condições de vida e as estratégias do Estado para controlar a força de trabalho docente, pautada em uma mão de obra especializada para a reprodução social. Por conseguinte, a investigação pauta-se no método materialista histórico-dialético, captando a mudança social a partir da realidade concreta — como a legislação do Fundeb e a precarização laboral.

A investigação fundamentou-se no cruzamento de fontes documentais e orais. A atividade de campo ocorreu no Sinprefi, a partir de seus livros-atas (2010-2015), recorrendo-se também ao acervo do Sismufi para compreender a dissidência da categoria. Entretanto, para captar o que silencia na formalidade dos documentos, utilizou-se a História Oral como “arte da escuta” (Portelli, 2016) e Janaína

⁷ Em consonância com as escolhas metodológicas de Yannoulas (2017, p.50), adota-se neste estudo o gênero feminino para designar as categorias profissionais majoritariamente compostas por mulheres — como professoras e pedagogas —, visando dar visibilidade à histórica feminização do magistério e das ocupações correlatas.

Amado (1995), por meio de entrevistas com as precursoras Maria Aparecida Rice⁸ e Marli Maraschin Queiroz. A pesquisa também incorporou fontes hemerográficas e iconográficas sob a perspectiva histórico-semiótica (Mauad, 1996), compreendendo a imagem como um documento-monumento da luta. Essas fontes são tratadas como instâncias de produção de sentidos e memórias que, ao capturarem a “escrita do dia” (Souza, 2008), permitem observar as representações sociais em torno do trabalho docente e das mobilizações sindicais em Foz do Iguaçu.

Por conseguinte, esta análise situa-se no campo da História Social, transpondo a matéria burocrática das instituições para focar nos sujeitos e suas experiências. Tal abordagem fundamenta-se na perspectiva de E. P. Thompson (1987), ao compreender que a identidade sindical não é uma estrutura estática, mas um processo “feito” e “refabricado” na cultura e no conflito cotidiano. Nesse sentido, as tensões e conflitos, à luz das contribuições de Edilene Toledo (2012), a pluralidade de trajetórias e ideologias que compõem o movimento operário e sindical, retirando-o de uma suposta homogeneidade. Para viabilizar essa leitura, a análise das fontes impressas e orais submete-se ao rigor metodológico proposto por Tânia Regina de Luca (2005), que orienta o olhar para as intencionalidades dos documentos, permitindo que as atas e os jornais sejam questionados em seus silêncios e representações.

Sendo assim, esta dissertação está estruturada em três capítulos interligados: o Capítulo 1: “Trabalho, sociedade e sindicato: a dialética das relações sociais na luta docente”, estabelece o alicerce teórico sobre as categorias trabalho e classe, configurando-se como um exercício de reconstrução do cenário e das condições sociais e políticas nas quais o sindicato foi construído. Nele, situam-se as influências do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública como determinantes que moldaram a experiência das trabalhadoras. O Capítulo 2: “as lutas do magistério em Foz do Iguaçu”, detalha o arcabouço metodológico, com ênfase na História Oral e na análise documental e investiga o percurso histórico de desmembramento do sindicato geral e a fundação do Sinprefi, enquanto o Capítulo 3: “O triunfo vazio: plano de carreira e contradições da valorização docente”, analisa as contradições da conquista

⁸ Maria Aparecida P. da Silva, amplamente conhecida no movimento sindical e na rede municipal de Foz do Iguaçu pelo sobrenome “Rice”. Embora tal designação tenha origem em seu estado civil anterior, a entrevistada optou por manter o uso do nome “Rice” em sua atuação pública e política, sendo esta a forma pela qual é reconhecida nas atas institucionais e na memória coletiva da categoria. Por essa razão, e em respeito à identidade social consolidada pela própria, adotou-se esta grafia ao longo da presente pesquisa.

do Plano de Carreira (2014-2015), revelando como a valorização das trabalhadoras foi subvertida pela lógica da Gestão por Resultados.

CAPÍTULO 1: TRABALHO, SOCIEDADE E SINDICATO: A DIALÉTICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA LUTA DOCENTE

1.1 O TRABALHO, A SOCIEDADE E A GÊNESE DA LUTA DE CLASSES

Com base nos escritos de Marx e Engels, “trabalho” é, intrinsecamente, uma atividade humana consciente e teleológica, e foi responsável pela ascensão humana. Ao contrário dos macacos, que utilizam as mãos apenas para necessidades imediatas e limitadas, o homem, ao longo do tempo, desenvolveu uma mão capaz de produzir ferramentas e manipular objetos, ampliando sua capacidade de transformação do meio ambiente. Isso ocorre não apenas pelo aperfeiçoamento físico das mãos, mas pela transmissão hereditária de habilidades, que foram sendo aprimoradas por gerações. A mão do homem se tornou o principal instrumento do trabalho, possibilitando a criação de objetos e tecnologias que antes eram impensáveis para outras espécies (Antunes, 2013).

Além disso, a evolução do cérebro humano está intrinsecamente ligada ao trabalho. O desenvolvimento da capacidade de abstração, de planejamento e de comunicação – com destaque para a linguagem – surgiu, segundo Antunes, a partir da necessidade de os seres humanos se organizarem para realizar tarefas coletivas e complexas. O trabalho, ao exigir uma colaboração mútua, impulsionou a necessidade de comunicação e, conseqüentemente, de um sistema linguístico mais elaborado. Dessa maneira, o cérebro humano foi se diferenciando dos outros animais, permitindo não só a sobrevivência, mas também o avanço das sociedades. O trabalho, portanto, não apenas moldou o corpo, mas também foi essencial para o desenvolvimento mental, ampliando as capacidades humanas de pensar, comunicar e agir (Antunes, 2013).

No entanto, na dialética do trabalho, Antunes aponta que seu desenvolvimento não se deu de maneira linear e pacífica, pois, com o avanço das capacidades humanas, também surgiram as divisões sociais e o antagonismo entre duas classes: a dominante e a classe oprimida.

Essa divisão inicial se aprofundou e se transformou ao longo da história, passando por diferentes formações sociais, como o escravismo e o feudalismo. Cada uma delas foi marcada por um modo de produção e por formas

específicas de exploração do trabalho. Foi com a dissolução do sistema feudal, o surgimento do comércio e a ascensão da indústria que uma nova organização social se consolidou, marcando a transição para a sociedade capitalista moderna. Neste novo cenário, as antigas relações de servidão e dependência deram lugar a um antagonismo de classes mais acentuado.

Bogo (2010, p. 42), nesse sentido, trata a classe dominante atual de burguesia. A dominação burguesa moderna, caracteristicamente insaciável por acumulação de capital, se espalhou e dividiu o mundo em duas grandes classes opostas: a burguesia e a proletária. Seja classe dominante ou burguesa versus classe oprimida ou proletária, esse antagonismo deriva da transformação nas relações de produção e extração da mais-valia da força de trabalho que:

Deixou de ser um prazer produzir os próprios meios de vida. Com o capitalismo, o trabalho, a atividade graças à qual os homens passaram a produzir seus próprios meios de vida, distinguiu-se dos dos animais, transformando-se numa atividade repulsiva e desumanizadora, uma atividade que se faz por obrigação, pela mera necessidade de sobreviver. Dessa forma, está montando a deriva, daí o tripé da perversidade do capital: a exploração, a dominação e a alienação (Bogo, 2010, p. 43).

Nesse contexto, o sentido de alienação – que se origina da palavra *alius*, que quer dizer separar (Bogo, 2010, p.167) – manifesta-se no fato de o trabalhador, despojado dos meios de subsistência e produção, ser obrigado a vender sua única mercadoria: a força de trabalho. Ele se separa assim do produto, do processo, de seus semelhantes e de sua própria essência humana. As classes dominantes em processo de expropriação passaram a controlar os meios de produção, relegando as classes oprimidas a um papel subordinado. Sob o comando do capital, o trabalhador e a trabalhadora, despojados de todos os meios de subsistência, estão obrigados a vender sua força de trabalho. Daí a origem etimológica da palavra proletário, termo comumente utilizado por Karl Marx e Friedrich Engels, que na Roma Antiga denominava como *proletarii* o cidadão da classe mais baixa que não tinha quaisquer propriedades e cuja função era engrossar o exército imperial através da geração de filhos – *Proles* (Severo, 2017).

Desse processo de submissão ao capital, acabou por impor à classe trabalhadora, características de identidade de subordinação e alienação:

Como afirmou Marx: “Quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valor cria, quanto mais sem valor, mais indigno se torna; quanto mais refinado o produto, quanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, quanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais imponente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza” (Bogo, 2010, p. 43).

Esse processo de exploração e subordinação do trabalho humano ocorre por meio da apropriação dos meios de produção e das tecnologias, pelas quais a burguesia se apropria do conhecimento e das ferramentas que antes pertenciam ao coletivo social. O trabalho, que deveria ser uma expressão da capacidade humana, passa a ser subordinado a um sistema de produção que aliena e submete o trabalhador à lógica do lucro. Nesse contexto, os corpos humanos são expropriados, e a força de trabalho é tratada como uma mercadoria, sujeita à dinâmica do mercado.

O trabalho, como força que transforma tanto o homem quanto a sociedade, que define as relações sociais — sua força transformadora da natureza também define as relações de poder e as estruturas sociais. Assim, essa transformação/alienação no modo de produção, ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de produção e progresso tecnológico, também introduz as tensões sociais – entre as classes – que marcam a história da humanidade (Antunes, 2013).

Thompson (2024) diz que a “classe” não é apenas uma abstração ou uma categoria teórica, pois se trata de um processo concreto, vivido por aqueles que compartilham condições materiais e experiências comuns. Nesse sentido, Edilene Toledo (2013) destaca que a contribuição de Thompson reside em enfrentar o chamado “silêncio de Marx” em relação aos sistemas de valores e às tradições culturais. Para a autora, Thompson demonstra que o fazer-se da classe trabalhadora não é determinado apenas pela base econômica, mas mediado pela experiência cultural e moral dos sujeitos. Assim, a totalidade das relações sociais e a dialética das classes explicam como as identidades de classe se formam e se transformam ao longo do tempo, impulsionadas não apenas pelas condições materiais, mas pela forma como estas são sentidas e articuladas culturalmente.

Nesse sentido, é na concretude dessa experiência, marcada pela exploração e pela alienação no setor público, que emerge a necessidade de organização e a identificação das trabalhadoras que formam o movimento sindical da educação municipal de Foz do Iguaçu. Esse movimento sindical por ser

majoritariamente formado por mulheres, convém tratar como um movimento de trabalhadoras contratadas pelo Estado para exercer atividade no âmbito da educação escolar, formal (e Pública) na esfera municipal – da Educação Infantil (EI) ao Ensino Fundamental I (EF). Que “independente dos governos que se sucedem a cada mandato ou suas configurações políticas, essas trabalhadoras se mantêm na condição de prestar um serviço à reprodução da sociedade.” E como profissional “realiza seu trabalho no sentido de conferir uma qualidade especial à mão de obra, que é mercadoria básica no processo de produção do valor” (Rosso, 2011. p.21 *apud* Manarin, 2020, p. 19). Essa mão-de-obra, ainda que de maneira distinta do setor privado que tem como fundamento, a obtenção direta do lucro, no setor estatal também está sob o mesmo processo de exploração.

Seja no setor público ou privado, o trabalhador está sujeito ao processo de alienação e exploração de sua força de trabalho, embora por dinâmicas distintas. No setor privado, essa exploração é diretamente impulsionada pela busca direta e incessante do lucro, onde sua individualidade frequentemente é minimizada em nome do desempenho e da produção. E a lógica que determina sua remuneração corresponde a um custo direto para o capitalista, pago a partir do tempo de trabalho socialmente necessário para gerar o valor da força de trabalho, sendo estritamente limitado pela necessidade de extração de mais-valia (o tempo de trabalho excedente não pago).

Já no setor público, a exploração se manifesta por meio de um sistema de trabalho burocrático e impessoal, onde, embora se tenha garantias como estabilidade e progressão na carreira, o trabalhador também perde autonomia e identidade, muitas vezes aprisionado a uma rotina rígida e distante de seus próprios interesses. Seu salário não está diretamente atrelado à produção de uma mercadoria para o lucro, mas representa um custo para o Estado, financiado via impostos, e integra a lógica da reprodução social. Embora o trabalho da(o) professora(or) não produza diretamente mais-valia no sentido fabril, ele é essencial para a reprodução da força de trabalho socialmente necessária, tornando-se, indiretamente, uma categoria fundamental para a manutenção do sistema capitalista e para a extração da mais-valia em outras esferas produtivas.

Conforme expressa Manarin (2020, p.19), a categoria de professoras(es) e demais trabalhadoras(es) da educação:

vive em um paradoxo de condições materiais, sentimentais e simbólicas, ou seja, hora respeitada, valorizada e reconhecida como necessária para emancipação humana, ora questionada por onerar os cofres públicos, responsabilizada por não ofertar um ensino de qualidade e padecendo com remuneração e condições de trabalho precárias.

Assim, a luta por salários e direitos dos servidores públicos não se reduz ao interesse econômico, mas fundamentalmente político, pois lida com a disputa pela apropriação do fundo público e pela definição das prioridades do Estado (Carvalho, 2012). Uma outra diferença significativa é que, enquanto o trabalhador do setor privado vive o constante risco do desemprego, o do setor público desfruta de certa segurança no emprego. No entanto, ambos sentem desafios semelhantes, como a sobrecarga de trabalho e condições adversas de atuação. Então, o que une os trabalhadores do Estado aos trabalhadores dos demais segmentos sociais é a sua posição no mundo pela “luta de classes”, isto é, por interesses econômicos e políticos antagônicos à classe que domina o capital (Severo, 2017).

Severo (2017) ressalta as semelhanças, mas também diferenciação histórica acerca das características reveladas entre o proletário do século XIX e dos trabalhadores contemporâneos. A semelhança reside na definição do trabalhador enquanto um ser que possui apenas a sua força de trabalho para vender em troca de um salário – fenômeno que permanece fundamental no capitalismo. O trabalhador ainda vende a sua força de trabalho aos capitalistas para gerar mais valor, refletindo a lógica básica da exploração capitalista.

No entanto, há várias discontinuidades importantes, principalmente no que diz respeito às formas de organização do trabalho. No século XIX, a grande maioria dos trabalhadores estava concentrada nas fábricas, facilitando a organização e a formação de sindicatos. Já na atualidade, as relações de trabalho se diversificaram significativamente, com o surgimento de novas categorias como as(os) da educação estatal (pública) e a expansão de trabalhadoras e trabalhadores informais, terceirizados e autônomos. Essas novas modalidades de trabalho geraram uma maior dispersão e a intensificação da divisão do trabalho, contribuindo para a fragmentação da classe trabalhadora e dificultando a criação de uma identidade unificada (Severo, 2017).

Para Marx, a consciência de classe e a luta contra a dominação capitalista são inevitáveis, à medida que os trabalhadores buscam a emancipação de sua condição de subordinação. O trabalho – motor que forma o humano e permite

transformar o mundo ao redor – também se transforma em um campo de lutas e de tensões sociais, que exige organização e resistência (Severo, 2017).

Sendo assim, a criação de movimentos sociais e sindicais é uma resposta à necessidade de os trabalhadores se organizarem para resistir ao modelo de exploração capitalista. A luta sindical, portanto, deve ser entendida como um processo histórico que reflete as contradições internas do sistema capitalista, e também como uma forma de os trabalhadores reivindicarem os direitos que lhes são negados pela lógica da mercantilização e exploração do trabalho humano.

A luta de classes, impulsionada pela alienação e pela exploração da força de trabalho no sistema capitalista, leva o trabalhador à necessidade de organização e resistência. Essa resistência, no contexto histórico moderno, se materializa na criação de associações de defesa. Contudo, ao mesmo tempo que reflete a busca por emancipação, a forma concreta que essa organização assume – o sindicato – insere-se na própria estrutura jurídica e política da sociedade burguesa.

1.2 MOVIMENTO SOCIAL, CONSCIÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

A formação de um movimento social, descrita por Thompson (2024) como um processo ativo e histórico de “fazer-se”, convém para a nossa análise, que irá examinar a atuação das trabalhadoras da educação de Foz do Iguaçu, buscando compreender como as suas lutas se constituem e se transformam ao longo do tempo. Thompson diz que essa unificação de experiências e consciências em um movimento em constante transformação, como a classe operária, não ocorre de forma instantânea, mas por meio de organizações e debates. No mesmo sentido, Peloso (2012) destaca que nem todo movimento popular é sindical, mas uma das formas de reação da classe oprimida, que pode ser pacífica ou violenta, espontânea ou organizada, contra diferentes formas de injustiça e dominação.

Peloso (2012) aprofunda essa distinção ao classificar os tipos de luta, ressaltando o risco de um movimento se restringir a pautas pontuais. A luta assistencial, por exemplo, busca soluções imediatas sem questionar as causas estruturais, podendo gerar passividade. A luta econômica, frequentemente presente no sindicalismo, foca em melhorias salariais e de condições de trabalho, mas tende a não questionar a estrutura da sociedade. Apenas a luta política transcende o

processo eleitoral e as reivindicações imediatas, visando a conquista do poder e a transformação social.

Nesse contexto, Bogo (2010) critica o modelo sindical que se acomoda em lutas reivindicatórias, perdendo seu ímpeto revolucionário e burocratizando suas lideranças. Para ele, a ação política deve ir além da mera resistência e promover a consciência de classe internacionalista, que é a identidade fundamental do socialismo. Bogo contextualiza essa necessidade no pós-1989, quando o colapso do socialismo de Estado gerou concepções revisionistas e reformistas que contribuíram para a resignação ao capitalismo. Ele diferencia o reformismo (luta por direitos) do revisionismo (modificação de conceitos marxistas para fins oportunistas), destacando que as massas, ao lutarem por reformas, podem ser combativas, mas não necessariamente revisionistas em seu conteúdo filosófico.

Finalmente, Severo (2017) complementa essa visão ao analisar a luta das trabalhadoras da educação sob a ótica do internacionalismo de Marx. Destaca que a luta de classes é um fenômeno global e que as lutas locais e nacionais não são a simples soma de suas partes, mas se constroem de maneira integrada, com características únicas que as distinguem do todo.

1.3 LIMITES ESTRUTURAIS DO SINDICALISMO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: PONTO DE PARTIDA PARA A ANÁLISE DO SINPREFI

O conceito de sindicato, carrega uma ambiguidade intrínseca à sua inserção no modo de produção capitalista. Etimologicamente, a palavra deriva do grego *syndikos*, que significa “defensor” ou “protetor” (Sacco; Resende, 2019, p. 140). Contudo, no contexto da sociedade burguesa moderna, a própria ideia de “defender” os direitos dos trabalhadores acontece dentro de limites que não desafiam profundamente o sistema. Como sugere Bogo (2010), essa defesa, embora legítima, reflete as limitações impostas pela estrutura do sistema capitalista, onde as relações de classe e o poder da burguesia moldam a ação sindical.

O sindicalismo, enquanto movimento estruturado, desenvolveu-se, portanto, como uma resposta à exploração intensiva da nova classe trabalhadora pós-Revolução Industrial, consolidando-se no século XIX como associações para atender aos interesses de seus membros (Delgado, 2025; Sacco; Resende, 2019). É essa

ambiguidade entre defesa e limitação estrutural que serve de ponto de partida para a análise do Sinprefi.

A história do sindicalismo no Brasil é marcada por um profundo controle estatal e corporativista, uma estrutura implementada pela política de Getúlio Vargas a partir dos Decretos de 1931, e consolidada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 (Pinto, 2007; Pignatti, Lemos e Sales, 2025). Esse modelo impôs a unicidade sindical e subordinou as entidades ao reconhecimento estatal, transformando-as em ferramentas de gestão de conflitos. A persistência dessa estrutura, mesmo após a redemocratização, favoreceu a dependência estatal e gerou a figura do “pelego”, o dirigente sindical que age mais pelos interesses estatais/patronais (Pinto, 2007).

Nesse contexto histórico, o movimento sindical do professorado também passou por uma profunda transformação. A intensificação da proletarização dos professores, especialmente após os anos 1970, impulsionou a categoria a migrar de um modelo associativista e recreativo (CPPB⁹) para uma organização sindical de base (CNTE). Essa mudança simbolizou uma identificação com a classe trabalhadora e uma oposição ao modelo capitalista (Ferreira Jr e Bittar, 2006).

No entanto, sob o impacto da ideologia neoliberal, essa trajetória de luta política mais ampla sofreu um refluxo. Bogo (2010), Boito Jr (1999) e Pinto (2007) convergem para o entendimento de que houve um processo de esvaziamento teórico e político das forças de esquerda, onde o método materialista foi substituído por uma luta sindical mais pragmática e reivindicatória, acomodada em melhorias pontuais dentro da lógica capitalista. Essa acomodação reformista contribui para elucidar o surgimento de novas estruturas sindicais, como a do Sinprefi.

Diante do exposto, no caso específico em estudo, observa-se uma retomada do caráter de organização corporativa, de luta fragmentária e predominantemente econômica, caracterizando-se como um sindicalismo especialista-burocrático. Este fenômeno não deve ser lido de forma isolada, mas como a materialização local de uma conjuntura da história nacional marcada pelo avanço do modelo gerencialista de administração pública. Assim, a investigação no âmbito da história local em Foz do Iguaçu permite desvelar como as diretrizes

⁹ A Confederação de Professores Primários do Brasil (CPPB), fundada em 1959, representava as professoras do antigo “ensino primário” e foi a precursora da atual CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

nacionais de controle e produtividade foram recepcionadas, tensionadas e vivenciadas pelas trabalhadoras da educação iguaçuense, transformando estruturas globais em experiências concretas de classe.

1.4 O PERFIL DO PROFESSOR: DESVALORIZAÇÃO E PROLETARIZAÇÃO HISTÓRICA

A desvalorização da atuação docente, enquanto atividade produtiva, enraíza-se em um contexto histórico marcado pela herança escravagista e pela mentalidade das elites brasileiras, que historicamente manifestaram desprezo pelo trabalho manual e, posteriormente, pelo trabalho assalariado, isentando dessa percepção apenas as carreiras ligadas ao poder e ao prestígio, como a política, a medicina e o direito. A trajetória da profissão docente, portanto, tem uma conexão intrínseca com a história do presente, pois a transição para o trabalho livre foi acompanhada pela consolidação de mecanismos que justificariam a precarização do magistério, destacando-se a feminização da profissão e a disseminação de uma ideologia sacerdotal (Louro, 1997; Ferreira Jr., 1998; Carvalho, 2012).

Entre o final do século XIX/início do século XX até meados dos anos 1950, ser professor significava ocupar uma posição invejável na escala social. Por outro lado, Carvalho (2012) desmistifica a crença de que “no passado todo professor sempre ganhou bem”. Ao contrário, o problema da péssima remuneração da professora primária — hoje séries iniciais do ensino fundamental — remonta ao final do século XIX. Nesse período, as professoras eram reconhecidas socialmente por conta da missão nobre e sacerdotal que realizavam e não porque ganhavam bem.

Todavia, adverte Carvalho (2012, p. 86), que como todo sistema, há as exceções: ao final do século XIX, havia grupo dos professores que era melhor remunerado, os “profissionais qualificados”. Entretanto, essa qualificação tem menos a ver com a excelência de seu trabalho e mais com o papel hierárquico que ocupavam no sistema:

Quem ganhava mais eram os professores de cursos secundários e superiores, os diretores e inspetores de ensino, uns poucos situados no ápice da pirâmide educacional. Nem mesmo uma qualificação de escolaridade (em curso superior e de especialização, raros na época) garantia um salário elevado (Carvalho, 2012, p. 86).

Os estudos revelam que à medida que as mudanças no processo produtivo capitalista se adaptam às novas formas de exploração, ideologias são empregadas para favorecer e justificar o modelo de educação com o emprego de poucos recursos econômicos aliado ao descomprometimento estatal com a própria formação de sua massa produtiva.

Carvalho (2012) diz que embora não seja possível precisar a data, “a partir dos anos 1950/1960/1970 começa a acentuar-se o processo de desvalorização da profissão na escala social”. Nesse contexto, reconfigurando o mercado de trabalho, impulsionado pela urbanização e industrialização, expandiu as oportunidades de trabalho, especialmente em setores considerados menos atrativos para os homens. Mulheres tornaram-se mais aptas a ocupar espaços públicos. Assim, a mão de obra feminina – frequentemente associada a qualidades ideológicas como “doce” e “barata” – emergiu como uma opção economicamente viável para o capital. Essa viabilidade se dava em uma escala diferenciada de precarização, onde o magistério, em suas bases mais desvalorizadas (primárias), absorvia a mulher de forma geral, mas também revelava as profundas hierarquias sociais, como a precarização ainda maior da “mulher negra e feia” mencionada por Louro (1997, p. 14).

Com o fenômeno da feminização do magistério, introduzia-se a concepção do ensino como uma “missão” ou vocação, consolidando como ideologia normalizadora dos baixos salários e transformando a exploração em um ato de “resignação e abnegação” (Louro, 1997, p. 21). Embora essa construção ideológica tenha encontrado resistências e críticas quanto à “capacidade feminina” para a educação (Louro, 1997, p. 14), prevaleceram as vozes que argumentavam pela “natureza” feminina da inclinação para o trato com crianças, apresentando o magistério como uma “extensão da maternidade” e uma atividade de amor e doação (Louro, 1997, p. 8). Esse discurso justificou a saída dos homens das salas de aula para ocupações mais rentáveis e legitimou a entrada das mulheres, que buscavam ampliar seu universo para além do lar e da igreja.

Ao magistério foram associadas características “tipicamente femininas” como paciência, afetividade e doação, que se articularam à tradição religiosa da docência como um “sacerdócio”. Essa construção da imagem da professora como “trabalhadora dócil, dedicada e pouco reivindicadora” e conforme

Louro (1997, p. 8) serviu para dificultar futuras discussões sobre salário, carreira e condições de trabalho.

Conforme o processo de expansão do capital, o Estado passou a enfraquecer a autonomia da docência, resultante da crescente intervenção e controle, segundo Louro (1997, p. 8). A autora aponta que não se trata de uma causalidade direta, mas da “articulação de múltiplos fatores que contribuíram para essa perda de autonomia em um contexto de crescente participação feminina”.

Essa desvalorização histórica do magistério é corroborada pelo perfil do professor caracterizado pela descontinuidade no trabalho, frequentemente leigo e sem formação pedagógica formal, e crescentemente praticado por mulheres no ensino primário. A exigência de apenas “boa moral” e saber ler e escrever para ingressar na profissão, aliada aos baixos salários, desestimulava a atração de profissionais mais qualificados (Saviani, 2005).

Ferreira Jr. (1998, p. 20), baseando-se em Enguita, ressalta o caráter elitista da mentalidade do professorado, que se distanciava do “mundo, da experiência, da cultura e dos valores do trabalho manual”. Essa mentalidade, que priorizava a educação religiosa em detrimento de questões pedagógicas e a “contribuição da família no lar para as tarefas escolares”, revelava um caráter “excludente e de qualidade duvidosa” da educação pública (Ferreira Jr., 1998, p. 13), reforçando a ideia de que a profissão de professora era uma missão de educar e civilizar, associada ao sacerdócio.

A ideia de que o trabalho feminino fora de casa era uma ocupação transitória, a ser abandonada em favor da “verdadeira missão feminina de esposa e mãe”, também contribuiu para a manutenção de salários baixos (Louro, 1997, p. 22). Assim, o magistério passava a ser “próprio para mulheres” por ser um trabalho de “um só turno”, permitindo o cumprimento das “obrigações domésticas” no outro período, o que justificava um “salário complementar”, desconsiderando as situações em que o salário feminino era a principal fonte de renda (Louro, 1997, p. 11).

No cenário político, no breve período de redemocratização (1945-1964), a “parca concentração orgânica” e falta de autonomia e liberdade sindical do professorado, inclinada à resignação ideológica e à postura “colaborativa” da Confederação de Professores do Brasil (CPB) com a Ditadura Militar (1964-1985), evidenciam o distanciamento social da categoria e sua complacência sobre a baixa remuneração (Ferreira Jr., 1998, p. 19).

Ferreira Jr. (1998), observa uma transição da elitização do professorado para um processo de proletarização da profissão a partir de LDB nº 5.692/1971, que ao obrigar o ensino de 8 anos, criou uma demanda enorme por professoras, levando à massificação e proletarização do professorado. Aquela profissão isolada e sustentada pela ideologia da “missão” foi substituída por um imenso contingente de trabalhadoras(es) assalariadas(os), com formação aligeirada e baixos salários, tornando o discurso do sacerdócio ineficiente para o capital.

Nesse período de crise do capital e fim do “Milagre Econômico”, impulsionado pelas crises do petróleo a partir de 1973-1974, o aumento do custo de vida e a falta de liberdades levaram a população a apoiar a oposição. Gritos entalados eclodiram em greves, com apoio da Igreja Católica e militantes de esquerda, o movimento sindical voltou a ganhar força (Pignatti, Lemos e Sales, 2025, p. 110; Pinto, 2007).

A repercussão no professorado foi imediata: entre 1978 e 1979, docentes de praticamente todos os estados entraram em greve (Gindin, 2013). A militância docente, que se sentia desvalorizada e desamparada por décadas de submissão sindical (Pinto, 2007), percebeu que a defasagem salarial e as constantes derrotas nas negociações não eram apenas problemas econômicos pontuais, mas de cunho político (Ferreira Jr., 1998). Essa nova consciência impulsionou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e a expansão das organizações docentes.

A Constituição Federal de 1988, ao consolidar o Estado Democrático de Direito, garantiu a liberdade de criação de sindicatos sem tutela estatal, impulsionando a unificação nacional com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em 1989/1990 (Pinto, 2007; Gindin, 2013). Após esse processo de efervescência das lutas sindicais, em que se assentavam os preceitos neoliberais na economia brasileira, a ideologia do baixo salário — historicamente forjada na feminização da profissão e na representação da docência como vocação — transita dialeticamente para a atualidade. Essa transição ocorre por meio da adaptação do magistério às novas formas de gerenciamento estatal. Embora a profissão permaneça majoritariamente feminina, a lógica de exploração do capital agora necessita de novos mecanismos de convencimento e manipulação que ultrapassem o antigo discurso do “amor ao ensino”.

O baixo salário persiste sob novas roupagens, onde a retórica da “Qualidade da Educação” a partir de 1990, tem em seu enredo os aportes financeiros e marcos regulatórios. A contradição reside no fato de que o Estado assume o financiamento (via Fundos), mas vincula sua responsabilidade a uma lógica gerencialista de metas, meritocracia e responsabilização individual. Dessa forma, a exploração não é mais justificada pela “abnegação sacerdotal”, mas sim pela “eficiência produtiva”. Essa articulação, que funde a desvalorização histórica com a racionalidade da Nova Gestão Pública e o novo financiamento da educação, será o objeto de análise do tópico a seguir.

1.5 NEOLIBERALISMO, NOVA GESTÃO PÚBLICA E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (1990-2010)

Na década de 1990, o Brasil se insere plenamente na lógica do neoliberalismo, consolidando-se a partir dos governos Collor e FHC. As políticas implementadas nesse período buscaram, conforme analisa Boito Jr. (1999), a desregulamentação do mercado e a flexibilização trabalhista, reconfigurando os serviços sociais sob a ótica da eficiência privada.

Seguindo as diretrizes de organismos como o Banco Mundial (BM) e o BID, o governo FHC promoveu a Reforma do Aparelho do Estado (1995), tendo como marco a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), sob a liderança de Luiz Carlos Bresser-Pereira (Botelho, 2020). Através do Plano Diretor (PDRAE), introduziu-se o paradigma da Nova Gestão Pública (NGP), que prometia superar a “exagerada burocratização” do Estado patrimonialista por um modelo focado na autonomia gestora e no controle de resultados (Gomes, 2009; Botelho, 2020).

No entanto, a trajetória desse modelo é marcada por um processo paradoxal. Embora o campo progressista criticasse a “era Bresser”, foi a partir dos governos de 2003 que essa lógica gerencialista se entranhou nas estruturas estatais (Botelho, 2020). Nesse cenário, o diálogo entre Gomes (2009) e Botelho (2020) revela as duas faces da mesma moeda. Enquanto Gomes foca na dimensão dos resultados e da eficiência — campo que analisaremos no capítulo 3 acerca das contradições da valorização salarial, com o surgimento de bônus e *rankings* como o Ideb para

disciplinar o trabalho docente via indução financeira —, Botelho amplia a análise ao situar essa “modernidade” na dinâmica do presidencialismo de coalizão. Para Botelho (2020), a estrutura burocrática e os cargos de gestão tornaram-se “moeda de troca” política. A convergência entre os autores revela que essa modernização falha em sua promessa de neutralidade: o patrimonialismo segue vigente sob a roupagem gerencial.¹⁰ De toda forma, o Estado transformou-se em um gerenciador de recursos “mínimos”. Ao aplicar o conceito de “deixe o gerente gerenciar”, a União operou uma desoneração de suas responsabilidades, transferindo o conflito político e financeiro para os entes locais. Em municípios como Foz do Iguaçu, essa mudança tornou a disputa pelo fundo público o eixo central das tensões sindicais.

Retomemos o papel das diretrizes desses organismos internacionais (Banco Mundial e BID) para entender como elas se materializam com a Reforma Administrativa. Segundo Boito Jr. (1999) e Carvalho (2012), seus preceitos subordinam os investimentos sociais a critérios de produtividade, transformando a educação em uma meta contratual para a obtenção de cooperação técnica e financeira internacional. Assim, na lógica gerencialista da Nova Gestão Pública, a política de Gestão por Resultados assume o papel de monitoramento e avaliação do desempenho da organização ou da política pública a partir do alcance de resultados (Gomes, 2009, 152). Comprime-se os gastos públicos, transfere as responsabilidades para estados, municípios, iniciativa privada e filantropia, enquanto o papel do Estado é redefinido para um modelo gerencial (Carvalho, 2012).

De outra forma, o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993) constitui-se como um projeto precursor desta ideologia gerencialista de Estado no Brasil. Financiado por organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o BID, o plano alinhou-se à nova racionalidade de gestão baseada na descentralização, na privatização e na focalização de recursos. Dessa diretriz se permeou o arcabouço legal educacional do país nas décadas seguintes, exercendo influência direta na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 e na engenharia financeira das políticas de fundos: primeiro, com a Emenda Constitucional nº 14/1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); e, posteriormente, com a Emenda

¹⁰ O reduzido grau de profissionalismo manifesta-se no uso de cargos comissionados para desvios de função e concessão de privilégios salariais a grupos alinhados à gestão, enquanto se exerce uma pressão desmedida sobre os servidores concursados, cobrados por metas que ignoram o achatamento de suas carreiras.

Constitucional nº 53/2006, que estabeleceu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (Pasini, 2012)

O Fundef, implantado em 1997/1998, articulou os níveis de governo para garantir recursos ao Ensino Fundamental, mas sua arquitetura financeira institucionalizou o abandono da Educação Infantil. Essa política promoveu uma fragmentação estrutural da categoria: ao deixar creches e pré-escolas à margem do financiamento obrigatório, o fundo estabeleceu uma hierarquia de direitos relegou as educadoras infantis a ocupação econômica de *status* inferior. A contenção de gastos, sob a égide das diretrizes de eficiência produtiva, tem sido apontada pela literatura como um fator que legitima disparidades salariais e aprofunda o abismo entre a natureza do trabalho pedagógico e a estruturação da carreira do magistério. Essa configuração projeta-se, nas décadas seguintes, como o cerne das tensões que impulsionarão a luta pela unificação de pautas sindicais, fenômeno que será investigado no Capítulo 3 no em torno do debate sobre o Plano de Carreira das professoras municipais de Foz do Iguaçu (Gemaque, 2004; Arelaro, 1999; Davies, 1999; Pinto, 1999, 2002; Fernandes, 2005 *apud* Carvalho, 2012).

Conforme Carvalho (2012), na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Fundef foi substituído pelo Fundeb¹¹ com a proposta de atender não só o ensino fundamental, mas também a educação infantil, o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando superar as limitações do Fundef, como seu impacto negativo sobre a educação infantil e a EJA, a precariedade do sistema de avaliação e controle de recursos e a inexpressiva valorização do magistério¹². A análise comparativa de Carvalho (2012) sobre o investimento na educação básica no período de vigência do Fundef (1996-2005) e Fundeb (2006-2009) revela que não

¹¹ O Fundeb tinha vigência de 14 anos, mas acabou se estendendo até 31 de dezembro de 2020. Então a EC nº 108, de 26 de agosto de 2020, o tornou permanente, transformando-o em um Fundo de natureza contábil e Constitucional. Essa alteração pode garantir o financiamento contínuo para a educação básica. Além da permanência, a EC nº 108/2020, alterou os percentuais de financiamento e na destinação dos recursos. A complementação da União ao Fundo, que era de 10%, gradualmente é ampliada, para chegar a 23% até 2026. Também determinou que a utilização dos recursos, que antes previa um mínimo de 60% para remuneração do magistério para um mínimo de 70% para remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, ampliando a abrangência para além do magistério e incluindo outros profissionais como diretores, coordenadores pedagógicos e técnicos da educação. O restante (30%) deve ser aplicado em outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (Fundeb, 2024).

¹² Esses Fundos consistem em um mecanismo de distribuição baseado em matrículas presenciais e competências constitucionais dos entes federados, visando promover a equalização de recursos, universalizar o atendimento da educação básica, garantir a qualidade e assegurar o piso salarial nacional para o magistério (Bernardi, 2005 *apud* Carvalho, 2012).

houve um aumento real significativo. O Fundef operou predominantemente em déficit em relação à sua previsão legal de recursos, uma situação que foi apenas corrigida no final do primeiro mandato do Governo Lula¹³. A transição para o Fundeb, portanto, não apenas ampliou o escopo do financiamento, mas impôs uma nova racionalidade contábil aos entes federados. É o que buscamos compreender, em municípios como Foz do Iguaçu, como essa mudança na engenharia financeira do Estado tornou a disputa pelo fundo público o eixo central das tensões entre a administração municipal e a categoria docente, exigindo novas formas de organização e fiscalização que desbordavam os modelos sindicais genéricos até então vigentes. A austeridade fiscal em detrimento do investimento social reverberava diretamente no cotidiano escolar, criando as condições objetivas para a persistência da insatisfação das trabalhadoras municipais. Ao perceber que a “valorização” trazida pelos Fundos (Fundef/Fundeb) não se traduzia em ganho real automático, a categoria docente compreende que apenas a mobilização contínua e o enfrentamento sindical podem romper essa barreira fiscal e garantir a efetivação dos direitos trabalhistas.

Carvalho (2012, p. 77) aponta que na Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010, um dos pontos que se discutia acerca da superação de um financiamento adequado para a educação consistia na mudança das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000: “retirando as despesas com recursos humanos pagas com dotações financeiras advindas do Fundeb do somatório do total gasto com pessoal. Com isso, não fica comprometido, portanto, o limite máximo de 54%”. Mesmo com direitos como o Piso Salarial estabelecidos constitucionalmente, as gestões municipais utilizam os limites da LRF como um *álibi* simbólico para justificar a não aplicação integral desses direitos. Essa dinâmica cria um “*nó górdio*” entre a garantia legal e a efetivação descentralizada, sob restrições fiscais propositais. Essa estrutura beneficia o discurso nefasto de superação de uma gestão pública “estatista” pela eficiência do “quase mercado”, preparando o terreno para a introdução de bônus e gratificações meritocráticas em substituição à valorização real da carreira (Souza; Oliveira, 2003 *apud* Benitez, 2016, p. 26).

¹³ O montante de recursos necessários para assegurar um padrão mínimo de qualidade na educação era substancialmente inferior à quantia destinada ao pagamento dos juros da dívida pública e à formação do superávit primário, evidenciando que a “felicidade do mercado financeiro internacional” prevaleceu sobre o compromisso constitucional com a educação (Araújo, 2009, p.50 *apud* Carvalho, 2012, p.81).

1.6 ADOÇÃO DA GESTÃO POR RESULTADOS NA EDUCAÇÃO E A SUBVERSÃO DA VALORIZAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL MUNICIPAL

Se a Reforma de 1995 lançou as bases institucionais, a materialização dessas diretrizes neoliberais deu-se através da busca por eficiência, da privatização de serviços e, fundamentalmente, da implementação de sistemas de avaliação padronizada. Para essa racionalidade, a “qualidade” educacional passou a ser intrinsecamente ligada à otimização de gastos e à capacidade de formar mão de obra adaptada às demandas do capital (Goulart, 2004; Lombardi, Saviani e Nascimento (2005).

Essa redefinição para o mercado, como apontam Gentili e Silva (1996), trouxe consigo parâmetros curriculares focados em competências e competitividade, operando o que Peroni (2003) e Teixeira (2002) classificam como uma “desobrigação do Estado” (*apud* Carvalho, 2012). Na prática, o Estado transferiu responsabilidades de financiamento para a sociedade e para o mercado, reservando para si o papel de controlador à distância. É nesse cenário que o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto Federal nº 6.094/2007) consolida o mecanismo de controle gerencialista discutido anteriormente. O Decreto não apenas institucionaliza o regime de colaboração, mas introduz a avaliação em larga escala — a “Prova Brasil” — como a métrica definitiva do fluxo e do desempenho escolar.

Para operacionalizar esse controle, instituiu-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹⁴, que passou a funcionar como a régua da qualidade do ensino público. Como reflexo da politização da burocracia e da pressão por resultados mencionadas por Botelho (2020) e Gomes (2009), a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos índices recaiu sobre os ombros das(os) profissionais da educação. Criou-se, assim, uma posição de constante cobrança e vigilância que, sob o manto da “eficiência”, oculta a precarização das condições de trabalho e a tendência de privatização subjetiva do ensino (Lombardi; Saviani; Nascimento, 2005).

¹⁴ O Ideb atribui uma nota de 0 a 10, observando a taxa de aprovação/evasão escolar e o desempenho da média das notas obtidas nas provas de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Os resultados são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC).

Pasini (2012) e Benitez (2016) apresentam evidências de que a partir da implementação do Fundeb, gestões do município de Foz do Iguaçu passaram a adotar discricionariamente metas de desempenho e formas de premiação por “merecimento” para a categoria da educação, com base na aferição da “Prova Brasil” e no Ideb alcançado pelas escolas municipais. Pasini (2012) ainda aponta que a competição e eficiência, alinhada ao discurso neoliberal de promoção de metas e resultados, encontrou expressão em mecanismos como o Fundeb, cujo objetivo era manter o controle por aferição de “merecimento” dos recursos através da “Prova Brasil”. Esse modelo determinava, por exemplo, que os 60% fixados para a remuneração do magistério se cumpriram com a implantação de Planos de Carreira e o piso salarial nacional (Lei nº 11.738/2008), que fixou prazo até 2009 para os municípios se adequarem.

O Plano de Carreira do magistério, em sua concepção original, baseia-se na aferição das atividades e desenvolvimento profissional do docente, compondo regras claras que lhe permitem planejar sua qualificação e vislumbrar um futuro funcional, tendo como valorização profissional uma política salarial permanente. Para Missaki (2020), o impacto de um plano de carreira transcende questões salariais e estruturais, contribuindo para um percurso profissional mais estruturado e reconhecido. No entanto, o que se observa na prática, sob a lógica da Gestão por Resultados (GpR) em Foz do Iguaçu e outros municípios, é a descaracterização desse instrumento. A incorporação da remuneração e das progressões à aferição de resultados pontuais (Ideb/Prova Brasil) subverte o princípio da valorização contínua, instrumentalizando o Plano de Carreira como um mecanismo de controle gerencialista e meritocrático focado em metas externas, e não na melhoria intrínseca das condições e do desenvolvimento profissional.

Assim, a adoção da Gestão por Resultados na educação, sob a retórica da busca por maior eficiência (Gomes, 2009), pode incorrer em um déficit de responsividade quando foca unicamente em resultados pontuais. A análise de Gomes (2009) sobre a experiência de Minas Gerais já indicava que iniciativas de Gestão por Resultados tendem a avançar no controle por produtos (por exemplo, como as notas da Prova Brasil) sem necessariamente garantir o resultado como efeito social (a transformação estrutural do ensino), o que levanta questionamentos sobre a “eficiência e resultados” da política adotada em Foz do Iguaçu.

CAPÍTULO 2: AS LUTAS DO MAGISTÉRIO EM FOZ DO IGUAÇU

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: FONTES DOCUMENTAIS E ORAIS

Essa perspectiva insere-se em um campo consolidado pela historiografia brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX, que passou a investigar as organizações sindicais como parte integrante das lutas mais amplas dos trabalhadores por direitos. No âmbito da História Social do Trabalho, destaca-se a contribuição de Marcelo Badaró Mattos¹⁵, que em sua obra “Escravidos e Livres” (2008), demonstra como a classe é forjada a partir de experiências comuns de exploração e resistência. Seu objeto de estudo (o Rio oitocentista), contribui pelo seu procedimento metodológico, demonstrando como a identidade de um grupo se constrói na vivência do conflito e na organização coletiva, o que me permite analisar as atas do Sinprefi como registros desse “fazer-se” da categoria docente em Foz do Iguaçu. Conforme sinalizado pela orientação desta pesquisa, observa-se que a História Social do Trabalho brasileira, embora robusta em estudos sobre o operariado fabril, ainda apresenta uma lacuna densa no que tange ao sindicalismo docente. Grande parte da produção sobre o tema foi deslocada para os Programas de Pós-Graduação em Educação e Sociologia, resultando em análises que, por vezes, priorizam as estruturas institucionais em detrimento da experiência dos sujeitos. Para preencher essa lacuna, esta dissertação opta por um diálogo entre a História Social e a História do Tempo Presente. No centro desse debate estão Edward P. Thompson (2024) e sua intérprete Edilene Toledo (2013), que oferecem o suporte para compreender que a identidade coletiva do magistério não é uma categoria dada pela estrutura burocrática, mas um processo de “fazer-se”.

¹⁵ Mattos Badaró(2008) investiga o processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX, focando nos trabalhadores escravizados, libertos e livres (nacionais e imigrantes) que compartilhavam os mesmos espaços de exploração. Suas fontes principais são processos criminais, registros de fugas de escravizados, jornais da época e documentos policiais, que permitem ao autor acessar a vida cotidiana para além das estatísticas oficiais. Utilizando o método da História Social thompsoniana, Mattos analisa como esses sujeitos, apesar das diferenças jurídicas, construíram uma experiência comum de classe por meio da solidariedade no trabalho, das resistências e das lutas por direitos. O autor demonstra que a identidade da classe trabalhadora carioca não foi um subproduto automático da economia, mas um resultado das vivências compartilhadas e das agências desses indivíduos contra a dominação.

Paralelamente, a produção sobre o sindicalismo docente no Brasil expandiu-se com as teses de Amarílio Ferreira Júnior (1998) e os trabalhos de Bittar (2006), que analisam o processo de proletarização do magistério sob regimes de exceção e reformas educacionais. No contexto regional, a tese de Odirlei Manarin (2020) recupera as raízes do associativismo paranaense, enquanto as resistências às métricas da Nova Gestão Pública são discutidas por Julián Gindin (2013) e Débora Cristina Goulart (2004). Contudo, observa-se que grande parte dessa produção se vincula ao campo da Educação ou da Ciência Política, priorizando análises sobre estruturas sindicais ou impactos de políticas públicas. Embora esses estudos sejam fundamentais, há um campo a ser explorado pela História Social que privilegie a subjetividade e o “fazer-se” dessa categoria. Sob esse prisma, o estudo da trajetória das trabalhadoras em Foz do Iguaçu — embora dialogue com a historiografia da educação de autores como Amarílio Ferreira Júnior (1998) — diferencia-se ao priorizar o que Thompson denomina como “lógica histórica”: a análise da evidência em movimento, onde a cultura e os valores das professoras são tão determinantes quanto as leis do Fundeb ou as pressões da Nova Gestão Pública. Assim, aqui se estabelece não apenas um cenário, mas um posicionamento político e metodológico dentro da historiografia brasileira. Essa reconstrução demandou, por fim, o retorno ao conceito fundamental do trabalho. É na gênese da luta de classes e no processo de alienação da força de trabalho que encontrei o alicerce teórico para compreender por que a mobilização das trabalhadoras da educação em Foz do Iguaçu é uma manifestação inevitável das contradições do capital.

Por fim, a localização geográfica de Foz do Iguaçu exige um diálogo com a pesquisa de Sandra Regina Kasper Severo (2017), que situa a luta dos profissionais da educação nesta fronteira. Contudo, enquanto Severo foca na caracterização desse território internacionalizado, propõe-se avançar para uma análise do movimento sob a ótica da História Social. Assim, a fronteira deixa de ser apenas um cenário geográfico para tornar-se o espaço onde a experiência e a identidade sindical das docentes são forjadas, preenchendo uma lacuna nas discussões que, até então, priorizaram os aspectos institucionais ou territoriais. Sob essa ótica, o Sinprefi constitui nesse espaço geográfico pulsante, onde o “sistema de objetos” — a sede, as atas e a estrutura jurídica do sindicato — só ganha sentido e densidade através do “sistema de ações” movido pelas trabalhadoras (Santos, 2006). É nesta materialidade que ocorre o “fazer-se” da categoria docente em Foz do Iguaçu

(Thompson, 2024): um processo onde a experiência acumulada no chão da escola e nas frentes de greve transforma a frieza da estrutura sindical em um território de identidade e resistência. O movimento não habita apenas o sindicato; ele o produz continuamente, convertendo a aridez dos marcos legais em um campo de disputa onde a memória e a urgência do presente se fundem, reafirmando que a organização política é, acima de tudo, um produto humano forjado no tempo e no espaço da luta de classes. As contribuições de Antoine Prost (2008) e Georg Iggers (2010) formaram a base do rigor técnico necessário ao ofício do historiador.

Sendo assim, a pesquisa de campo foi iniciada entre 2024 e 2025 com a imersão no acervo impresso do Sinprefi. O contato inicial com esses documentos revelou uma rica compilação de três livros-atas: o primeiro compreendendo o período de 2010 a 2013, e os demais referentes aos anos de 2014 e 2015. Estes volumes, que agrupam atas de reuniões e assembleias, funcionaram como a espinha dorsal da investigação, mas não estavam sozinhos. Encontrei neles uma diversidade de registros — Estatutos, ofícios trocados com a administração municipal, processos judiciais, cartas e fotografias — que transformam esses livros em um híbrido entre documento burocrático e álbum de recordações da luta.

Para análise, organizei uma lista cronológica dessas atas, o que me permitiu acompanhar a constância dos temas relacionados à fundação e à construção do Plano de Carreira. Notei que a documentação apresentava um volume crescente ao longo do tempo, sugerindo um acúmulo de conhecimento institucional e uma atuação sindical mais sistemática conforme a entidade se consolidava. As atas foram filtradas em dois grandes grupos: as disputas jurídicas pela estrutura formal do sindicato e a formação política para a luta pelo Plano de Carreira.

Entretanto, o universo da pesquisa expandiu-se para além das paredes do Sinprefi. Acerca da dissidência da categoria em relação ao sindicato geral, busquei aprofundar as informações no acervo do Sismufi, onde identifiquei peças fundamentais, como o material de campanha da Chapa 2 de 2011, que revelou as tensões éticas e políticas que impulsionaram a ruptura das professoras.

Complementarmente, recorri às fontes hemerográficas para captar a repercussão pública desse movimento. Para além de meros depósitos de informações, os jornais são compreendidos aqui como agentes que intervêm no debate social, pois, com base em Luca (2015), o periódico deve ser estudado como um objeto cultural, produto de estratégias de grupos e indivíduos.

Nesse sentido, analisei jornais de circulação local com recortes distintos: o “Jornal Nosso Tempo” (década de 1980 e 1990), essencial para compreender as mobilizações e o cenário social anterior ao Sinprefi, revelando as tensões e os valores que serviram de amálgama para a organização da categoria. Também, no recorte do período de 2010 a 2015 “A Gazeta do Iguazu”, “Tribuna Popular”, “Gazeta Diário (Gdia)” inseridos nos livros atas e, complementarmente, consultei o “Jornal do Iguassu”, fonte que desvelava a narrativa da administração municipal, acerca da impossibilidade de implementação do Plano de Carreira sob o argumento técnico da queda de receita. O cruzamento desse discurso oficial com os dados de arrecadação permitiu compreender como a retórica da crise era utilizada como estratégia política para frear as reivindicações da categoria. O tratamento dessas fontes, em suas respectivas temporalidades, permitiu confrontar a narrativa interna do sindicato com a visibilidade — muitas vezes seletiva — dada pela imprensa local. Identifiquei ainda jornais de natureza institucional e de combate, como o “Jornal do Sinprefi”, localizados em anexos aos livros-atas, que foram essenciais para mapear as estratégias de comunicação e os embates simbólicos da categoria.

A opção metodológica pelo uso diversificado de periódicos locais — compreendendo tanto a imprensa alternativa de oposição, representada pelo Jornal “Nosso Tempo”, quanto a imprensa comercial e informativa de circulação local (Gazeta do Iguazu, Iguassu, Tribuna Popular e GDia) — justifica-se pela necessidade de triangulação de fontes. O, primeiro, porém, explicita seu engajamento ideológico junto aos movimentos sociais e sindicais da época, os demais periódicos funcionam aqui como registros da crônica cotidiana e institucional da cidade. Destarte, o interesse desta pesquisa nessas fontes comerciais não reside na análise de suas linhas editoriais ou interesses corporativos, mas sim no resgate dos indícios factuais por eles publicados, tais como a cronologia dos protestos, imagens da época, manifestações do poder público e, fundamentalmente, os discursos e entrevistas das professoras municipais que, mesmo sob o filtro da imprensa hegemônica, deixaram rastros de suas reivindicações e da construção de sua identidade profissional

No ambiente digital, a investigação incorporou veículos nativos como o portal *ClickFoz*, captando a imediatidade dos eventos críticos. Adicionalmente, recorri a bases de dados oficiais (Diário Oficial do Município, Portal da Transparência e TCE-PR) para conferir densidade material às discussões sobre o impacto

orçamentário da valorização docente, validando o marco temporal das conquistas e impasses.

As matérias jornalísticas acompanhadas de fotografias foram tratadas sob a perspectiva histórico-semiótica da obra “Através da imagem: fotografia e história interfaces”, de Ana Maria Mauad (1996). Compreendi a imagem como um “documento-monumento” que informa e conforma a representação visual da luta docente, decifrando-as em seu circuito social e ideológico. Após a sólida base documental, a pesquisa avançou para o seu segundo momento: a realização das entrevistas. A partir da leitura das atas, elaborei um roteiro semiestruturado organizado em três blocos — perfil das entrevistadas, fundação do sindicato e aprovação do Plano de Carreira.

As participantes foram selecionadas por critérios de representatividade histórica, priorizando sujeitos que estiveram no núcleo fundador e atuaram nos dois primeiros mandatos (2010-2018). A primeira entrevistada (31/10/2024) foi a professora aposentada Maria Aparecida Pinto da Silva (Rice), presidenta precursora; a segunda (09/11/2024) foi a professora Marli Maraschin de Queiroz, que vivenciou a base e a sucessão da gestão. As entrevistas ocorreram nas residências das participantes, onde a identidade profissional compartilhada estabeleceu um elo de confiança, transformando o diálogo em uma troca autêntica. As fontes orais foram analisadas a partir das obras: “História oral: uma relação dialógica”, de Alessandro Portelli (2016), e “O Grande Mentiroso: tradição, verdade e imaginação em história oral”, de Janaína Amado (1995).

Neste processo, ocorreu o que denomino como um “espaço de entreolhares”: uma identificação profunda onde a memória confere identidade a quem recorda. A disponibilidade de Rice e Queiroz traduziu-se na entrega de seu patrimônio memorialístico, permitindo-me ler as nuances e os silêncios que os livros-atas muitas vezes omitem. Os relatos foram registrados e transcritos para uma análise que contemplou não apenas os dados, mas também as emoções, conforme a perspectiva de Belei *et al.* (2008).

A reconstituição da trajetória do Sinprefi não buscou uma verdade factual pura, mas o entendimento de um “vivido” que se transforma em imagem. Conforme propõe Janaína Amado, distingo o “vivido” — a efervescência das assembleias — da “memória” cristalizada nos relatos. As narrativas foram analisadas como versões políticas, onde os “erros criativos” e as subjetividades são, na lição de

Portelli, chaves de interpretação fundamentais. Quando as entrevistadas recorrem a mitos de origem ou alteram a cronologia, não estão faltando com a verdade, mas dando sentido à experiência de luta.

2.2 TERRITÓRIO EM DISPUTA: AS MOBILIZAÇÕES DOCENTES EM FOZ DO IGUAÇU ANTES DA FUNDAÇÃO SINDICAL ESPECIALISTA

Foz do Iguaçu, desmembrada de Guarapuava em 1914, caracterizou-se inicialmente por uma lenta expansão da rede de ensino, com a primeira Casa Escolar surgindo entre 1915 e 1916 (Santos, 2023). A partir da construção de Itaipu (1975-1982), a cidade experimentou um abrupto aumento populacional e convênios impulsionaram a construção de escolas de primeiro grau, como a E.M. Professor Parigot de Souza (1975). Período que também surgiram as escolas privadas e os primeiros estabelecimentos de educação infantil (Santos, 2023; Nardeli, 2025).

Ciavatta (2010), Benitez (2016) e Santos (2023) corroboram com a obra de Ribeiro (2002): “Memórias do concreto vozes na construção de Itaipu”, ao constatarem que nesse contexto histórico, as informações não se faziam transparentes intencionalmente, o que explica a dificuldade de encontrar materiais que aprofundem sobre o contexto de formação da rede pública de ensino em Foz do Iguaçu. Mas a pesquisa de Ribeiro revela o impacto da construção da Itaipu na história social da sua população, boa parte dos investimentos realizados no local, desde infraestrutura e serviços de atendimento em educação e saúde, se tornaram mais sistemáticos a partir de Itaipu.

A década de 1980 marcou a emergência dos primeiros movimentos sindicais de grande expressão no município, impulsionados por categorias como bancários, ferroviários, professores estaduais e operários de Itaipu, o que inseriu o município no cenário nacional de greves. Esse território em mutação não apenas expandiu a rede de ensino de forma abrupta, mas também se tornou o solo onde germinaram as primeiras consciências de classe do magistério local. As identidades coletivas transbordam a sala de aula e se encontram no conflito político, culminando na primeira organização dos trabalhadores municipais – o sindicato geral dos servidores municipais. A “disputa” aqui não se restringia apenas ao espaço físico ou

ao orçamento público, mas à própria dignidade do trabalho docente, estabelecendo os alicerces de uma identidade combativa.

Para a reconstrução do cenário político e das tensões que envolveram o movimento docente em Foz do Iguaçu, esta pesquisa utiliza o jornal “Nosso Tempo” como uma fonte documental, isto é, um objeto histórico dotado de intenções e inserido em uma rede de relações sociais. Sua linha editorial de resistência e sua proximidade com os movimentos sociais da fronteira permitem capturar não apenas os fatos, mas as representações e os discursos que moldaram a consciência da categoria docente no período que antecedeu a consolidação. Ao seguir as pistas de Luca (2015) compreende-se que este periódico se constituía como um espaço de embate, onde seus produtores — intelectuais e militantes — não buscavam a “exatidão” de uma narrativa desinteressada, mas a construção de uma consciência crítica frente ao cenário local.

Nas edições do jornal “Nosso Tempo” da década de 1980, registros de luta pelo retorno à política democrática, tanto em Foz do Iguaçu, Brasil, como *Ciudad Del Este*, no Paraguai, eram o lema dos movimentos sociais, formados por estudantes e trabalhadores de diferentes segmentos econômicos e sociais das duas sociedades. O professor do colégio agrícola e também jornalista “Juvêncio Mazzarolo”, preso político, fazia luta pelas causas indígenas e pelos desapropriados das terras pela construção de Itaipu. As expressões “salário de fome” e o próprio método de fazer greve de fome desperta a compreensão sobre o contexto que formou a consciência e experiências políticas de quem lutou nessa década (Nosso Tempo, 1983). Ao analisarmos o “Nosso Tempo” como ator político, captamos o que Edilene Toledo (2013) descreve como a mediação entre a vida material e a consciência social. As expressões “salário de fome”, recorrentes no periódico, não são meros dados econômicos, mas representações simbólicas que mobilizam a agência docente e sedimentam o sentimento de pertencimento a um grupo em luta.

Muitos moradores da região reivindicavam indenizações justas pela perda das terras submersas ou pelo domínio da empresa de Itaipu, e a realidade social amargava o número alto de óbitos infantis por desidratação e fome, formando um cenário discrepante com a riqueza investida no monumento (Nosso Tempo, 1985, p.17). O Jornal Nosso Tempo (1981) reportou a primeira greve de 20 dias nas escolas estaduais em 1980 e detalhou a greve do “Movimento Nacional Educação e Justiça” em que lideranças como Nelson Spies e Flávio Warken retratavam a desvalorização

salarial (de 9,2 para 3,43 salários-mínimos) e a sobrecarga de trabalho, destacando a fuga do Estado das responsabilidades educacionais por falta de verbas e significavam a Constituição de 1967 de “aberração” por destinar apenas 3% do orçamento à educação, além do descumprimento da LDB nº 5692/1971 quanto à valorização dos professores (Nosso Tempo, 1981, p. 16- 18).

Nelson José Spies descrevia um cenário de “fome” das professoras do ensino primário, com cursos de formação fechando por falta de candidatos e o ensino elementar “entregue a leigos” enquanto: “Elas ganham salário-mínimo, não podem se conformar. Os cursos de formação de professores de nível médio e superior estão sendo fechados em todo o Estado por falta de candidatos.” (Nosso Tempo, 1981, 17-18). Foi nesse contexto de mobilização que se deu a fundação do Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu (Sismufi) em 21 de abril de 1989, com 181 filiados (Nosso Tempo, 1989, p.5). A gestão do prefeito Álvaro Apoloni Neumann (1989-1996) e seu vice Omar Tosi, iniciou um processo de “enxugamento e racionalização da máquina administrativa”. Uma das medidas arbitrárias foi aumentar a jornada diária de trabalho das “Atendentes de creches” de 6 para 8 horas, mantendo o salário-mínimo. Aquelas que não aceitaram a alteração foram demitidas, gerando descontentamento generalizado e resultando na fundação do Sismufi, que cresceu após a demissão de mais de 300 funcionários (Nosso Tempo, 1989, p.5).

O prefeito Neumann, insatisfeito por não ter sido consultado sobre a iniciativa dos trabalhadores de criar um sindicato, negou-se a dialogar com os sindicalistas, demitindo 16 funcionários envolvidos na organização. O fundador e primeiro presidente do Sismufi, Luiz Carlos defendeu o “desatrelamento de autoridades ou patrões” como princípio básico do sindicalismo. A professora Nídia Benitez (*apud* Benitez, 2016, p. 48) também envolvida na fundação do sindicato, corrobora o caráter autoritário da gestão Neumann, com demissão de diretoras de escolas e descontos salariais a grevistas, embora a greve de 17 dias “também trouxe respeito ao movimento sindical” (Nosso Tempo, 1989, p.5). Embora o Sismufi tenha nascido sob o signo da resistência ao autoritarismo, sua estrutura caracterizava-se como uma organização sindical geral. Naquele momento histórico, a unidade de todos os servidores era a estratégia para enfrentar as demissões e o arrocho, mas essa mesma estrutura geral guardaria em si as contradições que, décadas depois, impulsionariam a busca por uma fundação sindical especialista voltada exclusivamente ao magistério. Neste ponto, a categoria docente começa a perceber

que sua experiência de exploração possui especificidades que a estrutura geral do Sismufi não conseguia mais processar. Conforme Badaró Mattos (2008) argumenta sobre a formação da classe, o sindicato especialista (Sinprefi) ensaiava seu surgimento anterior as estruturas administrativas, os nexos de solidariedade do magistério tornavam-se mais densos que os laços com a base geral do funcionalismo.

A ex-secretária municipal da educação Leonilda Maria Tomiello Grison (apud Benitez, 2016) relatou escolas precárias, com falta de estrutura, pessoal e higiene. No final da década de 1980, com pelo menos 30 escolas e 100 salas de aula, as professoras municipais já formavam força na aprovação do primeiro Estatuto do Magistério municipal (Lei nº 1.307), em 30 de dezembro de 1986, no governo Dobrandino Gustavo da Silva. No entanto, não foi superada a acentuada disparidade na remuneração das professoras (50% inferior à dos funcionários técnicos da administração) e a busca por isonomia salarial (Benitez, 2016).

Em governos subsequentes, como o de Harry Daijó (1997-2000) e Celso Samis da Silva (2001-2004), protagonizaram cenários de descaso e autoritarismo, com atrasos no pagamento de salários, cancelamento de descontos sindicais e demissão de dirigentes. Episódios como a greve de fome que fez a dirigente sindical do Sismufi, professora Nídia Benitez (apud Benitez, 2016, p.52) evidenciam a persistência da luta das professoras municipais pelo sindicato geral. Prefeitos autoritários frequentemente perdiam eleições devido a essas crises com servidores, como ocorreu com Samis da Silva, derrotado por Paulo Mac Donald (Benitez, 2016). Essas transições de governos revelam a descontinuidade em projetos políticos, especialmente na educação. O relato da professora Leonilda (apud Benitez, 2016) demonstrou que as professoras já realizavam reuniões para discutir e elaborar o Plano de Carreira e criar o Conselho Municipal de Educação ainda sob a estrutura do sindicato geral¹⁶.

Contudo, o fato de a gestão Paulo Mac Donald ter “deixado quieto” esses projetos gerou uma frustração acumulada que ultrapassava a questão salarial; tratava-se de um bloqueio à própria profissionalização da categoria. Isso evidencia

¹⁶ Cumpre notar, todavia, que a representação de “Conselho Municipal” para os agentes daquele período diferia substancialmente da concepção contemporânea do órgão. Naquele contexto, a demanda pela criação do CME figurava primordialmente como uma estratégia de desvinculação da tutela do Conselho Estadual, visando a uma autonomia burocrática e administrativa local. Tratava-se de uma perspectiva marcadamente consultiva e atrelada à gestão da época — distante do caráter deliberativo e paritário que o CME viria a assumir no município apenas décadas mais tarde, com as reformulações de 2023.

que as trabalhadoras da educação municipal, mesmo sem o devido reconhecimento estatal, já desempenhavam um papel fundamental na construção de uma agenda de qualidade e valorização. Esse represamento de aspirações dentro do Sismufi criou as condições de existência para que novas lideranças emergissem, decididas a converter o silêncio institucional em uma ruptura definitiva. É na memória dessas protagonistas que encontramos os nexos subjetivos que transformaram a frustração em projeto sindical independente, conforme revelam as trajetórias analisadas a seguir.

2.3 VOZES FUNDADORAS DO SINPREFI: PERFIS E TRAJETÓRIAS DAS PRIMEIRAS DIRIGENTES

Residentes em Foz do Iguaçu desde à época do *boom* de Itaipu, Rice e Queiroz (2024), compartilham o fato de serem mulheres, com idades de 75 e 49 anos, respectivamente, e possuem trajetórias educacionais na rede pública de ensino. Ambas se formaram no Magistério Normal e em cursos de graduação. Quando iniciaram suas experiências sindicais, já eram professoras da educação básica na rede pública, estavam casadas e tinham filhos pequenos. Entretanto, suas trajetórias no movimento sindical apresentam particularidades distintas. Rice, professora aposentada, formou-se em Geografia pela “Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava” e iniciou sua carreira como professora, servidora do Estado do Paraná, quando teve o primeiro contato com o movimento sindical, na APP Sindicato, depois como precursora da fundação do Sinprefi. Natural de Santo Antônio da Platina, no Norte do Paraná, mudou-se para Foz do Iguaçu em 1971. Durante a entrevista, demonstrou uma forte inclinação religiosa, até concluiu uma Pós-graduação em Educação Religiosa em 2023: “[...] Teologia pela Cesumar”. Estudou em escolas estatais, embora a faculdade que cursou em Guarapuava, cobrasse mensalidade na época.

Em 1971, Rice conta que iniciou sua atuação profissional no município pelo Programa Supervisão de Educação Integrada, onde foi aprovada por meio de concurso e permaneceu por cinco anos, período em que ingressou na faculdade de

Geografia e viajava à Guarapuava todas as sextas-feiras à noite. Durante esse tempo, trabalhou na biblioteca municipal de Foz do Iguaçu e assumiu aulas no Estado: “Então eu passei a trabalhar em três períodos, durante a semana, e no final de semana, eu ia para a faculdade. A faculdade era de três anos. No último ano, fui morar em Guarapuava.” O seu relato nos conduz ao sentido de que a vida profissional significava para si uma ascensão por esforço e sacrifício individual, reforçado pelo sentimento de que o acesso à educação, embora visto como um direito na esfera pública, dependia na prática da capacidade individual de autofinanciamento e da tolerância ao sacrifício. O Estado não era eficiente em garantir os meios, apenas a legislação formal.

Ao concluir a graduação, Rice retornou a Foz do Iguaçu e reassumiu suas aulas no Estado. Com a Emenda Constitucional nº 1/1969, uma mudança que garantiu a efetivação de servidores públicos que estivessem em cargos temporários ou de confiança (mínimo dois anos de serviço público), garantiu sua efetivação no Estado, no primeiro padrão. No ano seguinte, fez concurso para o segundo padrão e continuou sua carreira até que, em 1990, houve nova mudança no Regime de Dedicção Plena (RDP) e permitiu aos professores com dois concursos de 4 horas no Estado optarem por um padrão de 8 horas. Rice aderiu a essa mudança, o que possibilitou que, em 1995, prestasse mais um concurso, para o município de Foz do Iguaçu. Na época, ela trabalhava no atual Colégio Estadual Ulisses Guimarães e, para facilitar sua rotina, pensou: “[...] como vou fazer para assumir? Tinha que continuar aqui, então resolvemos criar o atendimento noturno.”, similar à EJA, onde passou a fazer três jornadas de trabalho.

Nesse trecho da entrevista é possível acompanhar sua atuação no município:

[...] Eu estava como diretora do Colégio Ulisses Guimaraes [...] foi a gente que moveu toda a construção, compra de terreno [...]. Aqui no município eu fui supervisora, diretora de vários lugares, da escola Morumbi I e Morumbi II [...] Trabalhei no Núcleo, fui diretora na escola do Jardim São Paulo [...]. Todos os bairros próximos queriam a construção dessa escola. Uma escola no bairro, você sabe, promove o desenvolvimento do bairro. Aí falei, não, a escola será aqui, eu ia para reuniões e conversar com os presidentes de bairro. Então à época, o Dobrandino era prefeito, doou o terreno. [...] E eu, como diretora, acompanhei toda a construção da escola lá de baixo, aqui para o Ulisses, fui a primeira diretora ali [...]. Pensamos na morte do Ulisses, aquela coisa, me arrependi depois, deveria ter posto o nome de uma professora [na escola] (Rice, 2024).

Citado por Rice (2024), o prefeito Dobrandino Augusto da Silva formou chapa com o vice Carlos Roberto Campana, sendo eleitos pelo Partido do

Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 15 de novembro de 1985, por meio do voto popular, após duas décadas de Ditadura Militar (1964-1985) (Nosso Tempo, 1986, p. 22).

Rice, inserida nesse contexto político, afirma não ter se filiado a um partido político antes dos anos 2000, embora demonstre estreita relação política com o prefeito Dobrandino: “Me filiei ao MDB, na época, partido do Dobrandino.” Em sua concepção:

Quando você tem liderança em um movimento, o ideal é você não ter partido, claro que você tem um lado, mas aí ela é do PT, ela é não sei o que, mesmo que eu tivesse do lado dos petistas o tempo todo. Mas no ano 2000, o Dobrandino ia sair candidato, aí ele foi lá na escola e disse, quero que a Senhora saia candidata. Aí eu falei, não, eu não tenho dinheiro para isso, não. Mas não, a Senhora vai sair candidata, insistiu para eu sair, que se eu precisasse ele dava dinheiro do bolso dele. Eles são assim, dinheiro para mulher não vem do partido, só vem para os homens, até hoje (Rice, 2024).

Nesse cenário, Rice aponta uma análise crítica sobre as dinâmicas políticas e a atuação das lideranças, com ênfase na participação das mulheres. A ausência de apoio institucional e as desigualdades estruturais, especialmente no financiamento de campanhas e na organização dos partidos, continuam limitando o acesso das mulheres aos espaços de poder. Além disso, ao dissociar sua liderança de um partido específico, embora reconheça ser inevitável ter um lado na política, ela busca isentar-se de julgamentos políticos durante negociações sob a acusação de possíveis influências ideológicas ou interesses partidários.

Um aspecto da sua atuação refere-se ao contexto em que se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (Psol) sob a influência da professora Elaine Bernardes e do presidente do SindPrev, que cedeu o prédio para a instalação da sede do Sinprefi nos primeiros anos:

Paulinho era Psol, ele e a Elaine [diziam]: você vai filiar ao nosso partido. Aí, nós dependendo dele, né? Então vamos agradar ele [risos]. Filiamos no Psol. Eu e a Elaine fomos participar de um congresso do Psol, mas a gente não gostou de umas discriminações que a gente viu lá. Eu falei: Elaine, esse negócio deles falarem pra você fazer aquilo que eles querem, o Partido fala pra você 'fazer xixi naquele buraquinho ali', se cair fora você tá errado. Sabe, eu não sou muito disso, falei não, isso aí não dá pra mim não. A Elaine falou: pra mim também não! Na época não participei mais, mas não tinha desfilado [...]” (Rice, 2024).

Analisando a trajetória de Rice permite observar o que Edilene Toledo (2013), interpreta na obra thompsoniana, como o nexo indissociável entre o “ser social” e a “consciência social”. Ao filiar-se por gratidão e romper por discordância ética, Rice não demonstra a materialização da experiência como mediadora entre a vida material e a consciência. Para Thompson (1981), a classe e a consciência são “consequências da experiência histórica”, e não categorias impostas por manuais partidários. Assim, a resistência de Rice às normas rígidas do Partido expressa uma cultura política fundamentada na “moral” e no “simbolismo” das relações humanas, que para ela possuem tanta concretude quanto as questões econômicas. Em sua narrativa emerge o protagonismo do sentir como forma de ser político: uma consciência que se recusa a ser moldada por uma “racionalidade” externa. Reafirmando essa posição, observa-se que a identidade das trabalhadoras docentes em Foz do Iguaçu é forjada na junção entre a prática sindical e os valores éticos que sustentam seu cotidiano.

Quando o assunto é a conciliação da vida pessoal, profissional e as atividades sindicalistas, Rice (2024) diz: “A gente deixou a desejar para os filhos. A gente se dedicava muito naquilo que acreditava [...]. Tinha minha sogra, e eu devo muito a ela.” Complementou ainda: “Quando teve a greve em Curitiba, chegava e arrumava a mala e estava indo. Eu era assim, trabalhava três períodos, manhã, tarde e noite. A minha sogra que foi o esteio aqui dentro de casa, meu marido não era muito, não, mas a sogra, era.”

Alguns aspectos da narrativa de Rice revelam como o privado se entrelaça com o público, mostrando as experiências pessoais profundamente conectadas com processos históricos mais amplos e com as estruturas sociais e políticas. Um exemplo é o surgimento de um projeto originado de interesses pessoais, como a necessidade de abrir turmas para adultos para trabalhar em um terceiro período na mesma unidade escolar — uma informação não prevista no roteiro de perguntas, mas que ilustra a intersecção entre questões pessoais e públicas. Essa interação reflete a ideia de Portelli (2016, p. 17), que nos força a redefinir nossas concepções sobre o espaço público e privado, e sobre a relação entre esses dois mundos.

Em relação ao conhecimento adquirido em sua imersão no movimento sindical, Rice não soube identificar onde se formou uma base teórica, mas atribui

principalmente às suas experiências no trabalho nas escolas e atuando na App Sindicato:

“Eu tinha 40 anos, comecei atuar pela App Sindicato, fui diretora financeira e fui presidente na App Sindicato. [...] Teve a greve do Álvaro Dias, ficamos quinze dias acampados. Naquela época meu marido nem queria deixar eu ir, ficava bravo, mas eu não estava nem aí. Meu marido era motorista de taxi. Eu sempre estava na frente das greves [...] acampamos em frente ao Núcleo Regional de Educação [...]. Aí [na época], a professora Glória era a presidente do Núcleo [...] fomos para dentro, e eu fui direto para a sala da Mércia, para ela não ligar para ninguém, para não falarem nada de nós. Tiramos as chaves de todas as portas [...], pegamos as chaves dos banheiros, para não trancarem e forçarem a gente sair, né? [...] Até a polícia vir, e tirou todo mundo [risos]. Mas então participei desses movimentos de greve, foi assim meu conhecimento dentro da luta sindical. Nunca participei de Grêmios estudantis, na época que a gente estudava não tinha essas coisas, durante o magistério que a gente aprendeu um pouco de movimento, de reivindicar alguma coisa, mas eu nem era líder de nenhum movimento. Em uma oportunidade, fui participar da App Sindicato” (Rice, 2024).

Como pode ser observado nesse relato, sua personalidade foi moldada em um contexto político que refletia as dinâmicas da ditadura militar, e suas experiências sindicais estão diretamente relacionadas ao período de efervescência dos movimentos sindicais no Brasil já na redemocratização.

Rice, em suas narrativas, destacou elementos biográficos que evidenciam seus feitos na educação municipal, permitindo uma leitura de sua experiência de vida imersa nesses acontecimentos históricos significativos do movimento sindical no Brasil, que traziam mudanças de uma política ditatorial para uma política democrática liberal. Suas propostas, embora baseadas em instrumentos democráticos, ainda permeavam experiências de um contexto marcado pelo autoritarismo, que se manifestava de forma sutil nas práticas sociais organizadas durante o Regime Militar, mas se refletia em uma liberdade de expressão e de luta por salário e condições de trabalho, ainda que sem questionar profundamente essa liberdade.

A marca que Rice deixou na história é o foco central de sua memória. A experiência de ouvi-la demonstrou seu ímpeto mais aguçado em trazer em sua biografia uma relação direta com os feitos históricos no município de Foz do Iguaçu. Compreender sua biografia implica reconhecer a importância de sua determinação e resistência na construção do Sinprefi, mas sua trajetória também demonstra, do ponto de vista da historiografia, as condições concretas para o surgimento do Sinprefi calcadas nas experiências adquiridas na App Sindicato. Sobretudo, que sua

identidade sindical não foi um subproduto automático de sua formação profissional, mas um processo de “fazer-se” no calor dos embates. Ela revela uma agência que transgride tanto a ordem institucional quanto a esfera privada do lar, evidenciando que a consciência política emerge da vivência concreta do conflito e da solidariedade de classe.

A segunda entrevistada, vinte e quatro anos mais jovem que Rice, nasceu em Foz do Iguaçu. Queiroz (2024) fez o magistério, egressa do curso de Letras/Espanhol e mestranda na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), assumiu concurso de professora da rede municipal de ensino em 1995 e continua na ativa.

Na graduação teve participação no DCE (Diretório Central dos Estudantes), mas atribui a origem do seu posicionamento político ao Grêmio Estudantil da escola. Depois, aos 19 anos (1995), fala de si mesma: “na flor da idade, já participava da UJS (União dos Jovens Socialista), aqui de Foz do Iguaçu. Também do PC do B.” (Partido Comunista do Brasil) e considera que essa trajetória formou sua concepção de sociedade, educação e sindicalista. Queiroz (2024) atribuiu a essa experiência o fato de que, ao assumir o concurso no município, foi convidada a integrar a diretoria do Sismufi: “porque quem me dava essas aulas na UJS, de socialismo, de comunismo, eram pessoas que já estavam no sindicato. Então, já viram em mim tipo uma pré-líder.” Ela considera que foi importante ter noção teórica para se tornar sindicalista: “[...] eu tive que estudar toda a teoria de Marx, eu tive que estudar socialismo, eu tive que estudar como funcionava a questão dos sindicatos da Europa, da época que foi criado os sindicatos, para ter essa ideia de uni-vos!”¹⁷ (Queiroz, 2024).

Queiroz também destacou, em sua trajetória no movimento estudantil, uma conquista recente relacionada ao “Passe-livre”, que garantiu a gratuidade do transporte para os estudantes no município de Foz do Iguaçu, por meio do Decreto nº

¹⁷ A frase “*Proletarier aller Länder, vereinigt euch!*” que encerra o Manifesto Comunista, rememorado por Queiroz (2024), faz referência a crítica de Marx e Engels sobre a crescente implementação da fraternidade entre as nações pelo movimento proletário em contraste com o egoísmo nacionalista, ainda enraizado e institucionalizado em muitos países, e com o cosmopolitismo hipócrita e egoísta do livre-comércio. Engels apontava que, enquanto a burguesia de cada nação lutava por interesses específicos e particulares, os trabalhadores de todos os países compartilhavam um interesse comum: um inimigo comum e uma luta unificada. Para Marx e Engels, esse interesse não se limitava à cooperação para a defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora, mas visava também a realização de um projeto mais ambicioso: a revolução social que, ao tomar para si as conquistas da era burguesa, transformaria o mercado mundial e as modernas forças de produção, colocando-as sob o controle coletivo dos povos mais avançados (Bottomore, 2013, p.199).

31.545/2023, regulamentado pela Lei Complementar nº 400, de 30 de junho de 2023. Ela resgata, em sua memória, que essa era uma reivindicação da época em que integrava o Grêmio Estudantil:

Eu digo que hoje a gente conquistou o passe-livre. [...] Ia pra rua, pedir passe-livre. Naquela época era muito difícil pagar a passagem, ninguém tinha emprego. Os pais tinham dificuldade pra manter a gente estudando e era uma coisa, por mais que tivesse 50% de desconto, ainda pesava muito no orçamento. E por vezes, a gente trocava o vale transporte por comida e tinha que voltar a pé depois. Então era bem triste na época. Fazíamos muito isso” (Queiroz, 2024).

Quando questionada sobre como conciliava o trabalho, a vida pessoal e a atuação no sindicato, destacou o importante apoio que recebeu do marido durante seu tempo no Sinprefi. Ela atribui essa parceria ao fato dele também ser sindicalista. Enquanto participava das reuniões do sindicato, ele assumia a responsabilidade de cuidar dos filhos pequenos:

“[...] porque não é um trabalho fácil, é um trabalho árduo. Naquele período meus filhos ainda eram pequenos. Inclusive tive muita dificuldade em participação de reuniões, porque era complicado sair deixar duas crianças. Depois cresceram, né? E meu marido me apoiou muito nisso, ele também era do sindicato dos bancários. Ele entendia essa questão da luta, então ele me liberava pra eu poder ir, cuidava das crianças. Mesmo eu estando cedida ao sindicato, quanto a gente faz as reuniões, é à noite. Eu tive um apoio fundamental do meu esposo, dentro da minha casa, para ser sindicalista, ou não haveria possibilidade de participar” (Queiroz, 2024).

Nas narrativas de ambas entrevistadas, os obstáculos logísticos pontuam a transgressão do espaço doméstico e humaniza a liderança sindical, demonstrando que a “luta de classes” para a mulher trabalhadora exige, primeiramente, uma batalha interna contra os papéis de gênero tradicionalmente atribuídos, transformando o sacrifício pessoal em capital moral para a liderança.

As experiências pessoais narradas se conectam com processos históricos e sociais maiores, refletindo diretamente a interação entre a esfera privada e pública. A tensionada relação entre o privado (família, vida pessoal) e o público (movimentos sociais e greves) se destaca, mostrando que a militância e a reivindicação coletiva envolvem, muitas vezes, decisões pessoais e familiares, desafiando os limites do espaço privado.

Outro aspecto que se diferencia nas narrativas são as representações que ambas fazem sobre a formação da consciência de classe. Instigada pela

pesquisadora a refletir sobre as origens de sua militância, Queiroz acessa um repertório de memória que privilegia a formação teórica. Diferente de Rice, que narra o empirismo da luta, ela reconstrói sua trajetória vinculando-a à estruturação partidária e citando Marx e o manifesto comunista como fundamentos de sua ação. Essa resposta, construída na relação dialógica da entrevista, demonstra seu “fazer-se” do movimento (Thompson) passa necessariamente pela legitimação intelectual: provocada, escolhe a teoria como o lastro que valida sua autoridade sindical.

A trajetória das entrevistadas no processo de fundação e consolidação do Sinprefi também acaba por ser distinta. As primeiras reuniões ocorreram na escola municipal Altair Ferrais da Silva Zizo, localizada na região Norte da cidade, onde a professora Rice trabalhava e se envolveu ativamente. Queiroz, por sua vez, atuava na Escola Municipal Cora Coralina, na região Leste, e justificou sua ausência inicial na distância entre as instituições, que dificultava sua participação. Na assembleia de fundação, que definiu a diretoria do sindicato, Rice foi eleita titular e Queiroz ficou na suplência.

As duas entrevistadas esclareceram que a composição da primeira diretoria do sindicato foi pelas pessoas mais ativas desde o início, com ênfase naquelas que arcaram com as despesas para a fundação do Sinprefi (Queiroz; Rice, 2024). Para disseminar a ideia nas 48 unidades escolares da época, uma das estratégias adotadas foi atribuir a cada integrante da diretoria, formada por 24 membros, a responsabilidade de convencer as colegas de sua unidade escolar (Pasini, 2012). “Eu, por exemplo, levei a ideia para a escola Cora Coralina e consegui filiar praticamente todas as funcionárias dessa unidade”, conta Queiroz (2024).

As entrevistadas compartilham diversos aspectos dessa trajetória, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras da educação e os esforços para obter a legalização e o reconhecimento como sindicato. Elas formulam suas identidades nas experiências do movimento sindical simbolizando esse instrumento de luta e vida, na memória de proposição do Sinprefi. O relato aborda o desgaste jurídico, as resistências internas e externas, além da construção de uma identidade sindical que se fortaleceria e consolidaria ao longo do tempo.

2.4 OS ANTECEDENTES DO ROMPIMENTO DO SINDICATO GERAL (SISMUFI)

Embora no livro-atas (2010-2013) e nas narrativas de Rice e Queiroz (2024) tenha se cristalizado a ideia de que o movimento das professoras municipais surgiu da especialização de pautas, é preciso aprofundar acerca de um sintoma de profunda crise institucional no Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu (Sismufi). Reconstituindo as narrativas das entrevistadas Rice e Queiroz (2024), observamos que nos registros do livro-atas e em nenhum lugar teria sido mencionado os acontecimentos que rondavam os dirigentes do Sismufi nessa época. A memória das entrevistadas de que não houve dissidência focada no “desmembramento” denota uma tentativa de conferir um caráter administrativo e orgânico à separação, suavizando as tensões inerentes ao processo.

Todavia, os registros das atas demonstraram forte oposição do Sismufi contra a fundação do Sinprefi em 2010. A entidade geral deu continuidade a um processo judicial alegando violação da unicidade sindical e *quórum* insuficiente, pleiteando a anulação de todos os atos jurídicos e o impedimento do registro (Sinprefi, 2010–2013). O Sismufi fundamentava sua investida no argumento de que, por representar toda a categoria dos servidores públicos de Foz do Iguaçu sem distinção de profissões, seria impossível o desmembramento para a formação de um novo sindicato específico. Além disso, acusava o Sinprefi de irregularidade no *quórum* de formação. Segue trecho do processo liminar onde o Sismufi requeria a:

[...] anulação de todos os atos jurídicos praticados pela diretoria do requerido, a dissolução e desconstituição da pessoa jurídica do requerido, com reconhecimento de sua nulidade absoluta; o desconhecimento da legitimidade do requerente como representante de todos os servidores públicos do município de Foz do Iguaçu; a expedição do ofício ao MTE, para que não conceda o registro sindical ao requerido (Sinprefi, 2010-2013).

Em sua defesa, o Sinprefi sustentou que a organização por categoria específica é um direito constitucional que não se submete ao monopólio de representação das bases gerais. Os argumentos rebatidos no processo destacavam que a unicidade sindical brasileira, embora estabeleça um sindicato único por base territorial, respeita o critério organizativo de categorias profissionais ou diferenciadas:

No regime de Sindicato Único, isso não quer dizer monopólio de representação. Engana-se os desavisados que por comodismo acreditam

que a base possa significar direito adquirido. [...] a área territorial concentrada é possível de ser dividida, desde que se respeite a limitação mínima correspondente a extensão de um município (Sinprefi, 2010-2013).

A tese do Sinprefi reforçava ainda que o ato de cadastro pelo MTE é vinculado e que a personalidade sindical é adquirida no momento do depósito dos atos constitutivos, possuindo efeito retroativo. Em 17 de setembro de 2013, a 3ª Vara do Trabalho indeferiu os pedidos do Sismufi, reconhecendo a legalidade da fundação do Sinprefi. A sentença afirmou que a unicidade sindical não impede a criação de entidades específicas, desde que respeitada a base territorial mínima municipal (Art. 8º, II, CF/88), reafirmando a existência do sindicato pela vontade legítima da categoria docente. A fundamentação jurídica apresentada pelo Sinprefi logrou êxito ao demonstrar que a busca pela especificidade constitui um direito que se sobrepõe ao imobilismo das estruturas gerais.

Contudo, foi a insistência da pesquisadora sobre as relações do professorado com Sismufi que permitiu extrair informações relevantes do que antecedeu a narrativa de fundação. Amado (1995) argumenta que a memória “torna as experiências inteligíveis”. Então, quando observamos as narrativas de fundação centradas no Fundeb, em Rice (2024) há a construção de uma identidade heroica. Aqui, o “grande mentiroso” de Amado não é alguém que engana, mas alguém que investe sentido à sua trajetória. O grupo projetou nela a esperança; ela devolve essa projeção em sua fala.

Rice (2024), indagada sobre sua relação com o sindicato geral, inicialmente, narra a trajetória do “desmembramento”, sem qualquer atrelamento aos antecedentes. Mas acaba relatando um embate direto com a cúpula de dirigentes do Sismufi, Nídia Benitez e de Luiz Carlos, episódio que chamou este último de “usurpador” da eleição e foi processada. Sua narrativa trazia uma conexão mais com o presente do Sismufi, que novamente estaria envolvido em conflitos na eleição (2023/24), o que simbolicamente trazia um desprestígio institucional: “Fazem trama [...] Não sei por que o Aldevir insiste naquele sindicato” (Rice, 2024).

A professora Queiroz (2024), pertencente ao grupo fundador do Sinprefi, mas com uma atuação mais distanciada, também não menciona a crise institucional que passava o Sismufi ao ser indagada inicialmente. Relata apenas que após uma “operação tartaruga” em 2009, as professoras que participaram tiveram o dia descontado no holerite, sem que o Sismufi, na presidência de Nídia Benitez,

conseguisse reverter a situação — o que reforçava a ideia de incapacidade do sindicato geral em defender a categoria. No depoimento de Queiroz (2024), mais teorizada e distanciada, a narrativa reproduz a origem do Sinprefi ao Fundeb, demonstrando que as memórias são sociais e influenciadas pela época.

Buscamos, então, nos acervos do Sismufi os registros do período anterior à fundação (2008-2010), mas não havia atas preservadas. No entanto, em uma pilha de jornais da imprensa local encontramos uma peça de campanha da Chapa 2 de 2011, que trouxe o retrato da instabilidade interna no Sismufi entre 2007 e 2011. O “Quadro 1: Gestões do Sismufi desde 1989” revela que a estabilidade de 18 anos de Luiz Carlos de Oliveira foi rompida em 2007. Mais especificamente, a vitória da Chapa 1 em 2009 foi obtida mediante rasura de votos e preenchimento de cédulas em branco, conforme revelado por inquéritos policiais. A fraude envolveu a rasura de 150 votos destinados à Chapa 2 (Aldevir Hanke), resultando na anulação da eleição e condenação dos envolvidos (Sismufi, Chapa 2, 2011). A narrativa da Chapa 2 atribuía a perda de 500 professoras à “atuação autoritária” da gestão de Nídia Benitez:¹⁸

Quadro 1: Gestões do Sismufi desde 1989

MANDATO	PERÍODO (DURAÇÃO ESTATUTÁRIA: 4 ANOS)	PRESIDENTE	OBSERVAÇÕES
1º ao 4º	21/04/1989 a 21/03/2007 (aprox. 18 anos)	Luiz Carlos de Oliveira	Presidiu 4 mandatos completos e metade do 5º.
5º (Complem.)	03/2007 a 02/2009 (Aprox. e 2 anos)	Aldevir Hanke	Completo o restante do 5º mandato.
6º (Início)	03/2009 a 04/2011 (Aprox. 2 anos)	Nídia Benitez	Presidiu o mandato por apenas dois anos.
6º (Final)	05/2011 a 10/05/2015 (Aproximadamente 4 anos)	Valter André Ferreira	Finalizou o sexto mandato.

Fonte: elaborado pela autora.

Essa instabilidade, concentrada no período de 2007 a 2011, entremeio da fundação do Sinprefi, sugere que o rompimento da categoria do magistério pode ter sido catalisado pelo enfraquecimento e deslegitimação da direção do sindicato geral. Mais especificamente, a cronologia das gestões estatutárias de 4 anos do Sismufi, mostra que Luiz Carlos de oliveira (1989-2007), após 18 anos na presidência, teve o 5º mandato interrompido e substituído por Aldevir Hanke (2007-

¹⁸ Informações fornecidas pelo atual presidente do Sismufi, Aldevir Hanke (2024-2028). Em visita à sede do Sismufi, observou-se quase nenhuma preservação documental da época.

2009). Em 2009, a professora Nídia Benitez é eleita e também tem seu mandato interrompido no segundo ano de gestão, substituída por Valter André Ferreira (2011-2015). Em 2011, reinicia-se a contagem do tempo de mandato e Valter finalmente conclui os 4 anos.

Revirando este passado, as suspeitas de enfraquecimento institucional do Sismufi se materializaram em 2009 – na gestão de Nídia Benitez, pertencente à categoria de professoras. Até que a desconfiança de fraude eleitoral forçou uma intervenção judicial na entidade em meados de 2010. Inquéritos policiais revelaram que a vitória da Chapa 1 (liderada pelas professoras Nídia Benitez, Maria Judite Blum e o ex-presidente Luiz Carlos) foi obtida mediante rasura de votos e preenchimento de cédulas em branco, além de haver indícios de que o caixa da entidade fora deixado “praticamente zerado” (Sismufi, Chapa 2, 2011).

Conforme reportado pelo jornal ClikFoz em 2010 e detalhado pelo “Jornal Sismufi - Chapa 2” em 2011 (se antecipava a eleição de 2013 devido ao ocorrido), a fraude teria envolvido a rasura de cerca de 150 votos destinados à Chapa 2 (liderada por Aldevir Hanke) e o preenchimento de cédulas em branco, resultando na anulação da eleição e na condenação dos envolvidos no âmbito cível (Sismufi, Chapa 2, 2011).

O aprofundamento das disputas internas e éticas teve um impacto direto na representação e na confiança da categoria do magistério, parcela significativa de servidores do município. A narrativa da Chapa 2 (p.2) em 2011, atribuía a perda de aproximadamente 500 professoras à “atuação autoritária” da gestão da professora Nídia Benitez – dado que legitimava naquele momento, a necessidade de fundação do sindicato independente. Este cenário de instabilidade sugere que a ruptura da categoria das professoras municipais foi catalisada pelo enfraquecimento e deslegitimação da direção do sindicato geral. Ao retomar o questionamento acerca da necessidade de haver o rompimento do sindicato geral, frequentemente apontado nos documentos do Sinprefi como uma relação quase que automática com o Fundeb, a professora Queiroz (2024) afirma: “se o Sismufi tivesse cumprido adequadamente” seu papel, a criação de um sindicato independente não teria sido necessária.

A hipótese levantada por Queiroz (2024) sugere que condições de surgimento do novo sindicato está diretamente ligada à crise de representatividade do Sismufi. Para ela, a independência institucional surge como resposta a uma atuação que, na percepção da categoria, não cumpria adequadamente seu papel de

defesa das pautas docentes. No cenário caótico de 2011, o apoio das dirigentes do Sinprefi (Rice e Elaine Bernardes) à chapa de oposição do Sismufi (Chapa 2), conforme registrado em material de campanha, demonstra que a aliança inicial foi forjada contra a antiga cúpula acusada de autoritarismo e fraude eleitoral.

O Jornal Sismufi - Chapa 2 (2011) utilizou o escândalo para construir uma narrativa que uniu seus membros (incluindo Valter André Ferreira e Aldevir Hanke) e as recém-criadas lideranças do Sinprefi, como as professoras Rice e Elaine Bernardes:

Figura 1: Professoras municipais apoiam chapa 2 do Sismufi



Fonte: Sismufi, 2011.

O apoio das dirigentes do Sinprefi à Chapa 2 evidencia-se com destaque em peça de campanha, como na imagem que traz o *slogan*: “Professores apoiam chapa 2. Juntos somos mais fortes!”, demonstrando a aliança firmada contra a antiga cúpula acusada de autoritarismo e fraude. Sob a ótica de Mauad (1996), essa fotografia atua como imagem-monumento, construída para eternizar a narrativa da união dos servidores e limpar a reputação do grupo de oposição.

A composição estética da cena é reveladora: os representantes da Chapa 2 — incluindo Aldevir Hanke, cujas contas foram reprovadas por opositores em uma tentativa de descredibilização na gestão anterior — aparece sentado à mesa organizadora do evento, enquanto as professoras posicionam-se em pé, à frente. Essa disposição espacial demarca a unidade entre Sinprefi e Sismufi, conferindo às docentes o papel de protagonistas do aval político. Elas funcionam visualmente como fiadoras da idoneidade do grupo, emprestando o capital moral da categoria para

legitimar a Chapa 2 diante da crise ética. Com a vitória de Valter André na eleição de 2011, consolida-se um discurso de unidade e que ignora qualquer indício de dissidência.

Ao analisarmos os depoimentos de Rice e Queiroz (2024) sob a ótica de Janaína Amado (1995), percebe-se um movimento interessante de reelaboração do vivido. Embora os documentos e a cronologia apontem para o escândalo das fraudes, processo judicial para impedir a fundação do Sinprefi e os conflitos políticos diretos (como o embate de Rice com Luiz Carlos) como o gatilho da ruptura, a narrativa oral das fundadoras tende a enfatizar o “desmembramento” calcado na “necessidade de especialização” e a “luta pelo Fundeb/Plano de Carreira”.

Para Amado (1995), a memória não é um registro passivo dos fatos, mas uma reconstrução criativa que confere significado ao passado. Quando as professoras deslocam o foco da “fraude do Sismuffi” para a “defesa do Fundeb”, elas não estão apagando a história, mas construindo uma verdade simbólica. Essa operação de memória cumpre uma função identitária fundamental: permite fundar o Sinprefi sobre uma base nobre (a luta por direitos e valorização) e não apenas como subproduto de uma crise ética de terceiros.

O silenciamento ou a menor importância dada aos conflitos de bastidores e à fraude na narrativa das fundadoras serve, portanto, para “purificar” a memória do movimento. Criar uma identidade coletiva forte de “nós, professoras”, separada da crise e do “peleguismo” do sindicato geral, exigia que o processo de criação e consolidação do Sinprefi fosse explicada por uma causa maior (o Fundeb e a autonomia) e não apenas pela circunstância da corrupção alheia. Assim, a narrativa da especialização funciona como o alicerce moral que legitima a existência do novo sindicato perante a categoria e a sociedade.

2.5 A ORGANIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DO SINPREFI A PARTIR DA NARRATIVA DAS FUNDADORAS E REGISTROS DO LIVRO-ATAS

Os livros-atas do período de 2010-2015, embora contenham documentação de naturezas diversas, tiveram sua organização definida durante a atuação de Rice e Queiroz¹⁹. Isso explica uma conformação da narrativa das

¹⁹ A atuação das referidas dirigentes na gestão 2015-2018 coincide com o período de sistematização

entrevistadas, que buscam reproduzir o registro histórico de fundação anexado no primeiro volume do acervo. Consta que a organização partiu de um grupo de docentes do ensino fundamental: Maria Aparecida da Silva Pinto (Rice), Maria Fátima Marques de Andrade Veres, Mauro Cesar João de Cruz e Souza e Elaine Bernardes Ribeiro (Sinprefi, Ata nº 1, 2010).

A fundação de uma entidade sindical não se encerra no ato burocrático de sua assinatura; ela é precedida por um amadurecimento de ideias e por uma rede de esforços subjetivos. Durante as oitavas em 2024, Rice afirmou que a ideação do sindicato já ventilava na categoria desde 2008, quando colegas a incentivavam: “Vai lá Rice, vai em frente, funda esse sindicato!” (Rice, 2024). Esse sentimento foi catalisado por uma postura do então prefeito, Paulo Mac Donald Ghisi que, ao ser questionado sobre a aplicação dos recursos do Fundeb, alegou a impossibilidade de conceder benefícios específicos a apenas uma categoria dentro de um sindicato geral, o Sismufi.

Conforme relata Queiroz (2024), o prefeito afirmava que “não poderia dar aumento para uma categoria em um mesmo sindicato e deixar a outra categoria”. Rice (2024) reforça que essa negativa, baseada em uma suposta impossibilidade jurídica, funcionou como o estopim: “Ele disse: por que vocês não criam o sindicato de vocês? Eu, o quê? Aí então, uma colega incentivou: Rice, se mexe, faça alguma coisa!”. Para as fundadoras, a luta precisava estar atrelada ao processo legalista. Assim, em 2009, o grupo buscou o apoio do Sindicato dos Professores de Cascavel (Siprovel), onde conheceram a advogada Solange da Silva para formalizar o Sinprefi.

A Assembleia de fundação²⁰ ocorreu em 24 de setembro de 2010, na Escola Municipal Santa Rita de Cássia, com a presença de 120 professoras. O ato foi marcado pela tensão: o Sismufi moveu uma liminar para impedir a reunião, o que resultou na presença de um oficial de justiça. Apesar da resistência, a fundação e o estatuto foram aprovados quase por unanimidade, estabelecendo a primeira diretoria

e organização do acervo documental do Sinprefi. Essa circunstância explica a lógica de arquivamento observada nos livros-atas analisados, nos quais foram incorporados jornais, panfletos e registros com datas posteriores ao marco inicial do volume, evidenciando um processo de acumulação documental que reflete a continuidade das lutas e da memória institucional da categoria.

²⁰Os documentos de convocação da fundação do Sinprefi foram publicados no Diário Oficial da União (página 148, seção 3, número 176, de 14 de setembro de 2010) e no jornal “A Gazeta do Iguazu” (08 de setembro de 2010). O endereço da sede administrativa foi definido na Rua Rui Barbosa, 1371, Centro, Foz do Iguazu, em espaço cedido por Paulo Weber, diretor do SindPrevs (Sinprefi, 2010-2013).

administrativa²¹ com Maria Aparecida (Rice) como presidenta e Elaine Bernardes Ribeiro como Secretária Geral (Sinprefi, Ata nº 1, 2010).

Entretanto, para além dessa formalidade jurídica, a incerteza e a pressão sobre a entidade recém-fundada explicam, de certa maneira, como os documentos foram inicialmente conservados e os conflitos que permearam sua escrita. As dirigentes relataram:

Eu acho que a Fátima nunca quis desistir, mas a Elaine, eu acho que ela não acreditava muito no início. [...] Um dia, eu fui na casa dela, tinha um monte de atas atrasadas, eu queria fechar as atas para entregar tudo certo, até tem algumas atas que ela fez e outras que eu fiz para poder dar conta, então houve conflitos, mas nada que atrapalhasse (Rice, 2024).

Sim, foi um livro que foi até o motivo da briga da Rice com a Elaine Bernardes. [...] Mas assim, por um lado eu até entendo, se não tem registro, não aconteceu, se apagou da história. E tem muita coisa que foi apagada, ou que não foi escrita, ou que não teve o interesse de aparecer (Queiroz, 2024).

Rice e Queiroz citam o conflito com a Secretária Geral da época, professora Elaine Bernardes (falecida em 2021 por Covid-19), responsável por redigir as atas. Rice ameniza esses conflitos, mas reconhece o trabalho contínuo e exaustivo que demandava tempo de dedicação. A relação com a professora Fátima Veres Marques também era tensa, revelando o desgaste emocional da militância:

A Fátima sempre foi ponta firme, mas a gente brigava muito, nós brigávamos tanto que teve uma vez que eu abri a porta do carro e quis pular de tanta raiva que tive dela. Então a gente brigava muito, mas a gente estava sempre juntas, sempre na luta. (Rice, 2024).

Esses relatos demonstram as complexas relações pessoais e as tensões que coexistiam com o compromisso com a causa comum no grupo engajado na luta coletiva. Rice (2024) relata como manteve o “sindicato vivo” durante a batalha jurídica para provar a legitimidade representativa do Sinprefi, enfrentando a asfixia financeira imposta pelo Executivo, que não reconhecia o sindicato e impedia o desconto das mensalidades:

²¹ Foram eleitos por unanimidade os titulares Lucila Ferreira Parra, Elisabete Batista Santos, Dirce Maria Hammes, Maria Aparecida Chotti, Edson Luis Dias e os suplentes Rosa de Oliveira Paiva, Valdenora de Jesus Mendes, Etelvina Sampaio Castilho, Claudete Dalbosco e Ieda Posebom (Ata nº 2, 2010).

Faz vaquinha, junta dinheiro [...] todo mundo contribuindo para fazer o registro da entidade. Então registramos, só que o Paulo [Mac Donald], era prefeito, não reconheceu. [...] Ficamos sem poder agir como sindicato, ainda sem dinheiro. [...] Nesse período, desde o dia que fundamos o sindicato, começamos a trabalhar no plano de carreira e as reuniões aconteciam aqui em casa (Rice, 2024).

Queiroz (2024) complementa que, de 2010 a 2014, Fátima e Rice dedicavam seus turnos livres às visitas às escolas e ao custeio de despesas básicas do sindicato com recursos próprios, pagando contadora, advogada e documentação. Como transmite a Carta de 2013, o Sinprefi manteve-se “vivo intramuros” através dessa solidariedade militante. Para além dos ofícios e protocolos, existiu uma estrutura invisível de sustentação que revela as reais dimensões do esforço das fundadoras, cujas memórias agora nos permitem acessar o que os registros burocráticos omitiram.

A fundação do Sinprefi em 2010 não significou o fim das hostilidades, mas o deslocamento da luta para o campo jurídico e administrativo. A formação do novo sindicato representava uma ameaça direta ao Sismufi, pois implicava a perda de filiados e a consequente fragilização econômica da entidade geral (Rice; Queiroz, 2024). No entanto, a base jurídica do “desmembramento”, defendida pela advogada Solange da Silva, sustentava as “vantagens e especificidades da educação que justificam a necessidade de criar um sindicato específico para a categoria dentro da base territorial” (Sinprefi, Ata nº 1, 2010). Esse entendimento foi reforçado por Rice (2024) em entrevista, ao destacar que a realidade do magistério é distinta das demais categorias do município: “A nossa especificidade é diferente das do Sismufi. E a nossa é uma necessidade única, a deles são várias realidades”.

Os passos imediatos da entidade recém-fundada consistiram em comunicar a administração municipal e iniciar as tratativas de reconhecimento. Em 25 de novembro de 2010, a presidência solicitou à secretária municipal de educação, Joane Vilela, a liberação das horas-atividade da Secretária Geral, Elaine Bernardes Ribeiro. Contudo, apesar da fundação legítima, a gestão Paulo Mac Donald Ghisi não concedeu a liberação das eleitas nem autorizou o desconto da mensalidade dos filiados, impedindo a atuação plena do sindicato (Sinprefi, 2010).

Essa asfixia institucional foi agravada por obstáculos ao nome da entidade, que precisou passar por alterações significativas para atender ao princípio da unicidade sindical. Inicialmente, o registro foi impugnado pelo Andes (Sindicato

Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), sob a alegação de sobreposição de representação no ensino superior. Para garantir o reconhecimento legal, o Sinprefi e o Andes firmaram um acordo que alterou o Artigo 1º do Estatuto, delimitando a base territorial como “Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental de Foz do Iguaçu” (Ata nº 10, 2013). Posteriormente, a base foi ampliada para incluir secretários de escola e professores de educação infantil, consolidando a nomenclatura atual: “Sindicato dos professores e profissionais da educação da rede pública municipal”²².

A resistência da prefeitura materializou-se em sucessivos indeferimentos administrativos. Em dezembro de 2010, o Sinprefi protocolou os Ofícios nº 06/10 e nº 07/2010 solicitando o desconto de 1% em folha e a liberação do mandato classista de quatro professoras, conforme o Art. 160 da Lei Complementar nº 17/1993. Em 19 de janeiro de 2011, a Secretaria de Administração (SMGP e PRH) respondeu negativamente, alegando a necessidade de formalização de convênio. Em resposta, o Sinprefi iniciou um processo jurídico fundamentado na Constituição de 1988, argumentando que a personalidade jurídica é adquirida com o registro civil e que o poder público não pode impor restrições à associação sindical. Mesmo assim, o município condicionou o reconhecimento ao deferimento da Carta Sindical pelo Ministério do Trabalho, processo que perdurou até o fim de 2013.

Durante esse hiato, o Sinprefi manteve sua atuação na fiscalização dos recursos do Fundeb, mesmo sob constante cerceamento. Em novembro de 2011, a prefeitura negou o repasse de dados salariais alegando sigilo, reforçando que o Sismufi ainda era o único sindicato reconhecido. A ausência de novos requerimentos do Sinprefi entre o final de 2011 e 2012 sugere que as dirigentes optaram por aguardar a mudança de governo. Essa estratégia de sobrevivência política culminou na assinatura de termos de compromisso em agosto de 2012 pelos candidatos Francisco Lacerda Brasileiro e Reni Clóvis Pereira, que se comprometeram a reconhecer a entidade caso eleitos. O termo assinado por Reni Pereira, eleito para a gestão 2013/2016, foi explícito:

Assume perante a sociedade, o compromisso formal [...] reconhecer a entidade sindicato dos professores da rede pública municipal de ensino de Foz do Iguaçu - Sinprefi [...] o que por sua vez, consistirá na liberação dos dirigentes sindicais em termos de lei complementar nº 17/1993 e a convocação desses para o dissídio coletivo (Sinprefi, 2010-2013).

²² Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil do Município de Foz do Iguaçu.

Com a mudança de gestão em 2013, o cenário começou a se alterar. Em 18 de fevereiro de 2013, o sindicato comunicou à categoria a vitória do desconto em folha e o início das negociações para o Plano de Carreira. Entretanto, o registro formal (Carta Sindical) só foi publicado no Diário Oficial em 28 de abril de 2014. Até esse momento, as professoras Maria Aparecida e Fátima mantiveram a estrutura sindical com recursos próprios, desdobrando-se entre a sala de aula e a militância para manter o “sindicato vivo”. Como revela uma Carta de 2013, a esperança por um “prefeito sensível à causa” foi o que sustentou o grupo durante os três anos de asfixia financeira e jurídica (Sinprefi, 2013). A trajetória desse período evidencia que a regularização do Sinprefi não foi um processo administrativo comum, mas uma batalha de resistência contra modelos de controle estatal e sindical que tentaram, até 2016, asfixiar o movimento das trabalhadoras da educação através da retenção judicial do imposto sindical.

2.6 O IMPOSTO SINDICAL E O DESAFIO COM A PROCURADORIA MUNICIPAL

Uma vez consolidada a personalidade jurídica do Sinprefi frente às tentativas de anulação movidas pelo Sismufi, a disputa pela autonomia da entidade deslocou-se para a sua sustentação material. A Procuradoria do Município passou a sustentar a tese de que o desconto do imposto sindical era indevido, o que resultou na retenção judicial sistemática desses valores (Sinprefi, 2010-2013; Rice; Queiroz, 2024). Essa ofensiva jurídica exercida pelo poder público local não constituiu um fato isolado, mas antecipou a lógica de fragilização das organizações coletivas que ganharia corpo nacional com o aprofundamento do neoliberalismo e, posteriormente, com a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017).

Conforme analisam Boito Jr. (1999) e Pignatti, Lemos e Sales (2025), o questionamento da obrigatoriedade das contribuições tornou-se um mecanismo eficaz para minar a capacidade de resistência e a manutenção das estruturas sindicais, transferindo para o campo jurídico uma disputa que é, essencialmente, política. A materialização desse entrave administrativo transparece no Ofício nº 081/2015, emitido pela Secretaria Municipal de Administração (Smad) em 28 de maio de 2015. Em resposta ao sindicato, a prefeitura utilizou a existência da disputa judicial

para indeferir o acesso aos recursos, conforme manifestação do procurador Luiz Carlos de Carvalho (OAB/PR 26.082):

Conforme pleno conhecimento do sindicato requerente, a questão da contribuição sindical em tela encontra-se sobre discussão judicial, em sede de ação de consignação em pagamento, em fase recursal, onde foi efetuado referido depósito em 22/04/2015, razão pela qual o pedido deve ser indeferido (In: Sinprefi, 2015).

Embora os livros-atas do Sinprefi (2013-2015) apresentem poucos documentos sobre o detalhamento desse processo, um registro datado de 2016 revela a complexidade da rede de credores envolvidos na disputa. O “Quadro 2: “Entidades sindicais e recursos do imposto” apresenta resultado de um acordo entre oito entidades consignatárias detalhou os percentuais retidos, evidenciando que a fragmentação da categoria também se refletia na pulverização dos recursos financeiros:

Quadro 2: Entidades sindicais e recursos do imposto

CREDORES/BENEFICIÁRIOS	%
SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FOZ DO IGUAÇU – SISMUFI	40,88327,24
SINDICATO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU – SINPREFI	15,83450024
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ – SENGE-PR	0,24341294
SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DO PARANÁ – SIMEPAR	3,03881658
CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL – CSPB	5,00
FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS CUTISTAS DO PARANÁ -FESSMUC	10,22
FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO PARANÁ – FESMEPAR	4,78
CONTA ESPECIAL EMPREGO E SALÁRIO -CEES – A SER RECOLHIDO ATRAVÉS DA GRCSU – UNIÃO	20,00
TOTAL	100,00

Fonte: Sinprefi, 2015.

A análise deste documento permite observar que a indefinição jurídica sobre o destino das verbas paralisou o capital de manobra das entidades por anos. Requerimentos da época apontam que apenas em 2016 houve a transferência de valores relativos aos anos de 2014 a 2016, permanecendo pendente o repasse de 2013, o que demonstra a morosidade burocrática como ferramenta de pressão

política. As memórias de Rice e Queiroz (2024) conferem a dimensão humana e política desse prejuízo financeiro, revelando que a vitória jurídica final foi, em certa medida, mitigada pelos custos da própria luta. Segundo Queiroz (2024):

[...] descontado de todos os profissionais um dia de trabalho no ano. A gente recebeu três anos. Desses três anos, foi pago para os advogados 20%. Mas, depois, devido aos problemas jurídicos mesmo, teve que fazer mais outro processo pra sair o dinheiro, porque esse dinheiro ficou depositado em juízo. [...] no final ficou em torno de 40% desse valor de três anos. 60% foram para os advogados. Daí o que sobrou, a gente usou pra comprar a sede.

Essa situação ilustra como a dependência do imposto sindical e as disputas por sua titularidade resultaram em perdas consideráveis. A retenção do recurso do “suor dos trabalhadores” (Queiroz, 2024) funcionou como uma barreira ao fortalecimento da estrutura do Sinprefi em seu momento mais crítico: a transição entre a resistência informal e a institucionalização plena da categoria.

CAPÍTULO 3: O TRIUNFO VAZIO: PLANO DE CARREIRA E CONTRADIÇÕES DA VALORIZAÇÃO DOCENTE

3.1 A LUTA PELO PLANO DE CARREIRA E AS CONTRADIÇÕES DA VALORIZAÇÃO DOCENTE (2013-2015)

A compreensão sobre o embate em torno do Plano de Carreira das profissionais da educação da rede pública de Foz do Iguaçu exige situá-lo no centro de uma tensão federativa: o choque entre a expansão da rede municipal — impulsionada pelas metas de universalização do acesso à Educação — e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O processo de municipalização, embora orientado pelo preceito constitucional, descarregou sobre o município uma responsabilidade administrativa que as gestões se utilizaram estrategicamente: a “universalização” tornou-se o argumento para a contenção da “valorização”.

Sob a égide da Nova Gestão Pública, redefine-se a própria concepção de qualidade educativa e de trabalho docente. Conforme apontam as pesquisas de Pasini (2012) e Benitez (2016), a valorização historicamente pautada na qualificação intelectual (títulos e formação) é preterida em favor de uma lógica produtivista, focada estritamente em metas, índices de desempenho e resultados mensuráveis. É nessa dialética que a luta do Sinprefi se transfigura em uma disputa pela apropriação do Fundeb, buscando provar que a expansão do atendimento não poderia ocorrer às custas do congelamento da carreira docente.

Nos registros dos três livros-atas do Sinprefi (2010-2015), observa-se que a reestruturação do Plano de Carreira começou a ser gestada ainda na fundação da entidade, em 2010, embora as negociações tenham atingido seu ápice tensionado entre o final de 2013 e agosto de 2015, sob o governo de Reni Clóvis Pereira. Documentos datados de novembro de 2013, como ofícios e informativos à base da categoria docente, revelam que a longa tramitação do anteprojeto de Lei foi sistematicamente condicionada pela administração municipal a análises de impacto financeiro baseadas na LRF. Esse cenário provocou um estado de descontentamento que culminou em notas de repúdio contra a diretoria administrativa e a procuradoria jurídica, acusadas pelo sindicato de protelar os trabalhos e desrespeitar a categoria,

forçando o Gabinete do Prefeito a institucionalizar uma Comissão de apreciação (Sinprefi, 2015).

Em 20 de dezembro de 2013, a base era informada de que a “boa vontade” do Executivo se traduzia em alterações no projeto original, retirando avanços salariais sob o argumento de que a prefeitura “iria falir” com a proposta sindical. A carta enviada às professoras contestava essa narrativa, afirmando que a verba da educação gozava do respaldo do Fundeb e não dependia das demais secretarias (Sinprefi, 2013). Tais registros coadunam com o relato de Rice (2024) sobre o uso da retórica do medo e do “colapso da gestão pública”. A percepção de Rice sobre a disparidade de tratamento entre as categorias encontraria eco técnico em registros posteriores: em 2015, o professor Edilson Balzzan apresentou à diretoria do sindicato uma análise comparativa demonstrando que, enquanto o magistério amargava um reajuste de apenas 9%, outros setores da administração municipal haviam alcançado índices de até 45% (Sinprefi, 2015). Esse dado materializa a seletividade da LRF, utilizada como barreira para o magistério enquanto o fundo público era drenado por outras prioridades políticas.

Historicamente, as carreiras dos servidores²³ de Foz do Iguaçu eram regidas pela Lei Complementar nº 17/1993, um regimento único que impunha ao magistério uma estrutura de progressão percebida pela categoria não como valorização, mas como um mecanismo de congelamento salarial. Sob essa égide, o avanço vertical exigia o cumprimento de um estágio probatório de três anos e um interstício de 24 meses de efetivo exercício, limitando a professora ao reconhecimento de apenas um título de graduação após cinco anos de serviço (Foz do Iguaçu, 1993; 2024). O Sinprefi combatia essa lógica²⁴ que reduzia os avanços ao direito do biênio (3%) e ao adicional do decênio (5%) — este último, por um erro de interpretação da gestão, sequer estava sendo incorporado na aposentadoria (Sinprefi, 2024). O

²³ Os contratos desses servidores com a administração municipal podem ser diretos, como os temporários, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e realizados por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), ou estáveis, quando contratados pelo regime Estatutário, através de concurso público. Apesar do foco desta pesquisa ser a base dos trabalhadores, é importante destacar que existem formas de ingresso no serviço público, por meio de cargos políticos ou Cargos Comissionados, o que influencia nas distorções salariais, com gratificações ou em funções que exigem conhecimento técnico.

²⁴ Pelas regras do Estatuto do servidor, no Art. 65 o desenvolvimento na carreira ocorre mediante progressão, promoção e ascensão funcional: I - progressão funcional é concessão de adicional de promoção por merecimento, a cada 2 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho periódica, correspondente a 3% (três por cento) sobre o Valor do vencimento do respectivo cargo em que esteja o servidor enquadrado à época da concessão (Foz do Iguaçu, 1993).

Estatuto de 1993 funcionava como uma estrutura de contenção, onde a letra fria da lei mascarava a estagnação salarial que o novo Plano de Carreira buscava romper para garantir a fluidez da vida funcional.²⁵

A proposta do novo Plano de Carreira buscava romper esse imobilismo ao prever avanços por títulos de Especialização, Mestrado e Doutorado, além da substituição do decênio pelo quinquênio com garantia de incorporação. Esse horizonte de possibilidades foi debatido na assembleia de 26 de fevereiro de 2014, onde o projeto foi aprovado por 96 votos a favor e 50 contrários (Sinprefi, 2014). A dissidência registrada nos votos contrários não era um mero detalhe numérico, mas um indício de tensões internas que podem ser compreendidas que a memória de lutas passadas e o receio da perda de gratificações já consolidadas geravam um conflito entre o ganho imediato e a promessa futura da carreira. Validada a proposta pela maioria, o sindicato iniciou sua estratégia de *lobby* e pressão democrática junto à Câmara Municipal em março de 2014, ocupando o espaço institucional antes de levar o embate para as ruas e praças (Sinprefi, 2014).

O embate estratégico do sindicato, travado no campo dos cálculos orçamentários, culminou em um momento de aparente vitória institucional. Em 28 de abril de 2014, o prefeito Reni Pereira protocolou a minuta do Projeto de Lei PCCR nº 38/2014 na Câmara Municipal. Contudo, a redação do documento trazia consigo o que a professora Neusa Maria de Oliveira Barbosa identificou como uma “promessa vazia”: o artigo 78, que condicionava a aprovação à disponibilidade financeira e às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ao advertir que “o plano já nasce morto”, a docente captou a estratégia da administração de inserir um “veneno” legal no texto, transformando a conquista em uma simulação jurídica subordinada ao rigor fiscal (Sinprefi, 2014). O registro fotográfico desse ato (Figura 2) é revelador quando submetido à metodologia de Ana Maria Mauad (1996), que compreende a imagem como um campo de forças e um documento histórico carregado de intenções:

²⁵ Conforme Sinprefi (2024), de 2006 a 2022, “um período de 16 anos não houve desconto previdenciário relativo ao decênio, adicional recebido a cada dez anos de trabalho”.

Figura 2: As tensões da tramitação do Projeto de Lei nº 38/2014 na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu



Fonte: Sinprefi, 29.04.2014

Na fotografia, o prefeito Reni Pereira aparece ladeado pelas dirigentes Maria Rice, Elaine Bernardes e Fátima Veres, em uma composição que tenta transmitir uma mensagem de consenso e colaboração institucional. Para o Executivo, a imagem servia como uma peça de propaganda política, projetando a figura do gestor como o articulador da valorização docente. No entanto, sob o olhar da historiografia visual, a foto registra também o sucesso da pressão do Sinprefi, que forçou o Executivo a converter a pauta das ruas em projeto de lei. A imagem, portanto, não é um reflexo passivo do real, mas uma “aparência de diálogo” que escondia as tensões de uma tramitação que ainda enfrentaria a burocracia instrumentalizada e o “jogo de empurra” entre os Poderes (Sinprefi, 2014).

A gestão utilizava os pareceres da Secretaria da Fazenda e da Fozprev como instrumentos de protelação. Impasse rompido sob a ameaça de manifestações e pela presença maciça da categoria no plenário da Câmara Municipal. Demandou que as professoras cobrassem posicionamento do vereador Hermógenes de Oliveira, relator do texto (Sinprefi, 2014). A fotografia da aprovação (Figura 3) sela

essa vitória institucional: ao ocuparem o próprio “templo” do Poder Legislativo, as professoras simbolizam a culminação de uma mobilização que forçou a legalização formal da valorização. Esse registro coletivo atua como um testemunho visual do poder da luta organizada sobre o processo decisório municipal, transformando a letra da lei em uma conquista inscrita na memória do Sinprefi (2014):

Figura 3: Vitória no templo: Câmara Municipal aprova o PL nº 38



Fonte: Sinprefi, 07/06/2014

Contudo, o ato da sanção da Lei municipal nº 4245/2014 foi estrategicamente deslocado para o desfile do centenário de Foz do Iguaçu, em 10 de junho de 2014 (Figura 4):

Figura 4: Entre o rito e a realidade: a *mise-en-scène* política na sanção da Lei nº 4245/2014



Fonte: Jornal Tribula popular, 2014.

Sob a lente de Mauad (1996), percebe-se uma *mise-en-scène* calculada: o prefeito Reni Pereira, rodeado de autoridades em praça pública, buscou converter a conquista sindical em um espetáculo de benevolência governamental. Conforme as atas da época sugerem, tratou-se de uma manobra retórica para projetar um compromisso inquestionável com o magistério, vinculando o direito à imagem pessoal do gestor. Esse tipo de narrativa oficial tenta despolitizar o movimento, apresentando o Plano como um presente do Poder Público e não como o resultado de um embate histórico que, para muitas profissionais, era um direito represado desde 2009 (em referência a Operação Tartaruga de 2009). O Sinprefi, em resposta, produziu a primeira edição de seu jornal impresso (Figura 5), consolidando sua identidade como a legítima voz de representação docente:

Figura 5: Jornal Sinprefi: “o triunfo vazio”



Fonte: Jornal Sinprefi, ano 1, 2014 in: Sinprefi, 2014.

A capa da primeira edição do jornal impresso do Sinprefi (Ano 1) constitui uma peça de comunicação estratégica fundamental, com destaque para as três fotografias de impacto que consolidam a imagem da entidade como a nova e legítima força de representação do magistério municipal após a conquista do Plano de Carreira. A montagem visual e textual projeta uma narrativa de triunfo, liderança e coesão coletiva (Sinprefi, 2014). Enquanto o Plano de Carreira era celebrado como uma grande conquista, marcava também a valorização das dirigentes, com a transição institucional para a entidade: após a primeira diretoria ter sido empossada por aclamação, realizava-se a primeira eleição para dirigentes sindicais.

A seleção das imagens da presidenta Maria Rice na tribuna da Câmara Municipal, da rodada de negociações e da presença maciça das professoras com as mãos levantadas em ato de decisão, valida a liderança da entidade e posiciona

o Sinprefi como um agente político legítimo que obriga o Poder Legislativo a considerar e tramitar as pautas da categoria e ilustra a capacidade do sindicato de obrigar o Executivo ao diálogo, reforçando a sua função de interlocutor e a narrativa de conquista coletiva. Os títulos: “Sinprefi conquista plano de carreira”; “Sindicato é pra fazer valer!” e “conheça a história do Sinprefi nessa edição”, remontam a análise do capítulo 2: “As lutas do magistério em Foz do Iguaçu”, que demonstrou a construção e consolidação da narrativa do nascimento do Sinprefi como um “desmembramento” da categoria, sem conflitos. A presidenta Maria Rice reafirmava não haver uma “dissidência” com o Sismufi, mas uma nova força para “fazer valer”. Essa narrativa marca a vitória da nova organização e consolida a identidade do sindicato, com o plano de carreira, “sonho de consumo” inspirado no modelo estadual (Queiroz, 2024).

No entanto, a euforia da sanção logo encontrou o obstáculo da não implementação. O jornal comemorativo, embora pronto, não foi distribuído por “falta de coragem” (Queiroz, 2024) diante da realidade do calote: o Plano fora aprovado, mas não pago sob a alegação de queda na arrecadação municipal. O Sinprefi propôs uma implementação gradual, sem sucesso²⁶ (Sinprefi, 2014). Essa dissonância marca o início do que definimos como o “triunfo vazio”, onde a vitória jurídica permanece suspensa pela barreira fiscal e pela resistência administrativa. Queiroz (2024) relatou sob o sentimento de frustração ao terem que recuar após a aprovação do plano, marcando a diferença entre o projeto político e a realidade fiscal/administrativa imposta pela prefeitura. Queiroz e Rice (2024) defendem que a luta inicial é sempre para replicar o modelo de maior sucesso, mas a negociação e a resistência do Executivo forçaram o recuo e a aceitação de uma versão mitigada do Plano (Sinprefi, 2014).

E 30 de agosto de 2014, a diretoria do Sinprefi se reuniu para discutir sobre a não implantação do Plano e 2 de setembro foi deliberado em assembleia pela mobilização da categoria. Diante do cenário econômico alegado pela administração municipal, a gestão se viu pressionada a estrategicamente formalizar um Grupo de Trabalho (GT) composto por servidores do setor de Recursos Humanos e membro do sindicato, com a tarefa de elaborar um plano de ações que contemplasse as demandas das trabalhadoras da educação. O Grupo de Trabalho teve a tarefa de

²⁶ A Lei de Responsabilidade Fiscal limita o gasto com pessoal a 54% da Receita Corrente Líquida, ao diminuir a receita, a gestão reduz o teto disponível para pagar as professoras.

avaliar a aplicação da Lei nº 4.245/2014 e seu impacto orçamentário. Os documentos mostram as intenções do GT de controlar não apenas o orçamento, mas a própria repercussão social do fato. A servidora Rosalette Schmidt dos Santos (membro do GT/Smad) alertou para o impacto progressivo de promoções e reajustes, que poderiam alcançar 30% em um ano, incompatível com o equilíbrio fiscal (Sinprefi, 2014). O servidor Eliseu Liberato (membro do GT/Smad) sugeriu que os valores eram exorbitantes e que as informações deveriam ser restritas para evitar “agitações” na sociedade (Sinprefi, 2014).

O relatório do GT (Ata nº 1 e 2, 18 e 19/09, Sinprefi, 2014) apontou a inviabilidade dos aumentos salariais (a folha do magistério saltaria de R\$ 7,6 milhões em julho de 2014 para R\$ 20,2 milhões em três anos) e propôs restrições a benefícios como a promoção vertical para mestrado. E manifestou que qualquer mudança dependeria de cálculos prévios, encarando com preocupação o artigo 70 da Lei nº 4.245/2014, que vedava alterações no ano de sua publicação (Sinprefi, 2014). Mesmo assim, uma série propostas de alterações ao plano original foram apresentadas, como: a restrição da promoção vertical, redução de percentuais, ampliação de interstícios, vedação de acumulação de promoções. Também recomendava a revogação do Plano, dada a pendência do cargo de atendente de creche.

Havia uma interpretação da gestão municipal de que o Acórdão nº 4748/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) vedava o reconhecimento profissional de “professoras” às atendentes de creche. Mas para Queiroz (2024), a administração municipal buscava evitar pagar o piso salarial, criando obstáculos ao reconhecimento profissional das professoras de Educação Infantil, preferindo manter “mão-de-obra barata e precária”. Enquanto isso, o sindicato acenava que a valorização e equiparação salarial seria pela via judicial (Sinprefi, 2014). No que tange às negociações com a administração, o sindicato recuou na pauta da promoção para mestrado, aceitando a limitação do número anual de beneficiários. Contudo, não acatou as alterações no quadro de vencimentos e no quinquênio. Pautas como a majoração dos interstícios e a não cumulatividade de avanços no mesmo exercício também foram discutidas (Sinprefi, 2014). Apesar das concessões, o Executivo não respondeu dentro do prazo estipulado (20/09), o que elevou a tensão sob a justificativa do alto custo projetado para o Plano (Sinprefi, 2014). Em 22 de setembro, o Comitê Gestor da Administração Municipal oficializou a não

implantação do Plano de Carreira, alegando que o Relatório de Impacto Orçamentário Financeiro (RIOF) não apresentava condições fiscais (Sinprefi, 2014).

O período entre setembro e novembro de 2014 marcou o ápice da tensão na educação municipal de Foz do Iguaçu. O acervo de jornais da época, preservado no livro de atas do Sinprefi (2014), revela mais do que notícias: compõe um mosaico de fotografias e manchetes que operam como registros de uma visibilidade estratégica. Como propõe Mauad, a imagem fotográfica aqui não é apenas um reflexo do evento, mas um agente da luta política que documenta a pressão da opinião pública sobre o Executivo. Enquanto a gestão municipal postergava o cumprimento da lei, a arena política se inflamava. A vereadora Anice Gazzaoui (PT) personificou a crítica institucional ao cobrar do prefeito Reni Pereira (PSB) o cumprimento imediato da Lei nº 4.245/14. A parlamentar denunciou o que chamou de “falta de planejamento”, classificando a sanção da lei — realizada com pompa durante o desfile de 10 de junho — como um ato de caráter meramente político e eleitoreiro, desprovido de lastro financeiro (Gazeta do Iguaçu, 2014). Essa percepção de “engodo” foi ecoada pelo jornal Tribuna Popular (setembro de 2014), que estampou em letras garrafais: “Professores revoltam-se com calote na prefeitura”. A narrativa jornalística destacava o contraste irônico entre o “foguetório” da assinatura da lei no centenário da cidade e a realidade da paralisação docente. A promessa de implantação em setembro, vinculada a uma suposta melhora financeira, revelou-se o estopim para o movimento grevista (Tribuna Popular, 2014, p. 3).

A análise de Amado sobre a relação entre memória e narrativa nos ajuda a compreender a resignificação do desfile de 7 de setembro na Avenida Paraná. Tradicionalmente um rito de exaltação patriótica e ordem governamental, o evento foi transformado pelas professoras em um palco de contestação e ironia. Cerca de cem educadoras subverteram o sentido do desfile: em vez de celebração, apresentaram o luto. Vestidas com camisetas pretas e narizes de palhaço, as docentes utilizaram o escárnio como ferramenta política (Gazeta do Iguaçu, 2014). As camisetas pretas simbolizavam a “morte” da carreira e a dor pela desvalorização e o nariz de palhaço denunciava o sentimento de terem sido enganadas pelas promessas feitas em praça pública. Este ato de visibilidade máxima ridicularizou o discurso oficial. A imagem das professoras sendo aplaudidas pelo público — conforme registrado pela imprensa — conferiu ao Sinprefi uma legitimidade social que transcendia a categoria, transformando a memória cívica em um campo de batalha de classes. A Figura 6

(Tribuna Popular) captura essa escalada. Esse registro fotográfico foi atribuído ao Sinprefi, ainda de setembro, captura as professoras posicionadas em frente ao prédio do poder executivo com suas faixas de protesto, reforçava a tática de confronto direto adotada pelo Sinprefi e pela categoria:

Figura 6: Cenário da disputa: Prefeitura municipal de Foz do Iguaçu



Fonte: Jornal Tribuna Popular, p.1

A fotografia das professoras posicionadas com faixas em frente à Prefeitura não é um registro estático; ela transforma o prédio administrativo no cenário central da disputa. Como destaca a análise visual de Mauad, a ocupação do espaço físico do “trabalho do gestor” busca exercer uma pressão que é, ao mesmo tempo, física e simbólica, expondo a fragilidade do discurso administrativo diante do impasse real. Em outubro, a gestão Reni Pereira reagiu ao movimento com táticas de coerção e uma narrativa de crise fiscal. Enquanto o jornal “A Gazeta do Iguaçu” noticiava a paralisação, a Secretaria de Educação anunciava o desconto dos dias parados — uma tentativa de individualizar uma crise que era, por natureza, coletiva.

As justificativas oficiais, vocalizadas pelo secretário de Administração, Chico Noroeste, apoiavam-se na queda da arrecadação e na frustração de receitas esperadas, como os recursos do Pré-Sal²⁷. A retórica governamental utilizou números

²⁷ Naquela época (entre 2012 e 2015), o Brasil vivia a euforia da descoberta da camada do Pré-Sal, e

para construir um cenário de “irresponsabilidade” financeira. Alegou-se que a folha saltaria de R\$ 7,7 milhões para R\$ 20 milhões em três anos e argumentou-se que o índice da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) seria extrapolado, chegando a 49,58%. Neste cenário de “números contra direitos”, a opinião pública dividia-se. O depoimento do soldador Matheus Molina Siqueira à Gazeta do Iguazu ilustra o dilema social: embora reconhecesse a legitimidade da luta docente, o impacto cotidiano das escolas fechadas gerava um apelo pelo “bom senso”. Contudo, o que a gestão chamava de falta de recursos, o sindicato e as professoras — através de suas performances de luto e palhaçaria — denunciavam como uma escolha política de desvalorização do magistério.

Ao analisarmos a Figura 6, que retrata o protesto em frente à Prefeitura, percebemos o que Mauad define como a “fotografia como espaço de relação social”. Não é apenas um registro de pessoas paradas; é o enquadramento do confronto. O prédio do Poder Executivo, ao fundo, deixa de ser apenas uma repartição pública para se tornar o símbolo da barreira institucional. As faixas, posicionadas frontalmente para a lente do fotógrafo, funcionam como “monumentos portáteis” de reivindicação, garantindo que a mensagem do Sinprefi seja lida mesmo décadas depois. Esta imagem captura a escalada do conflito: o sindicato sai das assembleias e ocupa o “território do inimigo político”. A ocupação física do espaço em frente ao gabinete do prefeito Reni Pereira exerce uma pressão que ultrapassa o campo das ideias; ela interrompe o fluxo cotidiano da gestão, transformando a calçada em um tribunal público. Já a Figura 7 apresenta uma camada de análise ainda mais complexa. A fotografia jornalística registrou professoras desfilando em 7 de setembro de 2014, portando a faixa: “Somos professores, precisamos de reconhecimento e valorização”, como retrato de que a celebração cívica se transformou em um ato de protesto público e simbólica ao mesmo tempo que anuncia o “Acordo” com a prefeita em exercício. Esse foi o retrato da pressão pública sobre o executivo municipal:

havia uma disputa intensa no Congresso sobre os *royalties*. Em 2013, foi aprovada a Lei nº 12.858, que destinou 75% dos royalties do petróleo para a educação. Vale ressaltar que, embora a Lei 12.858/2013 autorize o uso desses recursos para o pagamento de profissionais da educação (conforme o conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE), a volatilidade dos preços internacionais do petróleo e as disputas judiciais sobre a redistribuição dos royalties foram frequentemente mobilizadas pelas gestões municipais como um impeditivo prudencial para a concessão de reajustes permanentes e a consolidação de Planos de Carreira

Figura 7: Acordo temporário com vice-prefeita Ivone Barofaldi



Fonte: Jornal A gazeta do Iguazu, 2014.

O jornal *A Gazeta do Iguazu* (2014) utiliza a imagem do desfile de 7 de setembro para noticiar um acordo posterior com a vice-prefeita Ivone Barofaldi. Essa montagem editorial é significativa. A matéria destaca o “grande constrangimento” do prefeito ao enfrentar o protesto das professoras diante de autoridades da fronteira e a fotografia registra a frase: “Somos professores, precisamos de reconhecimento e valorização”. Essa frase não é apenas um *slogan*, mas a síntese de uma identidade profissional que se sente traída pela “política de governo” momentânea. A imagem das professoras desfilando com essa faixa transforma o evento cívico — que deveria celebrar a Independência e a soberania — em uma denúncia de dependência e descaso. O fato de a imprensa usar essa imagem para falar do “acordo” com a vice-prefeita sugere que a estética do protesto (o luto, o nariz de palhaço, a faixa no desfile) foi o que forçou a administração a buscar uma saída diplomática, ainda que temporária.

Nesse embate de narrativas, o Executivo tentou se refugiar nos números da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas a força visual das

manifestações já havia vencido a batalha da opinião pública. Como pontuou a crítica da vereadora, a sanção da lei no desfile no aniversário da cidade foi um “ato com pompa”, mas observamos que a resposta das professoras em 7 de setembro foi um “ato com verdade”. A memória cívica de Foz do Iguaçu, naquele 2014, foi sequestrada pela luta de classes: o “verde e amarelo” do patriotismo deu lugar ao “preto” do luto docente, expondo a contradição entre o discurso de progresso do centenário da cidade e a precarização de quem constrói a educação básica. Esses valores representam o custo da valorização do magistério e a forma como o Executivo municipal utilizou a projeção financeira para estrategicamente deslegitimar ou adiar a implementação da Lei, transformando a progressão de carreira em uma ameaça fiscal.

As professoras, com o sentimento de que o pacto ético fora rompido, demonstram que cumpriram sua parte — a qualificação, o trabalho e o cuidado com a educação — e, portanto, a efetivação da lei era vista como uma obrigação moral do Estado, e não apenas uma concessão administrativa. Nesta perspectiva, a resistência ao “calote” do Plano de Carreira na interpretação de Edilene Toledo (2013) significamos que a consciência das trabalhadoras não se molda apenas pela estrutura econômica, mas por um conjunto de valores e expectativas sobre a justiça e o direito. A indignação revelava que a qualificação e o exercício da docência constituídos em uma base de identidade e dignidade que o Estado não poderia ignorar sob o argumento técnico da LRF. Aqui, de todo esse debate entre sindicato e gestão municipal que sucederam as manchetes de jornais, cabe retratar que não se trata de um discurso neutro tão somente dos agentes que se beneficiavam com a ideia do “custo alto” do plano de carreira, mas do próprio GT composto por servidores da secretaria de administração que defenderam a necessidade de evitar “agitações” na sociedade.

Enquanto a profissão docente, historicamente marcada pela feminização e pela ideologia do “sacerdócio” ou “vocação”, mantinha baixos salários justificados pela “missão” e não pelo seu valor produtivo, se observa invertida essa lógica da vocação que passa a ser apresentada como um custo excessivo e irresponsável para o Estado. O alto valor projetado do Plano é a prova de que a categoria, ao reivindicar, está sendo gananciosa e irresponsável, violando a “missão” histórica. A Gestão por Resultado, pilar do neoliberalismo encarna no discurso da ameaça de falência e funciona como uma forma de responsabilização por resultados

negativos (o alto custo), transformando-se no mecanismo de controle que busca a “conformidade” das trabalhadoras aos índices de desempenho.

A expressão dos servidores do GT, sugere sob a ótica materialista, a fragmentação da consciência de classe e a alienação - essa crítica não é sobre o valor “*per se*”, mas sobre a percepção de privilégio que a sociedade teria sobre o alto salário do professor. Afinal, aquele plano “sonho de consumo” por vezes, invejável por segmentos da administração, mina a solidariedade entre os servidores. Aqui reafirmamos, a luta por salários no setor público é fundamentalmente política, pois lida com a disputa pela apropriação do fundo público. Por outro lado, no jornal “A Gazeta do Iguaçu”, de 3 de outubro, o Sinprefi sustentava que o enquadramento das professoras seria possível se a administração tomasse “medidas para redução da folha geral com pessoal, cargos comissionados e de confiança” (A Gazeta do Iguaçu, 2014). Inclusive protocolou pedido de informações (Lei Federal nº 12.527/2011), cobrando o valor gasto com Cargos em Comissão e de Confiança mês a mês e a relação dos servidores que recebiam do Fundeb, buscando provar que o problema era de prioridade política e não apenas de falta de recursos (A Gazeta do Iguaçu, 2014).

A partir de outubro de 2014, o cenário de tensão ganha novos contornos. A “Gazeta do Iguaçu” (23/10/2014) registrava o esgotamento da paciência docente após o descumprimento do prazo acordado com a então prefeita em exercício, Ivone Barofaldi. O que se seguiu foi uma demonstração da maturidade política da categoria: ao decidir, em assembleia no dia 24, finalizar o ano letivo sem novas paralisações imediatas, as professoras não recuaram por fraqueza, mas por uma estratégia de legitimidade social. Nesse contexto, a construção da identidade profissional enverga para o sentido de dever moral para com os alunos. Como aponta a análise crítica, resgata-se aqui a memória coletiva que internaliza o magistério como uma “vocação” ou “maternidade social”. Ao priorizar o bem-estar da criança, a categoria ocupa um terreno ético inatacável: a mensagem enviada à sociedade era a de que a luta não era irresponsável. Essa postura desarmou o discurso governamental que tentava rotular a greve como um “ato antissocial”, transferindo o ônus do impasse exclusivamente para o prefeito Reni Pereira. Se a via administrativa falhava, o sindicato anunciava o próximo passo: o Ministério Público (MP). A entrada do MP no cenário simboliza a passagem da disputa política para a garantia de direitos constitucionais. Enquanto Maria Rice (Sinprefi) buscava o diálogo, a gestão municipal

utilizava o Grupo de Trabalho (GT) como um instrumento de proteção. O secretário de Administração, Chico Noroeste, apelava para um suposto “bom senso”, enquanto o sindicato denunciava o GT como uma estratégia para “enrolar” a categoria.

A tensão atingiu o ápice quando o governo tentou uma manobra de deslegitimação da liderança. Em outubro de 2014, a administração municipal atribuiu a crise pessoalmente à presidenta do Sinprefi, alegando que ela conhecia a suposta “insustentabilidade” do plano. Esta é uma tática clássica de controle: transformar uma pauta coletiva em um problema individual ou de “falta de transparência” da líder para com sua base. Além disso, a ameaça de anotar os nomes dos faltosos reforçava a tentativa de intimidação e controle individualizante dos corpos em luta. A transição para 2015 marcou o limite das concessões. Mesmo após a categoria aceitar reduções significativas no plano (como a diminuição dos avanços de 6% para 5% e a inserção de interstícios), o governo continuava a alegar o “fantasma” da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 13 de fevereiro de 2015, em resposta ao ofício da administração municipal, o Sinprefi (2015) apresentou uma peça contundente apontando inconsistências que feriam o princípio da isonomia. Mais do que uma contestação técnica, o documento recuperava a luta histórica pelas legislações de valorização docente. Para fins desta análise, sintetizam-se abaixo os eixos fundamentais que estruturaram a argumentação sindical, evidenciando o embate entre a racionalidade administrativa da gestão e a experiência de classe das trabalhadoras:

1. Isonomia na Docência: o sindicato argumentou que, embora as nomenclaturas variassem (atendentes, educadoras e professoras), todas exerciam funções de magistério conforme a LDB nº 9.394/96, e a disparidade salarial violava o Art. 5º da Constituição Federal.
2. Reajustes de 15% para educadores infantis, 9% para docentes e 6% para atendentes de creche, condicionando a 3% da categoria mediante à comprovação de formação adicional até agosto, impunha um ônus indevido para a obtenção de um direito que deveria ser amplo.
3. Defasagem Salarial: um estudo do sindicato constatou um abismo de 32% em relação a outros servidores de mesma formação,

contrariando a Lei Municipal nº 1997/96 e os incisos V e VIII do Art. 206 da CF/88.

4. Direitos Adquiridos: a denúncia de que a retirada de gratificações da Lei 1997/96 representaria um prejuízo de R\$ 5.450.000,00, ferindo a irredutibilidade salarial (Art. 7º, VI, CF).

5. Falta de Transparência: o não cumprimento do incremento de R\$ 7 milhões anunciado em estudos prévios do PCCR.

6. Gestão Democrática: a ausência de eleição direta para diretores de CMEIs, contrariando a LDB e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

7. Hora-Atividade: a omissão do direito a 1/3 da jornada para atividades extraclasse, conforme a Lei nº 11.738/2008.

8. Progressão Funcional: a falta de clareza sobre o nível para mestrado e a proposta de reajuste de apenas 3% a cada dois anos — valor que sequer cobria os custos da formação continuada (Sinprefi, 2015).

Em 19 de fevereiro de 2015, a greve por tempo indeterminado foi finalmente deflagrada. A assembleia que acontecia na Praça Sebastião Flor foi deslocada para o saguão da paróquia, transformando-se em um novo espaço de visibilidade. A chuva, que poderia dispersar o movimento, acabou por concentrar a energia política em um ambiente de união e proteção, solidificando a decisão pelo enfrentamento direto a gestão pública. A Figura 8 captura um momento de profunda carga simbólica. A imagem das professoras reunidas no saguão da Paróquia São João Batista não é apenas um registro de um abrigo contra a chuva:

Figura 8: Assembleia Sinprefi: deliberação pela Greve



Fonte: Sinprefi, 2014.

A conformação institucional do relato de Maria Rice (2024), propõe que esse espaço sagrado simboliza o acolhimento da causa pela comunidade e a “benção” simbólica à luta justa (Sinprefi, 2015). Desdobrando-se dos registros documentados no livro-atas e fotografias das assembleias, a ocupação da Praça Sebastião Flor se faz sob tensão. Durante esse processo, as paredistas acampadas, relataram episódios de coação e ameaças de multas ao sindicato. Queiroz e Rice (2024), afirma que a continuidade do movimento só foi viável devido à intervenção do vereador Dilton Vitorassi (PV), que se comprometeu a arcar pessoalmente com eventuais sanções. Os registros de 30 de junho de 2015, o sindicato agradece publicamente ao Vitorassi e à vereadora Anice Gazzaoui pelo apoio “jurídico, financeiro e moral”, estendendo o reconhecimento a outros parlamentares (Bobato, Gesani, Queiroga, Duso e Coquinho) (Sinprefi, 2015).

Em 26 de fevereiro de 2015, suspende-se a greve, mantendo o “Estado de Greve”, o que significou o retorno às atividades escolares com transição para uma nova fase de pressão sobre a gestão municipal e diálogo com a sociedade e comunidade escolar (para evitar o rótulo de “greve antissocial”). O período entre março e junho de 2015 foi marcado pela vigilância. Como as professoras desconfiavam das intenções de desmobilização do Executivo, o sindicato adotou a estratégia de pré-agendar assembleias vinculadas ao cronograma de envio da minuta

do Plano à Câmara. Em 26 de maio, reuniões revelaram que os problemas estruturais — como a ausência de hora-atividade e doenças ocupacionais na Educação Infantil — persistiam como feridas abertas, mas a coesão da categoria, que atingira quase 100% de adesão na greve de fevereiro, servia como lastro de negociação (Sinprefi, 2015).

Em 30 de junho, a devolutiva da Prefeitura sobre as alterações na Lei nº 4.245/2014 ainda não contemplava integralmente as deliberações da categoria. Foi nesse momento que o Sinprefi demonstrou um pragmatismo político decisivo: as professoras aprovaram a proposta com ressalvas. A intenção era clara: não protelar a tramitação na Câmara. A categoria entendeu que insistir em novas alterações no documento naquele momento poderia servir de pretexto para que o Executivo engavetasse o Plano indefinidamente. Essa tática de “avançar com o possível para garantir o direito” culminou em agosto de 2015. Enquanto um grupo de professoras ocupava as galerias da Câmara com cartazes, o Sinprefi ameaçava retomar a paralisação caso o PL nº 67/2015 não entrasse em votação. Foi apenas sob essa pressão de 72 horas que a adequação orçamentária — subitamente viabilizada pelo aumento da alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da Receita Corrente Líquida — foi atestada pelo Parecer nº 041/2015, permitindo a sanção da Lei nº 4.362 em 17 de agosto de 2015, do Plano de Carreira.

Apesar das manobras de desmobilização, a pressão resultou na sanção da Lei do Plano de Carreira, forçando a gestão a erradicar disparidades históricas, como as gratificações extras que faziam profissionais protelarem a aposentadoria para não perderem renda (Rice; Queiroz, 2024). Contudo, a “falta de recursos” alegada pela gestão Reni Pereira (2013-2016) revelou-se uma construção retórica. A rejeição posterior das contas do prefeito pelo TCE-PR (2018/2019) confirmou um déficit de 9,53% em 2014, mas os dados técnicos demonstraram que o “estouro” da LRF era reflexo de desvios e da drenagem de recursos por uma Organização Criminosa (CMFI, 2019; Jornal do Iguassu, 2015). A crise fiscal funcionou como um simulacro: real nos números oficiais apresentados ao sindicato, mas artificial em sua origem. A LRF serviu como o grande álibi simbólico para legitimar a austeridade, ocultando que a escassez pública era resultado direto da apropriação privada da riqueza municipal através de fraudes como as do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (Jornal do Iguassu, 2015).

3.2 UNIDADE EM TENSÃO: GRATIFICAÇÕES, PRECONCEITO E A LUTA PELA ISONOMIA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DOCENTE (2010-2015).

Ao longo do processo que discutiu a aprovação do Plano de Carreira do magistério, a administração municipal condicionou a implementação à distribuição de bonificações (5%, 15%, 20% e 50%), sendo esta última a maior diferença salarial das professoras que atuavam na Educação Especial, em toda a carreira. Essa mudança gerou resistência entre as professoras, que temiam perder as gratificações e, conseqüentemente, baixar seus salários.

Conforme a ata nº 2/2010, na formação do primeiro Conselho Fiscal (Apasfi), o sindicato enfrentou dificuldades internas, como a evasão desses membros, especialmente das professoras da “Classe Especial”, que eram as que recebiam os 50% e desde o início discordavam da proposta de incorporação de gratificações nos salários e até desfiliaram-se (Sinprefi, Ata nº 2, 2010). Nos registros do livro-atas de 2013, consta um levantamento realizado e encaminhado por 26 escolas municipais com o objetivo de quantificar as professoras favoráveis à incorporação das gratificações nos salários, conforme discussões iniciadas em 2012. O registro mostra a campanha do sindicato de que “Gratificação não é salário, é paliativo”. Nas listagens enviadas pelas 26 escolas, constam um total de 449 professoras, sendo que 424 foram favoráveis e 12 contrárias à incorporação das gratificações aos salários. E 13 não responderam porque estavam ausentes ou não quiseram se posicionar. Mas o registro de uma professora no rodapé da folha de pesquisa da escola João Adão da Silva, onde o grupo foi unânime pela incorporação da gratificação, apesar de concordar, defendeu que as professoras: “[...] da Educação Especial deveriam ter uma gratificação ou incorporação diferenciada, pois a gratificação foi uma conquista antiga” (Sinprefi, 2013).

A percepção da professora, ao defender uma gratificação diferenciada para a Educação Especial, pela lente do materialismo histórico, se manifesta não como uma opinião isolada, mas a expressão de uma consciência moldada diretamente pelas condições materiais de trabalho que ela enfrenta. A luta pela incorporação das gratificações no salário se insere em uma contradição maior: a busca por melhorias para a categoria como um todo *versus* o reconhecimento das especificidades e desgastes de certas atividades laborais, como a atuação com

crianças com necessidades educacionais especiais. A professora, ao reivindicar a diferenciação, demonstra que as particularidades de seu trabalho e a “conquista antiga” que representa a gratificação criam uma percepção específica de seu próprio valor e das injustiças percebidas. Assim, seu posicionamento revela uma contradição no seio da própria categoria profissional, onde a pauta unificada do plano de carreira se choca com demandas particulares, evidenciando como as distintas condições de trabalho podem gerar diferentes interesses e, conseqüentemente, fragmentar o processo de luta.

Rice (2024) relata um intenso processo de convencimento, pois parte das professoras eram “muito imediatistas, elas não pensam no futuro, só pensam no presente”, e ela lembra de ter dito a uma professora da Educação Especial: “Você tem que ver que o plano de carreira vai ser muito melhor para nós.” Uma carta do Sinprefi (23/02/2014) evidenciava a existência de um “abaixo assinado” circulando para desmobilizar a negociação, o qual o sindicato defendia ter “total desconhecimento das vantagens do plano”, elencando benefícios como isonomia salarial, reajuste anual, terço sobre 45 dias de férias, e avanços por avaliação e estudo (Sinprefi, 2014). As atas destacam a falta de isonomia nas relações de trabalho, a lógica individualista que resultou em desfiliações por receio de perdas de gratificações, e a divisão de interesses que dificultava a compreensão como coletivo das trabalhadoras (Sinprefi, 2010-2013).

Em relação às profissionais dos cargos de “Atendente de Creche” ou “Educador Infantil”, historicamente sem a qualificação formal exigida para o magistério, as Atas (Sinprefi, 2010-2011) revelam que enfrentavam problemas estruturais e sobrecarga de trabalho enquanto buscavam o reconhecimento de suas funções. A Educação Infantil, por muito tempo, foi delegada à assistência social, sem exigência de formação específica (Santos, 2023; Nardeli, 2025). Com o advento da LDB 9.394/96, que estabeleceu a formação mínima em Magistério ou Pedagogia, a gestão do prefeito Samis da Silva (2001-2004) remanejou as trabalhadoras qualificadas da assistência social para a Secretaria da Educação. Com a criação do cargo “Professor J40” (referente à jornada de 40h semanais), estas passaram a atuar no Ensino Fundamental. No entanto, na gestão seguinte, de Paulo Mac Donald (2005-2012), as profissionais foram novamente remanejadas para os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), mas com um retrocesso na formalização profissional. Pela Lei nº 3.089, de 10 de agosto de 2005, instituiu-se o cargo de “Atendente de Creche”

no Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, extinguindo-se as denominações do magistério: “Ficam extintos os cargos de Professor J-40, Professor Especialista J-40, Professor Licenciatura Curta J-40, Professor Licenciatura Plena J-40 e Professor Pós-graduado J-40, do Grupo Ocupacional do Magistério” (Foz Do Iguaçu, 2005). Esse rebaixamento jurídico, vinculando-as ao setor administrativo e não à educação, pode ser interpretado como uma resistência deliberada à profissionalização da categoria. Tal estratégia permitia ao governo gerenciar os recursos da educação sob uma lógica de eficiência e economia, desonerando a folha de pagamento ao manter essas trabalhadoras à margem dos direitos e do piso salarial nacional, sem integrar, de forma qualitativa e efetiva, a educação infantil à educação básica.

No processo de construção do plano de carreira, as “atendentes de creche” não foram bem aceitas por uma fração das professoras do ensino fundamental que chegaram criar um codinome “Sincreche” e relutava, segundo Rice (2024): “[...] porque você só cuida de bebê, quer ganhar igual nós [...] meu Deus, nem me fale, não queriam nem pensar! Nem pensar! [...] Nossa, aquilo ali foi um horror, o que a gente conquistou com a Educação Infantil, foi muita luta para conseguir!” Os relatos de Rice e Queiroz (2024) revelaram as profundas contradições no processo de formação da identidade coletiva docente e de sua consciência — um processo que pode ser analisado na perspectiva de E. P. Thompson (2024). O conflito expõe que a consciência da categoria não era monolítica, mas estava fragmentada por uma alteridade de base formal.

A desqualificação das “atendentes de creche” criava um “outro” no interior da base, negando a identidade profissional da Educação Infantil. Essa alteridade se sustentava pela sua história atrelada ao cuidado na assistência social. E naquele momento, sua luta era pelo reconhecimento como parte do magistério. A atividade, ainda associada à maternidade e ao assistencialismo e não ao trabalho profissional, era considerada mera ocupação, *status* desvalorizado, o que se refletia em salários mais baixos e em uma visão de que sua atividade laboral era inferior. Assim, a necessidade de afirmação da identidade profissional das professoras de Educação Infantil significava superar o viés meramente assistencialista e higienista que historicamente marcou a área. Conforme os referenciais curriculares nacionais e a literatura acadêmica contemporânea, o cuidar e o educar são dimensões indissociáveis e integradas da prática pedagógica. Reduzir a atuação docente às funções de cuidado físico — expressa de forma pejorativa no julgamento cotidiano de

que as profissionais apenas higienizam e alimentam as crianças pequenas — reflete a incompreensão de que o banho, a alimentação e a troca são, essencialmente, momentos repletos de intencionalidade educativa, afeto e constituição da subjetividade da criança, exigindo, portanto, formação sólida e valorização profissional.

Esta distinção legal se somava a fatores materiais e econômicos de precarização, intrinsecamente ligados à feminização do trabalho da educação de crianças pequenas historicamente associada ao cuidado e não à escolarização. A Educação Infantil se caracterizava por salários mais baixos e menor grau de formação. Dessa forma, o discurso das professoras do Ensino Fundamental reproduzia essa hierarquia formal e material para legitimar sua própria posição e negar a experiência das colegas, demonstrando a complexidade da consciência em formação da categoria. Assim, a luta pela integração não se tratou apenas de um embate institucional, mas da superação de preconceitos históricos e da necessidade de construir uma consciência unificada, que reconhecesse a equivalência da atividade laboral e lutasse por condições de trabalho dignas para todos os seus membros. Nardeli (2025) aponta uma resistência sobre a profissionalização da atividade. Em 2007, o edital de concurso do município para a Educação Infantil apenas substituiu “Atendente de creche” por “Educador Infantil”.

A EC nº 59/2009 estabeleceu a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade e o município precisou ampliar o atendimento na Educação Infantil, construindo dezenas de unidades após 2009 (Santos, 2023). Contudo, a administração transformou Centros de atendimento integral em parcial, o que exigiu forte atuação do sindicato para garantir a permanência do atendimento integral em alguns CMEIs (Sinprefi, 2015). Na época, o sindicato constatou o aumento de alunos matriculados sem contratações de servidores para suprir a demanda e interveio para que a administração realizasse concurso. Somente em 2013, Foz do Iguaçu terá o primeiro concurso com a nomenclatura do cargo “professor de Educação Infantil” e foram contratadas, inicialmente, 62 para “minimizar a defasagem” (Jornal Sinprefi, 2015, p. 8).

Diante da demanda e obrigatoriedade constitucional da Educação Infantil, o Conselho Estadual de Educação foi instado a emitir Deliberação 02/2014 para determinar o número máximo de crianças por m² em sala de aula e por docente nessa etapa do ensino, Foz do Iguaçu, em vez de contratar mais professoras, criou

o cargo “Agente de Apoio” para atuar junto à docente²⁸. A ata de 26 de maio de 2015 aponta a desconfiança de parte das professoras da EI quanto à atuação do sindicato e a polêmica em torno do cargo de “Agente de apoio”. A administração municipal buscava meios de retroceder a profissionalização da educação infantil, propondo a criação do cargo, em ato de burlar a LDB, propôs exigência mínima de Ensino Fundamental. Esse fato gerou protestos tanto da categoria, como de estudantes e professores dos cursos de Magistério do colégio estadual Barão do Rio Branco e de Pedagogia da Unioeste (Sinprefi, 2015).

A análise do posicionamento do Sinprefi diante da criação do cargo de Agente de Apoio revela uma nítida contradição, cuja origem reside nas condições materiais de trabalho que moldavam a consciência e a ação das professoras da EI naquele momento histórico. Embora o Ofício nº 35, de maio de 2015, tenha manifestado a posição oficial do sindicato contra a criação do cargo sem a formação especialista, na assembleia da categoria, ocorrida dias antes (26/05/2015), revelou uma tensão interna. Sob a pressão da administração municipal, que alegava falta de recursos, as professoras da Educação Infantil viam no novo cargo uma solução imediata para os desafios de seu cotidiano, como a elevada quantidade de crianças por turma e a necessidade de tempo para a hora-atividade.

A hora-atividade — pilar da identidade profissional — tem colidido com a resistência de uma administração que insiste em manter a educação infantil sob a lógica da mão de obra barata e sem qualificação específica. Corroboram o “Jornal Sinprefi” (p.8): a maioria das professoras e diretoras dos CMEIs apoiava a proposta, mesmo que o sindicato, formalmente, se opusesse. Essa dinâmica demonstra que, imersos em suas condições materiais de existência, a categoria atuou na ambiguidade de lutar pela qualificação profissional enquanto buscava resolver problemas práticos e urgentes que afetavam diretamente seu trabalho e bem-estar. A mudança de posicionamento do sindicato — de oposição total para uma postura de negociação — reflete a complexidade dessa realidade, permitindo-lhes, posteriormente, declarar uma vitória contra uma ameaça ainda maior em 17 de julho de 2015: “a terceirização

²⁸ Na etapa creche da Educação Infantil: as salas de aula geralmente são utilizadas para alocar duas turmas simultaneamente. A lotação da sala é duplicada. Se a determinação máxima é de 6, 12 e 15 crianças por professora, a organização da sala poderá acomodar 12, 24 e 30 crianças, respectivamente, mantendo-se duas profissionais em sala. No entanto, a gestão municipal utiliza essa organização como uma manobra para economizar com a mão-de-obra: em vez de designar um quadro com duas professoras, ela substitui uma das profissionais por um Agente de Apoio, cujo cargo detém menor salário, sem direito a hora-atividade. Atualmente, com a saída dos Agentes de Apoio de sala, a segunda professora, tem o direito a hora-atividade negado.

da educação infantil não ocorreu graças à pressão do sindicato” (Jornal Sinprefi, 2015, p.8 in: Sinprefi, 2015).

Em 26 de junho de 2015, o sindicato passou a concordar com o cargo Agente de Apoio, mas defendeu formação mínima de ensino médio completo, conforme parecer do CNE nº 2/2002 (Sinprefi, 2015). Em 30 de junho de 2015, a categoria posicionou-se contrária à criação do cargo com exigência de ensino fundamental. O sindicato afirmou que, caso o PL fosse aprovado nessa configuração, protocolaria ação junto ao Ministério Público (MP). Em 07 de julho, o MP, via ofício nº 864/2015, abriu procedimento administrativo para acompanhar e avaliar eventuais ilegalidades/irregularidades (Sinprefi, 2015). Jornais como “Tribuna Popular” e “A Gazeta” de 14 de julho de 2015 estamparam a imagem da Câmara Municipal lotada por professoras e estudantes em reação à tramitação do PL do “Agente de Apoio” com exigência mínima de EF (in: Sinprefi, 2015). A proposta foi arquivada após as manifestações. Representantes da secretaria de educação propuseram formação de ensino médio, e a criação do cargo²⁹, vinculou a secretaria de administração, sendo aprovada em 16 de outubro de 2015 (Jornal Sinprefi, p.8 in: Sinprefi, 2015; Foz do Iguaçu, 2015).

Em uma dialética histórica do presente com o passado, o estopim que mobilizou as professoras de Educação Infantil em 2023, afetadas pela normativa da hora-atividade, tem relação direta com as complexas disputas do período 2009-2015 em torno do cargo Agente de Apoio. A tentativa de criar o cargo de Agente de Apoio com baixa escolaridade e remuneração, vinculado à secretaria de administração (e não à secretaria de educação) é um reflexo da contínua estratégia do município para lidar com a demanda de atendimento na Educação Infantil sem a devida valorização salarial e contratação de professoras qualificadas. O ofício nº 2523/25 do Gabinete do prefeito, em 11 de março de 2025 apresenta uma série de questionamentos à Smed acerca da criação do cargo, devido a debandada dessa categoria das salas de Educação Infantil. Fica evidente entre outros fatores, sua saída para outros setores da administração municipal, pedidos de exoneração, processos judiciais de equiparação ao piso salarial do magistério e condições de trabalho, apenas expõem a fragilidade de soluções paliativas (Foz do Iguaçu, 2025). Isso mostra que a tentativa de maquiagem os problemas históricos da falta de atendimento na Educação Infantil não

²⁹ Foz do Iguaçu, Lei nº 4.386, de 26 de outubro de 2015.

conseguiu encobrir a persistência na precarização. A luta das trabalhadoras da educação municipal de Foz do Iguaçu em 2023, que as levou novamente às ruas para denunciar a não implementação do piso salarial, salas de aulas lotadas e a perda do direito aos 33% da hora-atividade, é um eco direto das disputas por qualificação e condições de trabalho travadas em torno do Plano de Carreira e da criação do Agente de Apoio. Tais eventos evidenciam a continuidade de uma lógica que, historicamente, busca precarizar o trabalho docente e limitar os investimentos na educação pública, especialmente na Educação Infantil, sob a justificativa de restrições orçamentárias ou de “eficiência”.

3.3 AS PROPOSIÇÕES DA LEI nº 4.362/2015 E AS CONTRADIÇÕES DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A promulgação da Lei nº 4.362/2015, embora tenha encerrado um ciclo de paralisia institucional, não estancou o processo de precarização. Ao observar a trajetória que liga a sanção de 2015 aos protestos de 2022 e 2023, percebe-se que a estrutura da nova carreira foi imediatamente submetida a mecanismos de contenção. O que se seguiu à conquista não foi a valorização plena, mas a implementação de dispositivos como o “completivo salarial”, que desidratou os avanços por titulação e tempo de serviço conquistados pelo Sinprefi.

Conforme a pesquisa de Pasini (2012), que analisou o período das gestões de Celso Samis da Silva (2001-2004) e Paulo Mac Donald Ghisi (2005-2012), a categoria do magistério recebia “gratificações incidentes sobre o vencimento básico, de caráter não incorporável e não acumulável a qualquer título”: 50% para docente habilitado em Educação Especial; 15% para regência de pré-escola; 20% para regência de 1º e 2º ano (com especialização em Alfabetização); e 5% para 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental (Foz do Iguaçu, 1996).

Na gestão do prefeito Reni Pereira (2013-2016), alterações na Lei nº 1997/1996, reorganizou as carreiras funcionais, mantendo sobre os salários para quem atuava nas turmas respectivamente: 50% para Educação Especial; 20% para 1ª série; 15% para Pré-escola e teve acrescido o percentual em 7,5% para regência de turma de 5º ano. O que aparece diferente são os 30% para classe multisseriada com 3 ou 4 séries e 20% para classe multisseriada com 2 séries (Foz do Iguaçu, 1996).

A partir do reflexo de uma política nacional “O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” que introduziu a avaliação padronizada em larga escala – a “Prova Brasil”, Foz do Iguaçu implementou as premiações em forma de 14º e 15º salários por cumprimento de metas na educação, a qual atribuía mérito ao docente pelo resultado (Pasini 2012; Benitez, 2016).

O município carecia de planejamento em consonância com o Art. 214 da CF/88, que previu a valorização dos profissionais da educação. Pasini (2012) constatou a inconstância do município no tema do Plano Municipal de Educação (PME), esboçado e engavetado desde 1997, apenas implantado em 2012 (Lei nº 4.035), para o decênio 2012-2021. No seu texto trazia princípios como ampliação da educação infantil, superação de desigualdades, melhoria da qualidade, sustentabilidade e gestão democrática. E a Meta 6 visava valorizar o magistério, equiparando rendimento e assegurando planos de carreira com progressão (PME, 2012, p. 7 *apud* Pasini, 2012, p.138).

No entanto, indica que o município estava distante de cumprir o PME, no que se refere ao piso nacional e o plano de carreira. Ao investigar a questão da valorização docente, a autora observou uma elevação repentina dos índices educacionais relacionado a formação docente de Foz do Iguaçu. O aparente desaparecimento de docentes leigos a partir de 2005, segundo a pesquisadora, indicam várias estratégias da gestão municipal alinhada à do Estado do Paraná para encobrir a falta de investimento na educação sem qualquer valorização profissional (Pasini, 2012).

Para cumprir a meta de qualidade a educação municipal que estipulava valorização e formação, a gestão buscou qualificar e habilitar docentes da rede pública que ainda não possuíam a formação exigida pela LDB 9.394/96 – licenciatura plena, por meio de uma política de cursos de formação em treinamento em serviço, o que permitiu um número significativo de docentes pedagogos com “certificações” aligeiradas e sem qualquer controle do MEC (Pasini, 2012).

Em parcerias com o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), em 2009, a gestão de Paulo Mac Donald implementou o Núcleo Tecnológico de Formação Municipal (NTM), tendo seus custos subsidiados pela Itaipu Binacional, com os *Royalties* em programas de formação para “reduzir o número de professores sem formação superior” de maneira econômica (Pasini, 2012, p. 123).

Pasini (2012) apontou que cursos de graduação ou *Lato sensu* eram ofertados no contraturno do trabalho ou fins de semana e todo o custo de deslocamento estava a cargo do profissional. Sendo que essas titulações não refletiram em valorização funcional, ao contrário, eram transformadas em gratificações não incorporadas aos salários. Houve o caso de prejuízos nas carreiras e salariais, decorrente do “Programa Especial de Capacitação para a Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil” ofertado pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - Vizivali que acabou não reconhecido pelo MEC (Pasini, 2012, p.123).

Na “gestão por resultados” da educação municipal, a partir de 2008, coexistiu as gratificações por formação e as premiações por resultado nacional da aplicação da Prova Brasil. No registro das atas Sinprefi (2014), uma matéria do Jornal “Gazeta Diário” de 27 de abril de 2018, intitulada: “Audiência aponta alternativas para a melhoria na qualidade do ensino”, se discutiu na Câmara de vereadores de Foz do Iguaçu, no dia 25 de abril, a “valorização dos profissionais da educação e metodologias avançadas” (Sinprefi, 2015). Entre os debatedores estavam professores da rede privada e pública de educação, vereadores, gestores e representantes de sindicatos. Com destaque para a fala do ex-prefeito Paulo Mac Donald Ghisi (2005-2012), sobre o Ideb:

havia alcançado 4,8 em 2008 e lançamos o desafio de elevar para 6, Índice de países de primeiro mundo. Houve até aposta com o ministro [da Educação] Fernando Haddad de que não atingiríamos essa meta e se chegássemos teríamos do MEC R\$ 10 milhões para mais investimentos nas nossas escolas (JGD, 2018, p.3 in Sinprefi, 2015).

Segundo Mac Donald, a estratégia consistiu em colocar o desafio às escolas e oferecer premiação por meritocracia: “A escola que elevasse o Ideb em 25%, todos receberiam o 14º salário, desde a zeladora, merendeira, secretários de escola, supervisora, diretora e professores. Aconteceu um fenômeno extraordinário, e a escola virou uma colmeia.” E complementou ainda que todos se voltaram para um:

objetivo comum, e atingimos muito mais que a meta e ficamos em primeiro lugar no Brasil, chegando ao índice 7 no geral no último ano. Tínhamos equipes acompanhando, dando reforço, avaliando, especialistas para a qualificação dos professores. Gente da Secretaria cuidando de quem faltava às aulas, com profissionais que iam atrás para ver o que estava ocorrendo com o aluno ou com a família, e assim reduzimos índices de repetência e evasão. A repetência que era 15%, caiu para 2,2% e a evasão, saiu de 400 a 600 alunos/ano para três, e porque faleceram (JGD, 2018, p.3 in Sinprefi, 2015).

Mac Donald desafia as escolas e oferece premiação por meritocracia para elevar o índice da educação municipal, levando a responsabilidade ao corpo docente, novamente com pouco investimento: 14º salário para todos os profissionais da escola que elevasse o Ideb em 25%. Pasini aponta que, posteriormente, o prefeito criou o 15º salário apenas para as unidades que superassem a meta (JGD, 2018, p.3 in Sinprefi, 2015).

A fala do ex-prefeito Paulo Mac Donald, ao descrever a escola como uma “colmeia” focada em metas, ilustra a transição para o modelo de administração gerencial. Essa estratégia, baseada na meritocracia e em premiações eventuais (14º e 15º salários), operou uma redefinição da identidade docente: o professor deixa de ser valorizado por sua qualificação intelectual e formação acadêmica para ser mensurado por sua produtividade nos escores do Ideb. Sob a retórica do “desafio” e da “missão comum”, transferiu-se para o corpo docente a responsabilidade total pelo desempenho da rede, com baixo investimento estrutural na carreira.

Ainda em 2009, seguindo a mesma lógica do cumprimento de metas e resultados, a Lei nº 3572 instituiu o abono assiduidade de R\$ 70,00, alterado em 2012, para R\$ 100,00. Esse abono foi condicionado a nenhuma falta do servidor, em favorecimento do controle e resultados do município, sem implementar o piso nacional (Pasini, 2012; Benitez, 2016). Para se ter ideia do significado desse abono salarial às professoras, Pasini registra em 2012, que para as professoras em início de carreira, com “um salário básico de R\$ 897,91”, este valor fazia muita diferença, ainda mais quando para aquelas com dois vínculos na rede municipal (Pasini, 2012, p.124). Considerando a legislação do Fundeb, 60% desse recurso no mínimo, destinava-se ao pagamento de salários do magistério enquanto sua finalidade valorização era desvirtuada para utilização do pagamento de abono assiduidade, conforme explicita os artigos 8º e 9º da Lei nº 3572/2009 da justificava como incentivo e “finalidade a valorização dos profissionais do Magistério, bem como a atualização e o aprimoramento” profissional, “visando à melhoria na qualidade do ensino.” (Foz do Iguaçu, 2009).

Buscando alinhar-se à perspectiva da Nova Gestão Pública, em 2012, Foz do Iguaçu aprovou a Lei nº 3961, de 10 de abril, instituindo o programa “gestão para resultados”, que disciplina o acordo de metas e a forma de pagamento do prêmio por desempenho (PD) no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional,

regulamentada pelos decretos posteriores. Assim, os Decretos nº 21.404/2012 e nº 23.212/2014 regulamentavam o pagamento de bonificação a todas as servidoras da educação, mediante resultados da “Prova Brasil” de 2011 e 2013, respectivamente. Esse modelo Gerencial na educação municipal, formalizou a coexistência de incentivos: as gratificações por títulos passaram a conviver com as premiações por resultados, atreladas ao desempenho do município na Prova Brasil.

Em 7 de novembro de 2014, em reunião de Comissão instituída, na Smed, discutiu-se a aplicação da Prova Brasil de 2013, analisando o desempenho para cumprimento dos artigos 4º, 5º e 6º do Decreto nº 23.212/2014, que determinava metas baseadas nos resultados da Prova Brasil em níveis escolar, municipal e nacional (Sinprefi, 2014). Porém, Pasini (2012) e Benitez (2016) apontam que as metas foram alcançadas, mas registros de ofícios e atas do sindicato e a matéria: “Prefeitura lança pagamento de parcela do 14º e 15º salário”, da Gazeta Diário, de 8 de março de 2018, indicam que essas bonificações não foram pagas à época, mas apenas na gestão do prefeito Chico Brasileiro em 2018 (Sinprefi, 2015).

No Jornal Gazeta do Iguazu de 15 de outubro de 2013, data de comemoração do “Dia do Professor”, a matéria dizia que “Reni Pereira deposita o 15º salário” das professoras da rede municipal, como: “um reconhecimento ao Ideb de 2012” (JGI 2013, s/p. in Sinprefi, 2015). Na verdade, a matéria se refere ao resultado da média do município divulgado pelo Inep e à política de gestão do governo municipal, pelo Decreto nº 21.404, de 22 de junho de 2012, que regulamentou o pagamento do 14º e 15º salário, “em contrapartida das notas da avaliação do Ideb do ano de 2011” (Benitez, 2012, p. 55). Este decreto estabeleceu a meta que cada escola deveria atingir para que as servidoras recebessem o 14º e o 15º salário. No art. 1º e parágrafo único do Decreto explicita os objetivos dessa política e define quem serão os beneficiados com a nota da escola: “Ajudante de Serviços Gerais, Assistente Administrativo, Atendente de Creche, Educador, Educador Infantil, Instrutor de Ensino, Merendeiro, Nutricionista, Professor e Secretário de Escola.”

O discurso proferido: “a valorização do professor não é apenas um compromisso de campanha, mas a garantia de que em nosso governo, a educação é uma prioridade”. Enquanto a posição da presidenta do Sinprefi à época, Maria Rice, revela a complacência da categoria: “Esta atitude mostra que o Governo Municipal está valorizando o trabalho da categoria. Isso melhora a nossa autoestima e faz que a gente sinta que o nosso trabalho é importante” (JGI, 2013, s/p in Sinprefi, 2013).

Pela lente de Janaína Amado (1995), a narrativa da educação como “garantia” e “prioridade” constitui uma verdade simbólica compartilhada, da invenção de uma tradição ou uma realidade desejada. Mesmo que os fatos administrativos (corrupção/déficit) contradissem isso nos bastidores, a eficácia desse discurso reside em fornecer à categoria exatamente o mito que ela desejava ouvir: o da valorização heroica. Tanto que em registros posteriores do Sinprefi, cobra-se o pagamento dessas premiações. Em 1º de abril de 2015, o sindicato encaminhou ofício ao Secretário de Administração, acompanhado de um abaixo-assinado, exigindo o pagamento do 15º salário (cuja suspensão havia sido anunciada) e do 14º salário referente a 2013, destinados a professoras e secretários escolares. Em 18 de abril do mesmo ano, reforça as demandas, solicitando o pagamento imediato do 14º salário de 2014 para professoras da Educação Infantil, do 14º de 2013 para professoras aposentadas e do 15º de 2013 para docentes do Ensino Fundamental (Sinprefi, 2015).

Em 17 de março de 2015, o “Completivo salarial” aparece pela primeira vez nos registros do Sinprefi. Criado na gestão do prefeito Reni Pereira, do secretário de administração, Francisco Noroeste Martins Guimarães e secretária da educação, Lisiana Veek Soza, a Lei nº 4321, de 26 de março de 2015.³⁰, não foi possível implementar em função da disputa pela implantação do Plano de Carreira, mas em janeiro de 2022, na gestão do prefeito Chico Brasileiro essa política é implementada como efeito da falta de reajuste das perdas da inflação do período e congelamento direitos da carreira (Sinprefi, 2015; Foz do Iguaçu, 2015; Fozprev, 2022).

O surgimento do termo “Completivo salarial” nos registros do Sinprefi em 2015 marca uma nova tática de gestão da escassez. Ao instituir uma complementação apenas para atingir o valor mínimo do Piso Nacional, a administração municipal criou um mecanismo de achatamento da pirâmide funcional. Essa estratégia impede que os reajustes nacionais alcancem toda a carreira, desidratando o Plano de Carreira conquistado em 2015 e anulando os ganhos por tempo de serviço e titulação. O “completivo” atua, portanto, como um simulacro de valorização que ignora a paridade com os aposentados e desestimula o aprimoramento acadêmico.

³⁰ Complementação para atingir o valor mínimo estipulado pela legislação federal (Lei 11.738/2008), do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica (PSPN), reajustado em R\$ 1.917,78 para 40 horas semanais naquele ano. Assim, as docentes da rede municipal que estavam com vencimentos inferiores ao PSPN, receberiam uma complementação salarial.

A decisão de não incorporar o percentual integral dos recursos do Fundeb ao vencimento básico gera uma “sobra” orçamentária estrategicamente utilizada pelas gestões para financiar políticas de abonos³¹. Ao converter o que deveria ser salário em bonificações por qualificação, premiações por metas, auxílio-alimentação ou abonos de assiduidade, o município transforma o direito à carreira em um instrumento de controle. Essa prática não apenas impede que os recursos alcancem os aposentados, como também pune a saúde do servidor ao vincular a remuneração à impossibilidade de ausência, mesmo em casos de adoecimento.

Um ofício circular nº 898/18 (11/10/2018), do gabinete do prefeito Chico Brasileiro em resposta ao requerimento nº 272/2018 (encaminhado pelo Ofício nº 860 – 19/09/2018), do presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu (CMFI), Rogério Jorge dos Santos Ferreira de Quadros, remetia às manifestações dos ofícios circulares nº 179/2017 e nº 120/2018 da Smed acerca do acordo de metas e resultados no âmbito da secretaria municipal da educação (Foz do Iguaçu, 2018).

Pelo ofício nº 179 (04/10/2017), o secretário de educação e professor de carreira, Fernando Ferreira Souza Lima, encaminhava proposta para que as escolas municipais definissem as metas a alcançarem com base no resultado 7,1 do Ideb do município em 2015. Esse ofício reforça a tese de que a simbologia da política salarial meritocrática induzia o professorado a uma subserviência velada. Sob a retórica de “premiação”, a administração implementava um sistema de racionamento e gerenciamento de recursos focado em alcançar resultados nos escores de avaliação de larga escala (Ideb), cujo objetivo final era a contenção de gastos. O secretário solicitava o retorno ao mesmo estilo de premiação (que estava suspenso), onde dizia haver um diálogo entre a administração Municipal e o Sinprefi para ajustar “a sistemática de acordo de metas de maneira permanente”, com a retórica da valorização docente baseada em premiação por Ideb e destacando o último resultado 7,2 (2017), o “melhor resultado entre todos os municípios com mais de 200 mil habitantes no estado do Paraná” (Foz do Iguaçu, 2018).

³¹ Utilizar as “sobras” para premiações por desempenho ou bônus por resultado configura estratégia administrativa por possuírem caráter eventual e volátil, não se incorporam ao vencimento permanente do servidor e, conseqüentemente, não são contabilizadas para o cálculo do limite prudencial de gastos com pessoal exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esse limbo técnico permite que as gestões desde 2008 utilizassem desses eventuais saldos ou “sobras” orçamentárias da educação para financiar premiações de cunho meritocrático e temporário, em detrimento de investimentos na reestruturação e consolidação de planos de cargos, carreira e salários permanentes.

Nesse mesmo Ofício 179/2017, em discurso ambíguo, mencionava-se a Lei nº 4362/2015, do Plano de Carreira para sustentar a ideia de “valorizar o trabalho dos profissionais envolvidos e empenhados na construção do ensino de qualidade”, diante do objetivo de “alcançar resultados positivos a partir do último resultado de 2015, em que o município alcançou o índice de 7,1 de proficiência na prova Brasil”. Propunha “prestigiar e valorizar o trabalho pedagógico de qualidade”, adotando um sistema para “manutenção de um patamar elevado de desempenho e trará motivação e inspiração para a condução dos trabalhos no período letivo complementar”, mas contraditoriamente, ressaltava a autonomia (ou responsabilização?) de cada unidade escolar, premiando aquelas que alcançassem a meta estabelecida e aprovada (Foz do Iguaçu, 2018). No tocante a análise de Pasini (2012), “o maior desafio” das professoras residia em “unir-se e ir contra a lógica de políticas meritocráticas e de bonificações”, defendendo a necessidade de “melhores condições de trabalho e planos salariais” para “reduzir suas atividades profissionais, ao invés de aumentar a carga horária” (Pasini, 2012, p.138).

A contradição é evidente: Foz do Iguaçu destaca-se nacionalmente com um Ideb elevado desde 2009, utilizado como ferramenta de propaganda política, enquanto a precarização das condições de existência docente persiste. O sucesso nos índices, alcançado muitas vezes à custa do adoecimento e da sobrecarga, convive com a recusa do Estado em incorporar integralmente o piso nacional à estrutura da carreira. A manutenção de índices elevados, mesmo durante períodos de suspensão de bônus, revela que a “qualidade” celebrada pelo Estado sustenta-se na resiliência da categoria e não em uma política efetiva de valorização profissional (Pasini, 2012)

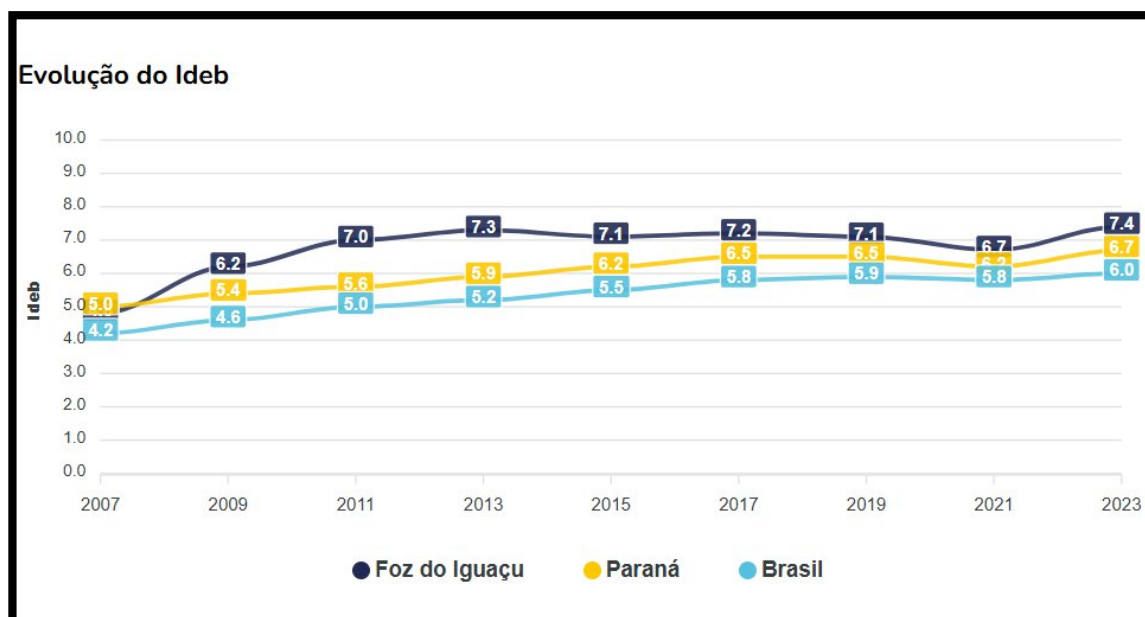
Pelo menos no período investigado, a implementação do Plano de Carreira em 2015 revelou uma importante tensão interna na base sindical. Houve resistência e até desfiliações de professoras contrárias ao fim das gratificações por formação e atuação (especialmente na Educação Especial, onde o adicional de 50% era central na composição da renda). Entretanto, observa-se uma contradição: enquanto a perda de gratificações incorporadas gerou embates, não houve o mesmo empenho crítico contra a política de bonificação por desempenho. Esse silêncio documental sugere que as premiações eventuais (14º e 15º salários) operavam como uma compensação simbólica e financeira que, embora precária e não incorporável, era aceita como alternativa à estagnação salarial.

Na assembleia de 24 de julho de 2015, a entidade sindical comunicava que (após 2013) o município não teria publicado decretos regulamentando o direito à premiação com base nas metas do Ideb. Em dezembro do mesmo ano, informava à categoria que o pagamento parcial do 13º e do 14º salário dependeria das condições financeiras da prefeitura. E demais registros também apontam que o município suspendeu a política de premiação entre 2015 e 2016. Sugere-se que devido à complexidade financeira da nova carreira. Todavia, os índices do Ideb continuaram elevados (7,3 em 2013 e 7,1 em 2015), esse dado relevante desmistifica a tese gerencialista de que a “qualidade” só é atingida via bônus. A manutenção dos índices revela que o bom desempenho da educação municipal se sustenta na condição de existência do trabalho docente qualificado e não na indução financeira da meritocracia, que na prática funcionava como um simulacro de incentivo (Foz do Iguaçu, 2018).

Essa suspensão (perdurou até 2019), justificada pela complexidade da nova carreira, abriu um vácuo que, somado à não implementação integral do Piso Salarial e ao conseqüente rebaixamento dos vencimentos decorrentes da inflação e da LC federal nº 173, criou terreno fértil para que a gestão do prefeito Chico Brasileiro (pós pandemia) retomasse tanto o “completivo salarial” quanto as bonificações por desempenho e resultados.³² Conforme figura 9: “Evolução do Ideb”, gráfico que compara o índice nacional, do Estado do Paraná e do município de Foz do Iguaçu, desde que o município passou a adotar política de metas e resultados, o índice mantém elevado em relação à média entre municípios do Paraná e do Brasil:

³²³² Conforme as regulamentações que autorizaram o pagamento do completivo em Foz do Iguaçu: Lei nº 4321, de 26 de março de 2015. Lei nº 5.068, de 20 de janeiro de 2022) Decreto nº 31.889, de 18 de outubro de 2023. Decreto nº 32.291, de 23 de fevereiro de 2024. Em 2022 foi revogado e alterado o parágrafo 3º§ que dizia: “O completivo salarial será pago em folha de pagamento como uma vantagem adicional transitória, não gerando efeitos posteriores nos avanços, nas promoções e progressões previstas na Lei nº 4.362/2015, e nem geram efeitos para fins de benefícios previdenciários.” Com o novo texto, impede que haja reajuste do piso salarial aos inativos.

Figura 9: Gráfico da evolução do Ideb de Foz do Iguaçu (2007-2023)



Fonte: Inep (2023)

De acordo com a publicação dos índices pelo Inep, a administração municipal tem regulamentado o acordo de metas e premiação por resultados por meio de diversos decretos (nº 21404/2012, nº 23211/2014, nº 23212/2014, nº 30751/2022, nº 32291/2024, nº 33209/2024 e nº 33657/2025). Observa-se um uso discricionário e estratégico dessa política: para os índices elevados de 2015, 2017 e 2019, não houve pagamento de premiações. A bonificação só foi reintroduzida pela gestão Chico Brasileiro em 2022, justamente após a queda do índice em 2021 (6,7) decorrente da pandemia. Tal cenário sugere que o bônus não é uma valorização, mas um mecanismo de controle reativo: utiliza-se a precarização salarial acumulada como pretexto para reintroduzir a lógica das metas, impondo as “regras do jogo” de forma tardia para garantir a subserviência da categoria aos indicadores de desempenho.

Essa cultura pretensamente meritocrática, que substitui a política de permanência salarial por bônus discricionários, explica a persistência das mobilizações em Foz do Iguaçu. A pressão para figurar em *rankings* de “melhor educação” ignora que o Ideb, como norteador absoluto, desidrata a carreira e fragmenta a luta docente. O ciclo se fecha de forma perversa: o Estado nega o reajuste integral do piso, gera o achatamento da carreira via “completivo” e, em seguida,

oferece o bônus como a única via de respiro financeiro, perpetuando a dependência do professor a uma política de resultados que ele mesmo não controla.

Ao analisar a adesão de parte da categoria aos bônus por resultados, esta pesquisa busca desvelar um nó contraditório da experiência docente em Foz do Iguaçu. Observa-se que essa cultura pretensamente meritocrática opera uma captura da subjetividade do professor: embora sinta a pressão extenuante das metas, o docente incorpora a lógica da competição, transmutando a pressão externa em um desejo pessoal de “dar o melhor de si” para angariar o prêmio.

Esse fenômeno não sinaliza uma concordância teórica dos trabalhadores com o modelo gerencialista, mas sim a eficácia de uma política de governo que, ao desidratar o salário base, torna o bônus a única via de respiro financeiro e reconhecimento. Assim, o que parece ser uma aceitação passiva é, na verdade, uma estratégia de sobrevivência material e moral dentro de um cenário de precarização planejado, onde o esforço individual é sequestrado pela métrica do Ideb. Essa manobra administrativa atua como uma forma de desvalorização simbólica, na qual o saber especializado e a trajetória de qualificação das professoras são secundarizados em prol de um equilíbrio fiscal seletivo. A resistência do Sinprefi a esse esvaziamento financeiro revela, portanto, uma luta pela manutenção do *status* profissional e pela defesa de um projeto de vida que se vê ameaçado pela precarização do “chão da escola”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sindicato das Professoras³³ e Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Foz do Iguaçu (Sinprefi), para além de sua estrutura formal e burocrática, revela-se nesta pesquisa como um produto da agência humana. A trajetória aqui analisada demonstra que a entidade vive uma tensão dialética permanente: por um lado, atua no campo institucional como um “movimento por direitos”, correndo os riscos de acomodação e reformismo inerentes às estruturas legalistas (Peloso, 2012; Bogo, 2010); por outro, consolida-se como um lugar de memória (Mauad, 1996; Portelli, 2016), essencial para a manutenção da identidade do magistério municipal.

Em uma cidade de porte médio, essa dinâmica assume contornos específicos. A proximidade dos conflitos e a personalidade das alianças conferem um peso particular à atuação sindical, onde o Estado, por meio de suas políticas de governo, tenta frequentemente capturar a “rebeldia do povo” e transformá-la em uma estrutura burocrática desvitalizada. No entanto, os resultados desta investigação reafirmam que o Sinprefi não é um ente estático, mas um território de disputa de poder e de formação de consciência de classe. Conectar essa luta local à totalidade das transformações do capital (Severo, 2017) é o que permite ao movimento transcender o corporativismo imediato.

O “fazer-se” histórico e social dessas trabalhadoras evidencia que a organização sindical é o alicerce contra a fragmentação imposta pelo gerencialismo. A valorização docente não se esgota na conquista do Plano de Carreira, mas reside na vigilância constante daquelas que recusam a lógica mercantil na educação. A história deste sindicato, portanto, é escrita no cotidiano de quem compreende a sala de aula como espaço de resistência e a unidade da categoria como força política.

Este estudo demonstra que o processo de feminização do magistério está intrinsecamente ligado à luta de classes em Foz do Iguaçu. O Estado, ao utilizar a “mística do cuidado” para mascarar a precarização e o achatamento da carreira, encontra na resistência dessas mulheres um contraponto pedagógico e político. A trajetória das precursoras do Sinprefi prova que a identidade de classe é forjada no

³³ Nesta etapa conclusiva, optou-se pela flexão de gênero para o feminino (“Sindicato das Professoras”) como um recurso analítico e político. Tal escolha visa conferir visibilidade ao processo de feminização do magistério municipal e reconhecer a agência das mulheres que, como demonstrado nesta pesquisa, constituem a base material e a força histórica de fundação desta entidade.

cruzamento entre o trabalho, o gênero e a memória, consolidando o sindicato como um espaço permanente de articulação em defesa da vida digna e da escola pública.

Ao findar esta travessia pela história do Sinprefi entre 2010 e 2015, o que emerge não é apenas a cronologia de um sindicato, mas a narrativa de uma ruptura que se fez carne e voz no cotidiano local. Sob as lentes da memória, percebemos que a fundação da entidade, embora revestida pela aridez técnica da gestão do Fundeb, guardava em suas entranhas o “conflito de versões”. O desmembramento do Sismufi, suavizado por uma memória oficial como uma transição burocrática, revelou-se, nas vozes das precursoras, como um parto doloroso e ético, uma busca por um lugar onde o trabalho pedagógico não fosse apenas um apêndice do serviço público geral. Nesse percurso, desvelamos que a Nova Gestão Pública não foi apenas um conjunto de decretos, mas a dirigente de uma complexa *mise-en-scène* conforme análise desenvolvida ao longo do capítulo 3 “O triunfo vazio: plano de carreira e contradições da valorização docente”. Observamos como o Estado operou uma sutil transmutação: a antiga “vocação” do magistério foi rebatizada como “produtividade”. A professora, antes instada ao sacrifício pelo amor, passou a ser instada à “colmeia” pelo índice. Os achados desta pesquisa evidenciam essa contradição: a suposta qualidade da educação municipal, ostentada em *rankings* nacionais, foi erguida sobre a intensificação da força de trabalho dessas mulheres. Mesmo sob o peso da “gestão da escassez” e da precarização salarial, foram elas que garantiram a manutenção da escola pública e os índices elevados do Ideb.

As memórias dessas professoras confrontam a tese gerencialista ao reivindicarem que o saber não se move pela indução financeira de uma pretensa meritocracia, mas pelo compromisso ético e político com a formação humana. A análise do Plano de Carreira de 2015 nos permitiu captar o surgimento do “completivo salarial” — esse simulacro de valorização que, ao mesmo tempo que cumpre a força da formalidade, encobre a realidade que a asfixia o futuro e achata a pirâmide da dignidade. É aqui que a história e a educação se cruzam de forma mais perversa: o Estado celebra a norma enquanto aniquila a carreira, conquistas históricas do movimento docente. No entanto, o silêncio documental sobre certas resistências não significou passividade. A “arte da escuta” permitiu-nos ouvir os ecos das tensões nas memórias de Maria Rice e Marli Queiroz, revelando que a conformação institucional do sindicato era, na verdade, uma tática de sobrevivência em um terreno de fragmentação neoliberal. Por fim, ao resgatarmos as raízes do Sinprefi, não estamos

apenas olhando para o retrovisor. Como nos ensina a história oral, o passado é um presente que se ressignifica. As greves e mobilizações de 2022 e 2023, atravessadas pela dor da perda das dirigentes sindicais e pelo congelamento de direitos, bebem da mesma fonte de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. **O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** História, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho.** 1 ed., São Paulo. Expressão Popular, 2013.

BELEI, Renata Aparecida; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. **O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa.** Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [30]: 187 - 199, janeiro/junho 2008.

BENITEZ, Silvio. **Distorções e danos causados pela meritocracia na educação: a rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu e o Ideb.** 2016. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** 1 ed: Xamã, São Paulo, 1999.

BOTELHO, Tiago Resende. Da administração pública burocrática à gerencial: o desafio da politização da burocracia no presidencialismo de coalizão. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, Ouro Preto, v. 6, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2020.

CAMPOS, André Gambier. **Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7353/1/td_2262.pdf>. Acesso em: 22 set.2024

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In*: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho (org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas.** São Paulo: Humanitas, 2015. p. 114-135.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento.** 1 ed., São Paulo: Xamã, 2008.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. **Financiamento da educação: do FUNDEF ao FUNDEB: repercussões da política de fundos na valorização docente da Rede Estadual de Ensino do Pará – 1996 a 2009.** 2012. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ClAVATTA, Maria; REIS, Ronaldo Rosas (Orgs.). **A pesquisa histórica em trabalho e educação**. Brasília: Liber Livro Editora; Educação, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo (Organização e Introdução). **Karl Marx; Friedrich Engels. Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

DELGADO, Mauricio Godinho. **O sindicalismo no sistema capitalista e na democracia papel histórico e desafios**. In: DELGADO, Mauricio Godinho; PEREIRA, Ricardo de Brito Macedo; BITTENCOURT, Renata Osório Caciquinho; DIAS, Valéria de Oliveira; RODRIGUES, Adridana L.S. Lamounier (Coordenadores). *Multidimensionalidade do Sindicalismo no Estado Democrático de Direito: Contribuições do Grupo de Pesquisas Sindicalismo (UDF/CNPq) na construção do pensamento científico*. Leme, SP: Mizuno, 2025.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**: São Paulo: Terras do sonhar: Edições Pulsar, 2006.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais**. 2009. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2016.

GINDIN, Julián. *Sindicalismo dos trabalhadores em educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011)*. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013.

GOULART, Débora Cristina. **Entre a denúncia e a renúncia: A APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) frente às reformas na educação pública na gestão Mário Covas (1995-1998)**. *Campinas, SP: [s.n.]*, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Nossas palavras e as deles: o ofício do historiador na atualidade**. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 7-26, jan.-jun. 2021.

IGGERS, Georg. **Desafios do século XXI à historiografia**. *História da historiografia*, n. 4, p. 105-124, mar 2010.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, José Luis Sanfelice (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTERDBR, 2005. (Coleção Memória da Educação)

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. Uma perspectiva pós estruturalista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/slideshow/mulheres-na-sala-de-aula-guacira-lobes-louropdf/253768424>>. Acesso em 25 jun. 2025

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

MANARIN, Odirlei. **“Combati um bom combate, acabei a carreira e guardei a fé”**: o movimento associativista do magistério paranaense (1960/1970). 2020. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem**: fotografia e história interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson**. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 23, n. 45, p. 1-20, jun. 2010. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862010000100001>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidos e Livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

MISSACKI, Andressa Christina Trevizan. **Os planos de carreira docente em São Paulo**: configurações do ensino público nas diferentes esferas administrativas. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.48.2020.tde-03032021-214044. Acesso em: 2024-09-14.

NARDELI, Gabriely Emilia. **A educação infantil no município de Foz do Iguaçu e a relação com a expansão de vagas: direito ou privilégio?** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2025.

PARO, Vitor Henrique (org.). **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo, Cortez, 2006.

PASINI, Juliana Fatima Serraglio. **Políticas de formação de professores no município de Foz do Iguaçu – PR**. Dissertação Mestrado/PPGE, Unioeste, Foz do Iguaçu, 2012

PELOSO, Ranulfo (Org). **Trabalho de base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Adriana Soares; Shitsuka, Dorlivete Moreira; Pereira, Fabio José; Shitsuca, Ricardo. **Metodologia da pesquisa científica**. 1ed UAB, NTE, UFSM, Santa Maria, RS, 2018.

PEREIRA, Ricardo de Brito Macedo. **Reflexões sobre a contribuição sindical a partir da experiência norte Americana e da OIT**. In: DELGADO, Mauricio Godinho; PEREIRA, Ricardo de Brito Macedo; BITTENCOURT, Renata Osório Caciquinho; DIAS, Valéria de Oliveira; RODRIGUES, Adridana L.S. Lamounier (Coordenadores). *Multidimensionalidade do Sindicalismo no Estado Democrático de Direito: Contribuições do Grupo de Pesquisas Sindicalismo (UDF/CNPq) na construção do pensamento científico*. Leme, SP: Mizuno, 2025.

PIGNATI, Talita Souza de Oliveira; LEMOS, Maria Cecília Almeida Monteiro; SALES, Elaine Fante. **Da era Vargas à Reforma Trabalhista: os desafios para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro**. In: DELGADO, Mauricio Godinho; PEREIRA, Ricardo de Brito Macedo; BITTENCOURT, Renata Osório Caciquinho; DIAS, Valéria de Oliveira; RODRIGUES, Adridana L.S. Lamounier (Coordenadores). *Multidimensionalidade do Sindicalismo no Estado Democrático de Direito: Contribuições do Grupo de Pesquisas Sindicalismo (UDF/CNPq) na construção do pensamento científico*. Leme, SP: Mizuno, 2025.

PINTO, Almir Pazzianotto. **100 anos de Sindicalismo**. São Paulo, Lex Editora, 2007.

PORTELLI, Alessandro. **História oral: uma relação dialógica**. In: *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção Ideias). Tradução: Ricardo Santhiago.

PROST, Antoine. **“Os fatos e a crítica histórica”**. Doze lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RIBEIRO, Maria de Fatima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel, Adunioeste, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4a Edição. São Paulo: Edusp, 2002 [1996]

SANTOS, Deisiane Leite da Silva. **História da Educação Infantil em Foz do Iguaçu: uma análise a partir da Legislação (1976-2000)**. 2023. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **A Escola Pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTERDBR, 2005. (Coleção Memória da Educação)

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, José Luis Sanfelice (Orgs.). **História e História da Educação: o debate teórico-**

metodológico atual. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTERDBR, 2010. (Coleção Memória da Educação)

SCHELHAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (Orgs.). **Educação em debate:** perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTERDBR, 2006. (Coleção Memória da Educação)

SEVERO, Sandra Regina Kasper. **A luta internacional dos trabalhadores em educação:** um estudo sobre os sindicatos em educação pública da fronteira Brasil – Paraguai -Argentina. Número de páginas, 199. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura e Fronteiras, Unioeste, Foz do Iguaçu, 2017.

SANFELICE, José Luis. **Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular:** considerações historiográficas. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI; Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). A Escola Pública no Brasil: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTERDBR, 2005. (Coleção Memória da Educação)

SOUZA, Eliezer Felix de. **A imprensa como fonte para pesquisa em história e educação.** In: VIII Seminário Nacional do HISTEDBR, 2008, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, 2008. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/LGXIXSF7.pdf> Acesso em: 15 mar. 2026.

SOUZA, Silvana. **Educação para emancipação ou para alienação?** 1. ed. Curitiba, PR: Nova Prax Editorial, 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. 1: A árvore da liberdade. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. 2: A maldição de Adão. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.

THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: **Miséria da Teoria ou um plenário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio: Zahar, 1981, p. 47-62

TOLEDO, Edilene. O “Silêncio de Marx” e a historiografia: marxismo renovado, antropologia, classe e consciência de classe na obra de Edward Thompson. **Projeto História**, São Paulo, n. 48, p. 197-221, dez. 2013.

YNNOULAS, Sílvia Cristina. **Trabalhadoras:** Análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília. Abaré 2013b. in: YNNOULAS, Sílvia Cristina (Coord). O trabalho das equipes multiprofissionais na educação – 10 anos do grupo de pesquisa. Tedis, 1º ed. Curitiba, Paraná: CRV, 2017.

FONTES

A GAZETA DO IGUAÇU. Gaeco investiga supostas fraudes em serviços médicos na prefeitura. **A Gazeta do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, ano 27, ed. 8406, 13 jul. 2016.

A GAZETA DO IGUAÇU. Grevistas bloqueiam acesso à Itaipu. **A Gazeta do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, ano 27, ed. 8161, 17 set. 2015.

APPSINDICATO. **Histórico**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BOGLER, Paulo. **Educadores do município deflagram greve com protesto na prefeitura nesta segunda**. *H2FOZ*, 14 out. 2023. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/educacao/educadores-greve-protesto-prefeitura/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BOGLER, Paulo. **Em dia de mobilização, educadores do município obtêm abono no salário em janeiro**. *H2FOZ*, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/educacao/em-dia-de-mobilizacao-educadores-do-municipio-obtem-abono-no-salario-em-janeiro/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BOGLER, Paulo. **Hospital Municipal afasta médico que atendeu professora Viviane Jara Benitez**. *H2FOZ*, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/educacao/hospital-municipal-afasta-medico-que-atendeu-professora-viviane-jara-benitez/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. *Mensagem de veto Vide Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4167. Presidência da República*, 2008. Disponível em: https://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/lei_11738_16072008.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

CLIKFOZ. **Promotor pede condenação de diretores do Sismufi por fraude na eleição**. *Jornal Clikfoz*. 27 out. 2010. Disponível em: <https://clickfozdoiguacu.com.br/promotor-pede-condenacao-de-diretores-do-sismufi-por-fraude-na-eleicao/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

CMFI. CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Câmara de Foz rejeita as contas de 2014 do Ex-Prefeito Reni Pereira. *Câmara Municipal de Foz do Iguaçu (Notícias)*. 21 de mar. de 2019. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/camara-de-foz-do-iguacu-rejeita-as-contas-de-2014-do-ex-prefeito-reni-pereira>. Acesso em: 09 nov. 2025.

CMFI. **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Câmara de Foz aprova reforma da previdência dos servidores municipais.** Câmara de Foz do Iguaçu, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/institucional/noticias/camara-de-foz-aprova-reforma-da-previdencia-dos-servidores-municipais#:~:text=C%C3%A2mara%20de%20Foz%20aprova%20reforma%20da%20previd%C3%Aancia%20dos%20servidores%20municipais,-por%20Diretoria%20de&text=A%20C%C3%A2mara%20de%20Foz%20realizou,para%20servidores%20p%C3%ABlicos%20do%20munic%C3%ADpio>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Deliberação nº 02/14, processo nº 1265/14.** Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba, 3 dez. 2014. Relatores: Carmen Lúcia Gabardo, Dirceu Antonio Ruaro, Ivo José Both, José Reinaldo Antunes Carneiro, Maria Luiza Xavier Cordeiro, Marise Ritzmann Loures, Sandra Teresinha da Silva. Disponível em: [https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2014/Del_02_14.pdf]. Acesso em: 23 nov. 2024.

FESMEPAR. **Foz do Iguaçu:** Diretoria do SINPREFI é eleita com mais de 90% de aprovação. Fesmepar, 16 set. 2022. Post: Elizabeth Novaes – Comunicação Fesmepar. Disponível em: <https://fesmepar.org.br/foz-do-iguacu-diretoria-do-sinprefi-e-eleita-com-mais-de-90-de-aprovacao/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

FOZ DO IGUAÇU (PR). **Lei nº 5.247, de 17 de abril de 2023.** Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino - SME, do Município de Foz do Iguaçu. *Câmara Municipal de Foz do Iguaçu*, 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2023/525/5247/lei-ordinaria-n-5247-2023-dispoe-sobre-a-criacao-do-sistema-municipal-de-ensino-sme-do-municipio-de-foz-do-iguacu>. Acesso em: 23 nov. 2024

FOZ DO IGUAÇU. **Decreto nº 31.889, de 18 de outubro de 2023.** Altera o Decreto nº 30.751, 14 de outubro de 2022, que Regulamenta o Acordo de Metas do Programa Gestão para Resultados, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, conforme especifica.

FOZ DO IGUAÇU. **Decreto nº 32.291, de 23 de fevereiro de 2024.** Regulamenta o Acordo de Metas do Programa Gestão para Resultados, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, conforme especifica.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993.** Dispõe sobre o Regime Jurídico Único instituído pela Lei Complementar nº 1/91, de 26 de abril de 1991, sobre o novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Foz do Iguaçu, revogando a Lei Complementar nº 1/91, e dá outras providências. Foz do Iguaçu, PR: Câmara Municipal, 1993.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 1997, de 13 de março de 1996.** (Vide Lei nº 5282/2023) Dispõe sobre a reorganização das carreiras funcionais dos servidores públicos da prefeitura de Foz do Iguaçu, revoga as leis nºs 1581/91, 1582/91, 1793/93 e 1868/94, e dá outras providências.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 3.089, de 10 de agosto de 2005.** Altera dispositivos da Lei nº 1.997, de 13 de março de 1996, que "Dispõe sobre a reorganização das carreiras funcionais dos servidores públicos da Prefeitura de Foz do Iguaçu, e dá outras providências." Foz do Iguaçu: Câmara Municipal, 2005. Disponível em: <<https://leis.org/municipais/pr/foz-do-iguacu/lei/lei-ordinaria/2005/3089/lei-ordinaria-n-3089-2005-altera-dispositivos-da-lei-n%C2%BA-1997-de-13-de-marco-de-1996-que-dispoe-sobre-a-reorganizacao-das-carreiras-funcionais-dos-servidores-publicos-da-prefeitura-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 22 mar. 2026.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 3961, de 10 de abril de 2012.** Institui o Programa Gestão para Resultados, que disciplina o Acordo de Metas e a forma de pagamento do Prêmio por Desempenho - PD - no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. Foz do Iguaçu, PR: Câmara Municipal, 2012.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 4321, de 26 de março de 2015.** (Revogada pela Lei nº 5068/2022). Autoriza o poder executivo municipal a efetuar o pagamento completo do piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica, na forma que especifica.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 4362, de 17 de agosto de 2015.** Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Foz do Iguaçu. (Redação dada pela Lei nº 5121/2022)

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 4386, de 26 de outubro de 2015.** Altera dispositivos na Lei nº 1.997, de 13 de março de 1996. Dispõe sobre a reorganização das carreiras funcionais dos servidores públicos da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, na forma que especifica. Foz do Iguaçu, PR: Câmara Municipal, 2015.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 4622, de 30 de maio de 2018.** Acresce Referências ao Cargo de Agente de Apoio, constante na Lei nº 1.997, de 13 de março de 1996. Dispõe sobre a reorganização das Carreiras Funcionais dos Servidores Públicos da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, na forma que especifica e a garantia do Abono Assiduidade que trata a Lei nº 3.572, de 26 de agosto de 2009. Foz do Iguaçu, PR: Câmara Municipal, 2018.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 5.068, de 20 de janeiro de 2022.** Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento do completo salarial aos professores da Rede Municipal de Educação.

FOZ DO IGUAÇU. **Ofício circular nº 898/18: resposta ao requerimento nº 272/2018**. 1 jan. 2018. Disponível: [emchrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://sapl.fozdoiguacu.pr.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2018/608/272-2018.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://sapl.fozdoiguacu.pr.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2018/608/272-2018.pdf)

FOZ DO IGUAÇU. **Ofício nº 2523/25 – GAB - gabinete do prefeito. Assunto: Resposta ao Requerimento nº 30/2025**. 11 mai. 2025. Disponível: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://sapl.fozdoiguacu.pr.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2025/45827/oficio_no_2523_-_req._30.pdf

FOZ DO IGUAÇU. **Volta às aulas presenciais na rede municipal de ensino será de forma gradativa em Foz**. Site da Prefeitura de Foz do Iguaçu, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia-47771>. Acesso em: 23 nov. 2024.

FOZPREV. **Ata nº 014/2022** de reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 7 dez. 2022, sobre o regime próprio de previdência do município de Foz do Iguaçu. *Fozprev*, 2022. Disponível em: <https://www.fozprev.pmfi.pr.gov.br/api/upload/download?file=uploadsdocumentossite/empresa1/202212/202212080954454774840.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

G1PR RPC FOZ DO IGUAÇU. **Pelo menos 17 CMEIs e 2 escolas de Foz do Iguaçu estão sem atendimento devido à paralisação de educadores da rede municipal**. G1, 17 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2023/10/17/pelo-menos-17-cmeis-e-2-escolas-de-foz-do-iguacu-estao-sem-atendimento-devido-a-paralisacao-de-educadores-da-rede-municipal.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2024.

GRUPO MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO. **Professora da rede municipal de ensino, traz luz aos bastidores obscuros do SINPREFI e Prefeitura**. Participação de Leila, professora do Ensino Fundamental I, no Programa *Entrelinhas*. *YouTube*, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Te6YFS6v3ao&t=854s>. Acesso em: 23 nov. 2024.

JORNAL DO IGUASSU. Fraude no ITBI: prisão de secretário pode ser apenas a ponta do iceberg. **Jornal do Iguassu**, Foz do Iguaçu, ano I, n. 6, p. 24, 5 a 11 set. 2015. p.24

JORNAL DO SISMUFI. Direitos preservados: servidores fecham o ano com a totalidade da reposição salarial da data-base. **Jornal do Sismufi**, n. 2, p. 11, dez. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Brasil). **Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu**. Denúncia: Operação Pecúlio/Nipotí. Foz do Iguaçu: Ministério Público Federal, [2017]. Número do Processo: 5012195-30.2017.4.04.7002/PR. Disponível: [hrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://estaticog1.globo.com/2017/01/31/1_DENUNCIA2.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://estaticog1.globo.com/2017/01/31/1_DENUNCIA2.pdf). Acesso em: 09 nov.2025

NOSSO TEMPO. A batalha de Foz do Iguaçu: exército reprime e fere trabalhadores. **Jornal Nosso Tempo**, Ano VII nº 280, Foz do Iguaçu, 02 out, 1987. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. A culpa pela decadência do ensino é da Reforma de 1971: leia entrevista como professor Claudio Dier, 40 anos de magistério, **Jornal Nosso Tempo**, Ano VII nº 267, Foz do Iguaçu, 3 jul, 1987. p.10 -11. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. A culpa pela decadência do ensino é da Reforma de 1971: leia entrevista como professor Claudio Dier, 40 anos de magistério, **Jornal Nosso Tempo**, Ano VII nº 267, Foz do Iguaçu, 3 jul, 1987. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. A greve do magistério. **Jornal Nosso Tempo**, Ano I nº 32 Foz do Iguaçu, 30 set a 06 out., 1981. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. A marcha do movimento sindical em Foz do Iguaçu. **Jornal Nosso Tempo**, Ano VII nº 261, Foz do Iguaçu, 22-30 mai., 1987. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. Greve dos professores. **Jornal Nosso Tempo**, Ano VIII nº 325, Foz do Iguaçu, 09 set.-15 nov., 1988. Acesso em: 01 out. 2024. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. Greve geral: Trabalhadores de Foz também aderem. **Jornal Nosso Tempo**, Ano IX nº 346, Foz do Iguaçu, 10-16 mar., 1989. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. Jornal Nosso Tempo. Líder sindical abatido a tiros. **Jornal Nosso Tempo**, Ano VII nº 222 Foz do Iguaçu, 4 jul., 1986. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. Marcha do movimento sindical em Foz do Iguaçu (IV). **Jornal Nosso Tempo**, Ano VII nº 271, Foz do Iguaçu, 31 jul, 1987. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. O trabalho e a nova constituição: leia entrevista com o delegado regional do Ministério do Trabalho, Hélio Uzires dos Santos. **Jornal Nosso Tempo**, Ano VIII nº 332, Foz do Iguaçu, 28 out.-03 nov., 1988. P.10-11. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. Professor, dê adeus aos amargos dias dos Álvaro Dias. **Jornal Nosso Tempo**, Ano VIII nº 338, Foz do Iguaçu, 09-15 dez., 1988. Disponível em:<<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. Professores de Foz feridos pela polícia. **Jornal Nosso Tempo**, Ano I nº 33. Foz do Iguaçu, 06-12 out., 1981. Disponível em: <<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. Sindicato dos servidores municipais de briga com o prefeito. **Jornal Nosso Tempo**, Ano IX nº 360, Foz do Iguaçu, 16-22 Jun., 1989. Disponível em: <<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

NOSSO TEMPO. Sindicato explica a greve. **Jornal Nosso Tempo**, Ano IX nº 372. Foz do Iguaçu, 8-14 set., 1989. Disponível em: <<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

QUEIROZ, Marli Maraschin de. Presidenta do SINPREFI. **Convocação para Assembleia Geral**. *Facebook*, 1 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=790894314824409>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

QUEIROZ, Marli Maraschin de. Entrevista concedida à pesquisa intitulada: **Entre atas e memórias: a luta das trabalhadoras no Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação de Foz do Iguaçu (2010–2015)**. Foz do Iguaçu, Paraná. 01 nov. 2024.

RICE, Maria Aparecida Pinto da Silva. Entrevista concedida à pesquisa intitulada: **Entre atas e memórias: a luta das trabalhadoras no Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação de Foz do Iguaçu (2010–2015)**. Foz do Iguaçu, Paraná Foz do Iguaçu, Paraná. 09 nov. 2024.

SINPREFI. **História**. Disponível em: <https://sinprefi.com.br/historia/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SINPREFI. **Livro Atas 2014**. Foz do Iguaçu, Paraná, 2014.

SINPREFI. **Livro Atas 2015**. Foz do Iguaçu, Paraná, 2015.

SINPREFI. **Livro e Cadernos Atas 2010-2013**. Foz do Iguaçu, Paraná, 2013.

SINPREFI. **O Sinprefi tem história**. *Facebook*, 30 jun. 2023. Disponível em: https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=764823288984372&id=100063701224221&mibextid=oFDknk&rdid=4B1ww8oc6NnB3Gug. Acesso em: 24 nov. 2024.

SINPREFI. **Publicação de minuta do projeto LOM e LC – Reforma da previdência municipal – Regra municipal – Com alíquota progressiva de 1% ao ano e impacto na alíquota patronal progressiva – 2023**. *Site SINPREFI*, 3 dez. 2023. Disponível em: [[Sinprefi.com.br](https://sinprefi.com.br)]. Acesso em: 23 nov. 2024.

SINPREFI. Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação da Rede Pública de Foz do Iguaçu. **Transmissão ao vivo: Convocação de assembleia: Reforma da Previdência.** *Facebook*, 1 dez. 2022. Disponível em: [https://www.facebook.com/sinprefi/videos/2032653383595953]. Acesso em: 23 nov. 2024.

SINPREFI. Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação da Rede Pública de Foz do Iguaçu. **SINPREFI e SISMUFI retomam pautas de negociação na Secretaria de Administração de Foz.** *Facebook*, 19 jun. 2023. Disponível em: https://www.facebook.com/story.php/?story_fbid=1055968666536498&id=100063701224221. Acesso em: 23 nov. 2024.

SINPREFI. **SINPREFI compartilha: Estado de greve dos profissionais da educação é notícia nos meios de comunicação.** *Site do SINPREFI*, 13 fev. 2021. Disponível em: https://sinprefi.com.br/uncategorized/sinprefi-compartilha-estado-de-greve-dos-profissionais-da-educacao-e-noticia-nos-meios-de-comunicacao/. Acesso em: 23 nov. 2024.

SISMUFI. CHAPA 1: por um Sismufi sempre forte e atuante em defesa dos servidores: trabalho, gestão e luta contínua. Foz do Iguaçu: Sismufi, 27 fev. 2019. (Material de campanha).

SISMUFI. CHAPA 2: revolução com a força do servidor. Foz do Iguaçu: Sismufi, 25 abr. 2011. (Material de campanha).

TRIBUNA FOZ. **Prefeitura ignora decisão judicial para Aldevir Hanke continuar à frente do sindicato SISMUFI.** *Notícia*. 07 Jul. 2024. Disponível em: "https://tribunafoz.com/artigo/prefeitura-ignora-decisao-judicial-para-aldevir-hanke-continuar-a-frente-do-sindicato-sismufi"

TRIBUNA POPULAR. CGU identifica irregularidades em licitação das câmeras de segurança. **Tribuna Popular**, Foz do Iguaçu, 29 nov. a 5 dez. 2016. Ed. 208, ano V.

TRIBUNA POPULAR. No banco dos réus. **Tribuna Popular**, Foz do Iguaçu, 6 a 12 dez. 2016. Ed. 209, ano V.

TRIBUNA POPULAR. Vereador Galhardo faz transação penal para não "puxar cana". **Tribuna Popular**, Foz do Iguaçu, 28 jun. a 5 jul. 2022. Ed. 326, ano IX.

WOJCIECHOWSKI, Guilherme. Ato recorda um ano da morte de professora em Foz do Iguaçu. **H2FOZ**, 27 fev. 2024. Disponível em: https://www.h2foz.com.br/educacao/um-ano-morte-professora-foz-do-iguacu/#:~:text=Familiares%2C%20amigos%20e%20colegas%20da,)%2C%20para%20recordar%20a%20data. Acesso em: 23 nov. 2024.

APÊNDICE I

FONTES LISTADAS: ATAS DO LIVRO SINPREFI 2010 -2015

- (Ata nº1, 24/09/2010): Assembleia de Fundação do Sinprefi
- (Ata nº2, 22/10/2010): Assembleia de Formação do Conselho Fiscal anulada.
- (Ata nº2, 10/12/2010): Assembleia de Formação do Conselho Fiscal.
- (Ata nº 1, 8/08/2011): Reunião da diretoria do Sinprefi para discutir assuntos internos do sindicato.
- (Ata nº 2, 01/10/2011): Relatório do Conselho Fiscal.
- (Ata nº 3, 01/10/2011): Reunião da diretoria do Sinprefi
- (Ata nº 4, 18/11/2011): Assembleia Geral para discutir o Plano de Carreira.
- Ata nº 1 -11/02/2012: Na reunião da diretoria do Sinprefi.
- Ata nº 2 - 21/08/2012: Os professores se reuniram com o candidato a prefeito Francisco Lacerda Brasileiro.
- Ata nº 3 - 28/08/2012: As professoras se reuniram com o candidato a prefeito Reni Clóvis Pereira.
- (Ata nº 1, 5/02/2013): Reunião com o prefeito Reni Pereira para discutir a licença de dirigentes sindicais, número de alunos por sala de aula.
- (Ata nº2, 26/02/2013): A reunião
- (Ata nº3, 1/04/2013): Reunião no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI).
- (Ata nº4, 11/04/2013): Assembleia.
- (Ata nº5, 15/04/2013): Reunião na Secretaria de Educação.
- (Ata nº6, 16/04/2013): Reunião.
- (Ata nº7, 22/04/2013): Assembleia.
- (Ata nº8, 7/05/2013): Reunião
- (Ata nº9, 14/05/2013): Reunião na APP Sindicato.
- (Ata nº10, 18/05/2013): Reunião.
- (Ata nº11, 27/05/2013): Reunião no PTI.
- (Ata nº12, 24/05/2013): Reunião de professores para discutir o plano de carreira.
- (Ata nº13, 14/09/2013): A comissão do plano de carreira protocolou o documento para apreciação do Executivo e agendou uma reunião com o prefeito para discutir a minuta, com a presença da imprensa.
- (Ata nº14, 23/09/2013): Reunião
- (Ata nº15, 4/10/2013): Assembleia dos professores.
- (Ata nº16, 14/10/2013): Reunião com o prefeito.
- (Ata nº17, 15/10/2013): Reunião
- (Ata nº18, 22/10/2013): Reunião com o prefeito e a comissão dos professores.
- (Ata nº19, 22/06/2013): Reunião.
- (Ata nº20, 26/06/2013): Reunião no gabinete do prefeito.
- (Ata nº21, 15/11/2013): Reunião do Sinprefi.
- (Ata nº 22, 19/11/2013): Reunião com a vice-prefeita.
- (Ata nº 23, 21/11/2013): Reunião no gabinete do prefeito.
- (Ata nº 24, 27/11/2013): Reunião dos professores.
- (Ata nº 25, 9/12/2013): Reunião com a administração municipal.
- (Ata nº 1, 17/01/2014): Reunião dos professores da educação infantil e fundamental.
- (Ata nº 2, 21/01/2014): Reunião no gabinete do prefeito.

(Ata nº 3, 28/01/2014): Reunião para discutir o plano de carreira.
(Ata nº 4, 28/01/2014): Reunião com os aposentados.
(Ata nº 5, 30/01/2014): Assembleia
(Ata nº 6, 08/02/2014): Reunião
(Ata nº 7, 26/02/2014): Reunião com o prefeito.
(Ata nº 8, 26/02/2014): Reunião com aposentados.
(Ata nº 9, 26/02/2014): Reunião com os professores da educação especial.
(Ata nº 10, 26/02/2014): Assembleia geral dos professores da educação infantil e fundamental.
(Ata nº 11, 26/04/2014): Assuntos internos.
(Ata nº 12, 28/04/2014): Assembleia Geral.
(Ata nº 13, 19/05/2014): Assembleia Geral.

(Ata nº14, 07/06/2014): Assembleia Geral

(Ata nº 15, 21/08/2014): Eleição do Sinprefi.

(Ata nº 16, 02/09/2014): Reunião.

(Ata nº 17, 02/07/2014): Reunião.

(Ata nº 18, 30/08/2014): Reunião da diretoria.

(Ata nº 19, 8/09/2014): Assembleia extraordinária.

(Ata nº 20, 18/09/2014): Primeira reunião do Grupo de Trabalho,

(Ata nº 21, 19/10/2014): Reunião

Ata nº 22, 10/10/2014: Assembleia

Ata nº 23, 13/10/2014: Assembleia

Ata nº 24, 13/10/2014: A assembleia de prestação de contas.

Ata nº 25, 24/10/2014: Assembleia geral ordinária.

Ata nº 26, 24/10/2014: A assembleia

Ata nº 27, 30/10/2014: Reunião Grupo de Trabalho

Ata nº 28, 31/10/2014: Reunião na Secretaria Municipal de Educação

Ata nº 29, 07/11/2014: Reunião na Secretaria Municipal de Educação

Ata nº 30, 20/11/2014: Reunião Diretoria

Ata nº 31, 12/12/2014: Em assembleia

Ata nº 1, 09/01/2015: Reunião Diretoria

Ata nº 2, 03/02/2015: Reunião Diretoria

Ata nº 3, 12/02/2015: Assembleia geral extraordinária.

Ata nº 4, 17/02/2015: Assembleia,

Ata nº 5, 08/02/2015: Reunião Diretoria

Ata nº 6, 26/02/2015: Assembleia

Ata nº 7, 11/03/2015: Reunião dos secretários de escol

Ata nº 8, 23/03/2015: Reunião Diretoria

Ata nº 9, 24/03/2015: Reunião de secretários de escola

Ata nº 10, 25/03/2015: Reunião Diretoria

Ata nº 11 – 30/03/2015: Posse da Diretoria do Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental de Foz do Iguaçu.

Ata nº 12 – 01/04/2015: Reunião com o Prefeito sobre o Plano de Carreira.

Ata nº 13 – 06/04/2015: Assembleia de Alteração do Estatuto da Entidade Sindical.

Ata nº 14 – 09/04/2015: Discussão sobre a Minuta do Plano de Carreira.

Ata nº 15 – 15/04/2015: Reunião Extraordinária da Diretoria para Leitura da Minuta do Plano de Carreira.

Ata nº 16 – 22/04/2015: Reunião Regional no Morumbi para Leitura da Minuta do Plano de Carreira.

Ata nº 17 – 23/04/2015: Reunião Regional em Três Lagoas para Leitura da Minuta do Plano de Carreira.

Ata nº 18 – 24/04/2015: Reunião Regional em Vila C para Leitura da Minuta do Plano de Carreira.

Ata nº 19 – 29/04/2015: Reunião dos Representantes da Educação Especial.

Ata nº 20 – 30/04/2015: Reunião Regional no Centro para Leitura da Minuta do Plano de Carreira.

Ata nº 21 – 04/05/2015: Reunião Regional em Jardim São Paulo para Leitura da Minuta do Plano de Carreira.

Ata nº 22 – 05/05/2015: Reunião Regional em Jardim Boa Esperança para Leitura da Minuta do Plano de Carreira.

Ata nº 23 – 15/05/2015: Discussão sobre o Desfile de 10 de Junho e a Terceirização da Merenda Escolar.

Ata nº 24 – 22/05/2015: Assembleia sobre a Data-Base dos Servidores Municipais.

Ata nº 25 - 26/05/2015 Reunião dos Diretores e Professores de CMEIs

Ata nº 26 - 27/05/2015 Reunião sobre o Plano de Saúde Itamed:

Ata nº 28 - 29/05/2015: Assembleia Conjunta Sismufi e Sinprefi:.

Ata nº 29 - 03/06/2015: Assembleia **Conjunta dos Sindicatos:**

Ata nº 30 - 09/06/2015: Reunião Extraordinária da Diretoria do Sinprefi.

Ata nº 31 - 12/06/2015: Reunião com Assessoria Jurídica dos Professores dos CMEIs.

Ata nº 32 - 30/06/2015: Assembleia Geral Extraordinária:

Ata nº 33 - 02/07/2015: Reunião Extraordinária da Diretoria:

Ata nº 34 - 06/07/2015: Assembleia Geral Extraordinária:

Ata nº 35 - 17/07/2015: Reunião Ordinária da Diretoria:

Ata nº 36 - 24/07/2015: Reunião das Diretorias do Sinprefi e Sismufi:

Ata nº 37 - 17/07/2015: Reunião da Comissão dos Secretários de Escola com Assessoria Jurídica:

Ata nº 38 - 03/08/2015: Assembleia Geral Extraordinária:

Ata nº 39 - 03/08/2015: Reunião com Secretários de Escola:

Ata nº 40 - 11/08/2015: Assembleia Geral Extraordinária:

Ata nº 41 - 11/08/2015: Reunião sobre o Cálculo Atuarial:

Ata nº 42 - 19/08/2015: Reunião com Secretários de Escola:

Ata nº 43 - 16/09/2015: Reunião Extraordinária da Diretoria:

Ata nº 44 - 24/09/2015: Assembleia Geral Extraordinária:

Ata nº 45 - 09/12/2015: Reunião Extraordinária da Diretoria:

Ata nº 46 - 10/12/2015: Assembleia Ordinária

APÊNDICE II

ROTEIRO

1 PERFIL DO ENTREVISTADO:

- a) Nome, idade, origem, formação acadêmica? Atividade (s) atual?
- b) Como foi sua formação escolar e acadêmica? Pós-graduação? (iniciativa pública/privada).
- c) Qual(is) cargos ocupou na prefeitura de Foz do Iguaçu - Pr? Qual a data de início? Como foi o processo de assunção no cargo (20h ou 40h)?
- d) Em qual período atuou e qual diretoria ocupou enquanto estava no Sinprefi?
- e) Quando iniciou o seu contato com o movimento sindical? Já atuava em algum outro tipo de movimento social antes do Sinprefi (e Sismufi)? Como sua vida se encontra com a sindicalista? (Qual era sua idade e estado civil, tinha filhos?)
- f) Pode descrever rapidamente o que mudou em sua vida, considerando o antes, durante e depois do sindicato? (conhecimento e vida)

2 (VOU MENCIONAR TRECHOS DE UM TEXTO ANEXADO AO LIVRO DE ATAS, SEM AUTORIA, QUE CONTA UM RESUMO DOS PRIMEIROS ANOS DE SINPREFI E EM SEGUIDA FAREI AS PERGUNTAS.)

Um texto sem autoria anexado no Livro Ata do período de 2010 a 2013 conta o resumo da história do Sinprefi nos primeiros anos. Mencionarei trechos desse texto para que possa lembrar e esclarecer a história desse período. Um trecho aponta que no final de 2009, Maria Aparecida P. da Silva, conhecida pelo codinome Rice, tomou a iniciativa de procurar alguns professores com a proposta de fundar um sindicato apenas para os professores. E continua com a informação de que essa iniciativa aglutinou um grupo inicialmente pequeno, composto pelos professores Fátima Marques de Andrade Veres, Hiágara Suzana Gonçalves de Gonçalves, Mauro Cesar João de Cruz e Souza (hoje é advogado), Jane de Souza Gusmões. Correto?

- a) Por que formar um sindicato? Era necessário desmembrar do Sismufi?
- b) De onde surgiu a ideia de formar uma associação dos trabalhadores da Educação municipal e como isso ocorreu?
- c) Como foi o processo de organização para formar a primeira diretoria do sindicato? Quais cargos da prefeitura, ocupavam? Quem são essas pessoas citadas no texto?
- d) No primeiro momento de associação, quais são os trabalhadores que o movimento abarca e por quê? Houve mudança de leitura, quando e por quê? Pode explicar a origem e elaboração do nome SINPREFI?

Conforme outro trecho, a iniciativa deveu-se por existir uma “[...] verba específica da educação FUNDEB” (SINPREFI, 2010/2013, p.1).

- a) Como e quando surge essa história do Fundeb? De quem é a iniciativa de compartilhar a informação com o grupo de professores? O que o Fundeb significava para este grupo naquele momento? E qual era a relação que se fazia do Fundeb com a formação de um sindicato próprio e a construção de um Plano de Carreira?
- b) Houve algum tipo de estudo ou formação sobre o que seria o Fundeb?

Conta o texto que em 2010, a ideia foi disseminada nas unidades escolares e recebida com muito apoio dos professores. (SINPREFI, 2010/2013, p.1).

- a) Quando e como isso ocorreu? Quantas unidades escolares existiam (apenas do ensino fundamental ou educação infantil também)? Em quais momentos e como faziam suas ideias chegarem aos trabalhadores das unidades escolares? Como ocorreu esse processo de

comunicação? Tem lembrança de quantos professores tinham na rede e como foi o processo de adesão ao movimento?

- b) Durante o tempo em que esteve no sindicato, os diretores e as diretoras da entidade sindical participaram de formação política e sindical (cursos, palestras, seminários, debates, estudos individuais e ou em grupos – sobre temas de interesse do movimento sindical, tais como História do Movimento Sindical, Concepções Sindicais, Transformações do Mundo do Trabalho e Análise da Conjuntura?
- c) Nas reuniões de diretoria, havia um tempo determinado para debate sobre temas da conjuntura política, econômica e social, sobre a avaliação da correlação de forças? Ou a reunião se destinava a debater mais sobre a administração da máquina sindical, apresentando-se rapidamente alguns relatos sobre fatos que ocorrem na Conjuntura?
- d) Os diretores e as diretoras tinham hábito de ler jornais e revistas para reflexão e análise? Liam livros constantemente sobre temas de interesse sindical e político?
- e) Durante os dois mandatos (2010 a 2014 e 2014 a 2018), com qual frequência os diretores e as diretoras sindicais visitavam as unidades escolares?

Conforme texto deixado no livro de atas, foram realizadas viagens para conhecer a história de outros sindicatos que tinham se desmembrado de um outro sindicato, cita-se o sindicato dos professores do município de Cascavel. (SINPREFI, 2010/2013, p.1). Procedede?

- a) Quais informações buscavam?
- b) Quais outros sindicatos foram visitados? Por quem?
- c) Quem arcava com os custos destas viagens?
- d) Nesse processo de desmembramento, como se configurava a relação dos trabalhadores da educação com o Sismufi? Em algum momento o Sismufi tentou impedir o surgimento do Sinprefi? Se sim, de quais maneiras?

Outro trecho diz que o Sinprefi ficou três anos sem nenhum recurso, pois o prefeito Paulo Mac Donald Ghisi não o reconhecia legitimamente. E diz ainda, que as professoras Maria Aparecida Rice e Fátima Maria de Andrade Veres mantiveram todas as despesas do sindicato com seus próprios recursos.

- a) Como foi esse processo e em qual período isso ocorreu?
- b) Quais custos financeiros com o sindicato as trabalhadoras tiveram de bancar?
- c) E como era a relação dos trabalhadores da educação com o então prefeito? Quais estratégias foram utilizadas para impedir o movimento ou efetivação do sindicato?
- d) Quais entraves ou principais problemas enfrentados pelos trabalhadores durante o processo formação do sindicato?

Um trecho do texto diz que as professoras Maria Aparecida Rice e Fátima Maria de Andrade Veres trabalharam por todas a categoria, sem liberação para o mandato classista. Então se desdobraram entre sala de aula e as atividades do sindicato mantendo-o vivo.

- a) O que o trecho quis dizer com “manter o sindicato vivo”? Com que frequência tiveram de trabalhar para formar o sindicato? Como era essa rotina e por quanto tempo tiveram que conciliar sindicato e trabalho escolar? Como conciliavam suas vidas pessoal, o trabalho escolar e sindicalista? Em algum momento tiveram vontade de desistir?

Diz ainda que durante este período, a diretoria e outros professores, foram trabalhando na construção de um PLANO DE CARREIRA porque este era a meta principal do sindicato.

O prefeito Reni Pereira já na campanha prometeu aprovar um plano de carreira para os professores após a eleição o Sinprefi foi até ele e cobrou o que foi prometido e o mesmo se mostrou aberto para negociação do plano de carreira, que já estava com uma proposta pronta construída pelos professores e APP/SINDICATO na pessoa do professor Fabiano Severino.

Começou então uma nova fase da história do sindicato que seria a sua meta principal o tão sonhado plano de carreira. Nesta fase as barreiras enfrentadas foram grandes: com muitos movimentos e até uma GREVE, mas o sindicato conseguiu vencer passo a passo, pois Deus dá força, coragem e determinação para continuar a luta. Esse breve histórico é apenas um capítulo de uma grande história que o Sinprefi está somente começando a escrever.

- b) O plano de carreira que se elaborava estava sendo construído por quais autores? (professor do ensino fundamental, professor da Educação Infantil, secretário de escola, serviços gerais e merendeiras).
- c) Quais as principais reivindicações no início do movimento e o que se esperava?
- d) Como foi a construção desse Plano de Carreira? O que significava para os que lutavam, a aprovação do Plano de Carreira? E como foi esse processo de implementação e execução?
- e) Como era a vida de um trabalhador da educação nesse período em relação as condições salariais, direitos trabalhistas e Carreira? Houve mudanças para todas as categorias?
- f) Existem elementos que podem não ter sido contemplados no Plano de Carreira? O que o movimento esperava com a aprovação desse plano?
- g) Na época, quais eram as principais demandas apresentadas pela base?
- h) Como as ações da entidade eram planejadas estrategicamente, em termos de governabilidade, planejamento a curto, médio e longo prazo, dos objetivos e metas definidas. Por exemplo, diante de determinadas situações e decisões da administração municipal (negativas), o que você poderia citar como efeito tático, provisório e passageiro e, estratégico, princípio e permanente das ações do sindicato? (Luta de formação do sindicato, plano de carreira)

No dia 28 de abril de 2014 sai em Diário Oficial da União a sentença do Deferimento do Registro do Sindicato. A partir desta data foi liberada para exercer o cargo a presidente Maria Aparecida P da Silva (Rice) e finalmente foi reconhecido o Sinprefi como sindicato de fato e de direito. Mesmo reconhecido juridicamente, até o final de 2015 não conseguiu receber o imposto sindical porque o jurídico da prefeitura, na pessoa do procurador Luiz Carlos, fez uma tese que o desconto não é devido, esse desconto de um dia de trabalho dos professores desde então está sendo depositado em juízo.

- a) Quais foram as principais dificuldades nesse processo de reconhecimento jurídico do sindicato? Esse valor Sindical depositado em juízo, foi recebido posteriormente pelo sindicato?